

COORDENAÇÃO  
PÂMELA PERES CABREIRA  
LÍVIA CASSEMIRO SAMPAIO

# Por uma História *com Mulheres*

COMPREENSÕES E CAMINHOS  
EM CLASSE, RAÇA E GÊNERO



**Por uma História  
*com* mulheres**

## Conselho editorial

Ary Pimentel (Letras, UFRJ)

Carla Costa Dias (História da Arte, UFRJ)

Diogo de Hollanda (Comunicação, PUC-SP)

Heloisa Buarque de Hollanda (Comunicação, UFRJ)

Izabela Bocayuva (Filosofia, UERJ)

Karina Kuschnir (Antropologia, UFRJ)

Luciana dos Santos Salles (Letras, UFRJ)

Nathanael Araújo (Antropologia, Unicamp)

Rafael de Arruda Sobral (Letras, UFCG)

Regina Dalcastagnè (Letras, UnB)

Rodrigo Perez de Oliveira (História, UFBA)

Tatiana Massuno (Filosofia, PUC-RJ)

## Desalinho Publicações

@desalinhopublicacoes

desalinhopublicacoes@gmail.com

(21) 99442-8064



**COORDENAÇÃO**  
PÂMELA PERES CABREIRA  
LÍVIA CASSEMIRO SAMPAIO

# Por uma História *com* mulheres

Compreensões e caminhos  
em classe, raça e gênero

Copyright © 2022 by Pâmela Peres Cabreira, Livia Cassemiro Sampaio, Desalinho.

*Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 2009*

Este livro foi avaliado e aprovado por pareceristas *ad hoc*.

### **Capa e projeto gráfico**

Pablo Rodrigues

### **Imagem de capa**

The Cotton Pickers (1876) by Winslow Homer. Original from Los Angeles County Museum of Art. Digitally enhanced by rawpixel©

Os conteúdos dos capítulos assinados são de responsabilidade dos seus autores. Ao submeter os capítulos, o(s) autor(es) garante(m) que não violaram direitos autorais ou outros direitos de terceiros. Citações de artigos sem a autorização prévia é possível, desde que seja identificada a fonte.

---

### **Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

---

Por uma História com mulheres: compreensões e caminhos em classe, raça e gênero / [coordenação] Pâmela Peres Cabreira e Livia Cassemiro Sampaio.  
– 1. ed. – São João de Meriti, RJ: Desalinho Publicações, 2022.

Vários autores.

ISBN 978-65-88544-35-8

1. Mulheres 2. Feminismo – Emancipação da mulher 3. Raça 4. Classes sociais – luta de classes 5. Questões de gênero e sexualidade. I. Cabreira, Pâmela Peres. II. Sampaio, Livia Cassemiro.

CDD-396

---

Índices para catálogo sistemático

1. Mulheres : Feminismos 396

# Sumário

**Introdução: Por uma História *com* mulheres** 7  
Pâmela Peres Cabreira & Livia Cassemiro Sampaio

**Como o status social colonial é refletido no cotidiano das mulheres negras - análise de percepções das mulheres negras em Portugal através do padrão de beleza dominante** 17  
Livia Cassemiro Sampaio

**A participação do feminino no panorama artístico das Academias de Belas Artes em Portugal** 33  
Nicoli Braga Macêdo

**A obra-prima ignorada e o sujeito-objeto da pintura** 53  
Potira Pereira Gusmão Maia

**A mulher e o labor: a força de trabalho em Portugal na década de 1960** 63  
Pâmela Peres Cabreira

**“A mulher é o futuro do homem”:  
entrevista com Ana Barradas 85**

Por Pâmela Peres Cabreira

**Amor livre: notas para a emancipação sexual e  
transformação social. A nova moralidade sexual  
de Alexandra Kollontai 105**

Teresa Melo

**Maria Lamas e a imagem do corpo feminino operário  
em *As Mulheres do Meu País* 115**

Ana Catarina Maia

**As relações entre os sexos e a luta de classes 129**

Alexandra Kollontai

## INTRODUÇÃO

### Por uma História *com* mulheres

*Pela maior parte da História, 'anônimo' foi uma mulher*

**Virginia Woolf**

Neste ano de 2022 comemoramos os 150 anos do nascimento de Alexandra Kollontai, comunista e antifascista, que atravessa nossas perspectivas de mundo como uma referência, um farol sobre o devir da mulher na sociedade contemporânea. Sua vida e luta feminista nos guia, pelo seu exemplo sem par, a construir e reforçar novas dimensões para uma história que seja problematizadora sobre o papel histórico das mulheres.

Buscamos neste livro realinhar o interesse da investigação histórica focado em um exercício onde *elas* são agentes ativas na construção dos papéis relacionais por sua condição em classe, raça e gênero. Tendo como horizonte a premissa de bell Hooks de que “produzir um corpus de literatura feminista junto com a demanda de recuperação da história das mulheres foi uma das mais poderosas e bem-sucedidas intervenções do feminismo contemporâneo”,<sup>1</sup> buscamos trazer jovens autoras,<sup>2</sup> como nós, investigadoras e/ou militantes, artistas e estudan-

---

1. Hooks, bell. (2018). *O feminismo é para todos: políticas arrebatadoras*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, p. 35.

2. Aproveitamos esse espaço para agradecer a pronta e estimulante participação de todas as autoras neste projeto. Uma especial palavra de agradecimento ao editor Pa-

tes da área sobre os estudos das mulheres, onde possamos traçar uma dimensão transgressora da ordem vigente, com diferentes abordagens onde o papel constituído é passivo na clássica história das mulheres.

A concepção desta sensibilidade para o estudo das mulheres engaja-se contra um processo que é cotidiano, enraizado em uma posição sociocultural do feminino que tenta romper com o patriarcado; neste sentido, a academia tem um papel importante de fortalecer este movimento, “exigindo respeito pelo trabalho acadêmico de mulheres”,<sup>3</sup> que documentam e constroem novas narrativas em busca de ultrapassarem o paradigma patriarcal. Este livro, assim como o movimento feminista, é uma via de mão dupla: pretendemos extrapolar os muros das universidades através de um debate alargado com a sociedade que nos envolve.

Com isto, adotamos enquanto princípio orientador nesta obra o de que as mulheres não pertencem a um lugar à parte na construção narrativa e social de sua existência, mas sim organicamente integradas nos rumos que a história continua a dotar. A partir desta perspectiva, temos enquanto objetivo dispor à leitora e ao leitor um conjunto de textos que transmitam o percurso de uma história *com* mulheres, mulheres estas que costuraram ao longo do século XX – permeando uma historiografia particularmente masculina –, fatores de mudanças, alternâncias, resistências, criadoras de arte e percursos, de competências e rupturas.

Iniciamos este livro com poesia e arte. A ilustração é da artista Wallerya Rosa<sup>4</sup> que sensível às palavras que fluem neste livro, nos presenteia com esta transcendente e afetiva imagem.

---

blo Rodrigues que acompanhou este livro com extrema paciência e alegria. Que as trajetórias de todas e todos que colaboraram neste livro continuem a se cruzar.

**3.** Hooks, bell. (2018). *O feminismo é para todos: políticas arrebatadoras*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, p. 35.

**4.** Wallerya Rosa é arte-educadora e ilustradora brasileira formada pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro no curso de Licenciatura plena em Belas Artes. Trabalha como professora no município de Mangaratiba-RJ, onde leciona para turmas

O capítulo primeiro é da historiadora Livia Sampaio, que enfatiza a importância do estudo sobre as formas de racismo que recaem sobre as mulheres negras no contexto português, reforçando o contexto histórico da presença de negras e negros no país ao longo da história. Através das percepções sobre o corpo, mais especificamente sobre o cabelo negro, a autora reconstrói os passos de “um etnocídio [que provocou] a alienação de sua identidade negra”. Em *Como o status social colonial é refletido no cotidiano das mulheres negras – análise de percepções das mulheres negras em Portugal através do padrão de beleza dominante*, percebemos a noção de uma homogeneização dos padrões socio-físicos coloniais contrarregulados nos corpos femininos e negros e o seu local de pertencimento.

No segundo capítulo, *A participação do feminino no panorama artístico das Academias de Belas Artes em Portugal*, a historiadora Nicoli Macêdo transporta-nos para o século XIX, apresentando o início da trajetória feminina no âmbito do ensino acadêmico de Artes. A autora interroga o início da emancipação política e social do feminino no território europeu, desde finais do século XVIII de forma a analisar como esse processo colaborou para uma nova perspectiva da participação das mulheres em várias áreas no decorrer dos séculos XIX e XX. Neste sentido, o capítulo trabalha intrinsecamente a dicotomia no tratamento entre os alunos homens e mulheres, refletindo, a partir daí, sobre o modo como foi estruturada e distinta a inserção paulatina das alunas no universo artístico profissional.

Em *A obra-prima ignorada e o sujeito-objeto da pintura*, a autora Potira Maia nos transporta para uma dimensão literária, artística e histórica sobre os sentidos da representação feminina na obra de Honoré de Balzac, nomeadamente em seu conto *Chef-d'œuvre inconnu* e

---

do primeiro e segundo seguimento do ensino fundamental, além de ser apreciadora de animações, jogos e quadrinhos e estar envolvida com discussões no âmbito da questão racial no Brasil. É possível encontrar seus trabalhos em Instagram @wallrosa\_ilustracao e em contato pelo e-mail wallrosailustracao@gmail.com

no filme *La belle noiseuse* (inspirado em sua obra), possibilitando-nos a reflexão sobre a mulher enquanto sujeito-objeto. A condução dessa narrativa atenta-se às características de três personagens: “Gillette é uma jovem de beleza incomparável, uma Vênus, uma modelo amada por Poussin. Catherine Lescault é uma pintura apresentada como mulher parisiense e amada por Frenhofer, para a qual ele se tem dedicado nos últimos dez anos, fundindo pintura e mulher. A Santa Maria Egípcia está ligada a Pourbus e remete ao mito da santa que se prostituiu ao barqueiro para alcançar o seu destino na conversão”. Neste sentido, o ensaio apresentado por Potira traz à tona as noções de erotismo e desapossamento do feminino através do corpo.

No capítulo quatro, *A mulher e o labor: a força de trabalho em Portugal na década de 1960*, percorremos algumas dimensões sobre as dinâmicas laborais de Portugal e como o papel da mulher trabalhadora contribuiu em diversas medidas para o desenvolvimento fabril e socioeconômico ainda que sob a égide de interesses representados pelo regime autoritário vigente. Esta integração caracterizou-se, sobretudo, por estarem elas “segregadas ao universo do trabalho doméstico e ao trabalho não reconhecido (reprodutivo e de produção artesanal em domicílio próprio), a mulher trabalhadora entrou no trabalho assalariado desamparada de formação e qualificação formais, logo, com um salário baixo e insuficiente para a carga de trabalho desenvolvida”. Estes, como outros condicionantes explicitados ao longo do capítulo, nos elucidam através das condições de possibilidade a que estas mulheres foram expostas.

Em nosso quinto capítulo, resgatamos o florescer da memória feminina a partir de uma entrevista com a feminista Ana Barradas, realizada por Pâmela Cabreira. Buscamos responder ao chamado de Perrot para combater a marginalização da história das mulheres, onde “no teatro da memória, as mulheres são uma sombra tênue”<sup>5</sup>... Com uma

---

5. Perrot, Michelle. (1989). Práticas da Memória Feminina. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.9, n.18, pp. 09-18.

biografia rica e empolgante, a vida da entrevista se confunde com a história portuguesa recente e exemplifica a trajetória de uma militante feminista em tempos de fascismo e de revolução. A dualidade de suas vivências políticas nos leva a perceber como a opressão machista cotidiana pode levar à inconformidade e a descoberta da luta feminista.

O sexto capítulo, *Amor livre: notas para a emancipação sexual e transformação social. A nova moralidade sexual de Alexandra Kollontai*, da escritora Teresa Melo, reflete sobre a construção de condições para a libertação total das mulheres deve passar por uma crítica estrutural e atuação nova sobre o universo político, simbólico e regulador do íntimo na sociedade contemporânea. Qual é o espaço das relações afetivas e práticas sexuais no debate político anticapitalista? Quais os limites entre a promiscuidade burguesa e a sexualidade radical ou, como disse Alexandra Kollontai, o amor livre? A partir de alguns textos clássicos desta revolucionária, a autora propõe a reflexão sobre o amor e a libertação sexual como princípios fundamentais e indissociáveis da transformação social.

No capítulo sétimo, a obra da jornalista Maria Lamas surge como figura de proa através das palavras de Ana Catarina Maia, neste artigo intitulado *Maria Lamas e a imagem do corpo operário em As Mulheres do Meu País*. A autora faz uma seleção de fotografias publicadas na obra de 1948, analisando este material pra refletir sobre as condições das mulheres portuguesas durante o período da ditadura fascista portuguesa (1933-1974). A análise dos corpos, das formas e dos movimentos no ambiente laboral faz uma correlação entre corpo-trabalho, contrariando o pressuposto socialmente construído sobre a fragilidade feminina.

Por fim, no último capítulo deste livro, trazemos em primeira pessoa as palavras de Alexandra Kollontai em seu texto *As relações entre os sexos e a luta de classes*, escrito em 1911. Refletindo sobre a crise sexual, a família e o papel da mulher trabalhadora, Kollontai desdobra o conceito de amor, moral e solidão, sem romantizar em uma análise

subjéitiva a condição de vida da classe trabalhadora contemporânea. A autora constrói o seu texto à luz da contradição da moral burguesa, colocando-a como um problema social e não individual.

Tratando-se de um livro que se pretende alcançar leitoras e leitores na conexão transatlântica entre Brasil e Portugal – e também por isso esta obra fecunda-se nas variedades da língua portuguesa –, cabe-nos a reflexão sobre os nossos passados enquanto mulheres herdeiras por um lado, de um passado colonial que ainda perpetua suas relações de poder na sociedade brasileira com a manutenção de uma concepção universalista da mulher e, por outro, a subjugação arreigada em uma sociedade ainda muito religiosa e conservadora por seu passado de uma “inferioridade” imaginada; seguindo mais questionamentos que respostas, buscamos conduzir estes textos a partir de uma história que privilegie a relação das mulheres com as suas condições concretas, materiais, subjétivas e objetivas, e que contribuam por esta mudança de prisma, de um olhar amplo e consciente sobre suas trajetórias.

Pâmela Peres Gabreira & Livia Cassemiro Sampaio  
**Lisboa, novembro de 2022.**





Seu corpo fragilizado pela exploração  
suas mãos calejadas pelo labor  
seus dedos deformados pela dureza da terra e das ferramentas  
sua pele enrugada e queimada pelo forte sol do campo  
sua pele pálida e marcada pela luz artificial dos prédios e fábricas  
[que a aprisionam  
seus cabelos, símbolo de vaidade e poder, escondidos e protegidos  
suas pernas dormentes e cansadas por horas à pé a fio, sem permitir o descanso  
seus seios marcados pela maternidade  
aos seus olhos lhe pedem a doçura da mãe  
o gesto do cuidado ao marido, aos pais  
a energia que nunca acaba, mas esgota a mulher  
aos olhos o cansaço de ser explorada,  
de ter a sua voz calada  
aos olhos a esperança de uma força que somente uma mulher trabalhadora tem  
pois nada tem a perder  
aos olhos, revolução  
às mãos, armas  
à pele, sorrisos de vitórias e batalhas  
aos pés, a marcha incessante à esperança revolucionária  
à mulher trabalhadora, o futuro

Livia Cassemiro Sampaio



## CAPÍTULO 1

# Como o status social colonial é refletido no cotidiano das mulheres negras – análise de percepções das mulheres negras em Portugal através do padrão de beleza dominante

Livia Casseiro Sampaio<sup>1</sup>

**A**o estudar o racismo e as mulheres negras no contexto português verificamos a resistência dentro da academia e na sociedade, porém este tema tem se tornado cada vez mais discutido não somente no meio acadêmico como na sociedade de forma ampla. E isto se dá por conta do contexto histórico no qual estamos inseridos, onde as lutas anti-racistas se tornam mais fortes e evidentes em resposta aos ataques racistas como podemos observar na pesquisa Atitudes Sociais dos Portugueses publicada em 2018. Nesta pesquisa verificamos que 52,9% dos portugueses acreditam serem biologicamente e 54,1% culturalmente superiores a outros grupos culturais e nacionais. Este dado supera a média europeia (29,2% e 44% respectivamente), isto evidencia o racismo biológico e o racismo cultural presente na realidade portuguesa. Além de dados, temos fatos que demonstram esta realidade, como a tomada à força dos filhos de Liliana Melo pelo Estado no ano de 2016; os ataques racistas sofridos pela deputada negra Joacine K. Moreira na sua tomada de posse em 2019; o assassinato de Giovanni Rodrigues (21/12/2019); o espancamento de Cláudia Simões pelos

---

1. Licenciatura em História pela Universidade Federal Fluminense, Mestre em Estudos Africanos pelo ISCTE- Instituto Universitário de Lisboa e Doutoranda em Media e Sociedade no Contexto da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa da Universidade Autónoma de Lisboa.

agentes da Polícia de Segurança Pública (PSP); o assassinato de Bruno Candé (25/07/2020); e as manifestações racistas feitas pelo movimento da extrema-direita Nova Ordem de Avis em frente à sede da Associação SOS Racismo (08/08/2020); e, três dias depois, ameaças de morte a dirigentes antirracistas, antifascistas e deputadas negras e de esquerda (Sampaio, 2020). A morte de Danijoy Pontes, aos 23 anos, no Estabelecimento Prisional de Lisboa, no dia 15 de setembro de 2021 sob situações suspeitas. Mas isso não se limita ao território português, reproduz-se em dezenas de outros países em uma exacerbação do racismo, refletindo em uma das formas de manifestação que se alastrou pelo mundo, o *Black Live Matter*.

Porém a teoria do “lusotropicalismo” (ancorada no sociólogo brasileiro Gilberto Freyre) ainda vigente na sociedade portuguesa nega ou ameniza o racismo, situação predominante na sociedade portuguesa e é sentido entre as mulheres negras em Portugal, seja pela hipersexualização e animalização dos seus corpos, ou colocadas como *Outra da mulher branca* tendo como ponto de partida a relação de *status* regida pelas várias leis e códigos rígidos no período colonial e o processo de distanciamento da cultura nativa e branqueamento dos corpos.

O conceito de *Outra da mulher branca* é desenvolvido por estudiosos de raça e gênero<sup>2</sup> e sintetizado por Kilomba em seu livro *Memórias da Plantação: episódios de racismo quotidiano* (2019) onde observa que a mulher branca é o modelo de feminilidade, enquanto a mulher negra é o seu antagonico (feia e animalizada). Com isto, a mulher negra não tem referência (Ego) na própria imagem. Portanto, aquelas são *Outras das mulheres brancas*.

A ideia para este capítulo surgiu quando se apresentava o resumo da dissertação<sup>3</sup> *Mulheres negras e o cabelo: Racismo, sexismo e*

---

**2.** Baseamos este conceito em autores como DuBois, Fanon, bell Hooks e Angela Davis.

**3.** Baseado na dissertação de mestrado desenvolvida por Livia Sampaio, orientada por Cristina Roldão, com o nome de *Mulheres Negras e o cabelo: Racismo, sexismo e resistência*.

*resistência* no evento “Pensar África” realizado online no ano de 2021 e algumas pessoas questionaram (com um tom de surpresa) as categorizações jurídicas das colônias em colono, assimilado e indígena nas antigas colônias portuguesas na África e Ásia. Para muitos, esta divisão racial é desconhecida e/ou faz parte de um passado recente. Porém, sendo abolida em 1964 ainda tem consequências nas relações cotidianas da sociedade portuguesa. Na dissertação foi verificada como estas consequências são perceptíveis nas mulheres negras em relação a sua aparência física, especificamente o cabelo. E é neste ponto que o capítulo irá exemplificar o racismo em Portugal, visto que a pesquisa teve enquanto objeto de estudo a relação mulher negra-cabelo-sociedade portuguesa.

Para tal, o capítulo está dividido em três partes: a primeira é um breve histórico da presença das pessoas negras em Portugal abrangendo a sua introdução da mão de obra escravizada negra; a segunda é a análise das ideologias raciais e o seu reflexo nas leis trabalhistas e administrativas no âmbito das colônias; e a terceira parte a análise de pesquisa realizada para perceber o reflexo do passado colonial e escravocrata português no cotidiano das mulheres negras em Portugal.

## Presença Negra em Portugal não é de hoje

É necessário perceber que a presença negra no território português não é algo recente. Quando nos deparamos com autores como José Ramos Tinhorão (1988) e Isabel Castro Henriques (2009; 2019) verificamos a presença constante de pessoas negras, distribuídas nas mais diversas classes sociais anteriores à própria Expansão Marítima no fim do século XV. Mas é inegável que a Expansão proporcionou não apenas o aumento das relações comerciais como a presença das pessoas negras em Portugal.

Porém teremos que perceber o contexto em que a intensificação das pessoas negras em Portugal se desenvolveu, para além da Expansão

Marítima houve, como consequência direta, o surgimento da escravidão como um negócio globalizado e altamente lucrativo. Em Portugal há uma data simbólica do dia 4 de agosto de 1444, em Lagos. Testemunhado e descrito pelo cronista Gomes Eanes de Zurara, na sua *Crónica da Guiné* com a presença do Infante D. Henrique na primeira venda de pessoas escravizadas oriundas do Norte de África.

No decorrer do século seguinte o porto de Lisboa para além de ser o pioneiro do tráfico negreiro e principal entreposto entre o continente africano e americano (Rijo, 2012), a cidade recebia trabalhadores escravizados para o mercado nacional. Segundo testemunhos, chamava-se a atenção sobre a grande quantidade de pessoas negras escravizadas nas ruas de Lisboa, Faro, Loulé, Sagres, Silves e Tavira: a população negra escravizada chegava a 10% da população lisboeta durante o século XVI (Henriques, 2009).

No primeiro momento, o uso de mão de obra escravizada era rara, de uso quase exclusivo da nobreza, altos funcionários do Estado e Clero. O uso de cativos aumentava no decorrer do século XVI devido a necessidade de Portugal em repor os trabalhadores livres que se tornava mais escassa devido a uma baixa taxa de natalidade e emigração para o além-mar com o objetivo de se conseguir uma “vida melhor” (Tinhorão, 2019). Porém se as pessoas escravizadas tinham o papel de repor a que era livre e que já era escassa, ela própria gerava um ciclo vicioso, pois abaixava as condições de vida da classe trabalhadora portuguesa (Sampaio, 2020). Esta coexistência de mão de obra livre e escravizada caracteriza a economia mista em Portugal entre os séculos XV a XIX, com a presença de uma nobreza agrária e uma burguesia mercantil colonial.

Mesmo com o uso de cativos, a comercialização e o abastecimento de pessoas escravizadas africanas para o Brasil destinadas às minas e *plantations* era prioridade, por este motivo, segundo o historiador Manuel Pinto dos Santos, em 1761 foi proibido o tráfico negreiro para Portugal e em 13 de janeiro de 1773 foi assinado o alvará que tornava

livre filhos nascidos de mulheres escravizadas. O processo de abolição da escravidão em território português e em Portugal foi gradual, em duas fases: a primeira com o tratado de Viena em 1815 que decretava o fim do tráfico de escravizados nas colônias do norte do Equador; a segunda em 1836 que proibiu a exportação de escravizados em qualquer território português (Valério; Tijiplica, 2014). Posteriormente, em 1878 se dá o fim do trabalho compulsório nas colônias africanas.

Porém não por coincidência o fim da escravatura se dá logo depois da independência do Brasil em 1822, pois este era o seu principal mercado. Mas este fato histórico também marca a colonização do continente africano que antes servia como abastecimento de trabalhadores para a colônia americana com a presença portuguesa em entrepostos comerciais. A ocupação das colônias africanas se intensificou após a Conferência de Berlim em 1888 que dividiu arbitrariamente o continente africano entre as potências coloniais europeias. Esta ocupação portuguesa foi marcada pela ideologia “fardo do homem branco”, ou seja, a colonização tinha o papel de levar a civilização para as sociedades mais “atrasadas”, levando a uma hierarquização baseada no racismo.

E para as mulheres negras, além do racismo há também o machismo. As mulheres negras, introduzidas na sociedade portuguesa como trabalhadoras escravizadas sobretudo para o trabalho doméstico mas também faziam os mesmos trabalhos que os homens. bell Hooks faz a pergunta: “Serei eu mulher?” na qual em seu livro *Serei eu mulher?: as mulheres negras e o feminismo* (2018) afirma que, mesmo fazendo os mesmos trabalhos que os homens, o trabalho feminino era desvalorizado. E na hierarquização, a mulher negra é inferior à branca, pois enquanto este é o simbolismo da feminilidade, a negra é, usando a definição de Grada Kilomba, a “outra da mulher branca”. Ou seja, a mulher negra é animalizada e hipersexualizada, conforme falado anteriormente.

## Ideologia racial e leis coloniais

O professor Anderson Ribeiro Oliva em seu artigo *De Indígena a Imigrante: O Lugar da África e dos Africanos no Universo Imaginário Português dos Séculos XIX ao XXI* sintetiza as ideologias predominantes dos portugueses em relação aos africanos, onde podemos traçar a correlação com as construções das leis laborais no continente. Num primeiro momento, até ao ano de 1870, vigorou a ideologia do Antigo Regime, na qual, “imerso nas justificativas teologias e morais da escravidão” (Oliva, 2009, p. 34), “coisificando” as pessoas negras. No período posterior, de 1870 a 1890, há uma disputa ideológica: de um lado encontramos a corrente do humanitarismo liberal representado por Sá da Bandeira, na qual se coloca contra a escravidão e o trabalho servil, visto que os africanos ainda eram vistos como seres atrasados, não por uma condição natural, mas sim material, e justamente por isso seriam seres capazes de progredir e de se integrar enquanto cidadãos. Esta ideologia fica evidente no Regulamento para os Contratos de Serviçais e Colonos nas Províncias de África Portuguesa de 1878, na qual “estabelecia a ‘Liberdade de Trabalho’, proibindo o trabalho compulsório”.<sup>4</sup> Por outro lado, o contexto da Conferência de Berlim, citado anteriormente, reacende o projeto colonizador em África reavivando o “Direito histórico” que os portugueses teriam no território, mostrando a conferência como uma afronta a este direito.

Posteriormente a 1890, após o Ultimato britânico, em 1920 com a construção do projeto colonial este fica atrelado intrinsecamente ao nacionalismo português. Com a influência do Darwinismo Social e pelas lutas contra a colonização portuguesa dos africanos, através da figura de Pedro de Oliveira Martins, o imaginário predominante de que os africanos, agora chamados “indígenas”<sup>5</sup> são uma categoria

---

4. Ver Sampaio, Livia Cassemiro. (2020). *Mulheres negras e o cabelo: racismo, sexismo e resistência*. Dissertação de mestrado, Instituto Universitário de Lisboa (Iscte), Lisboa.

5. Terminologia definida no Regimento da Administração da Justiça nas Colónias (1894).

distinta dos portugueses e não poderiam ser “assimilados” e sim, nas palavras do autor, “dirigidos pelos colonos”, pois são infantilizados e considerados inferiores.

Este carácter ideológico racista estará presente no conjunto de leis dos anos de 1894 a 1914. A Lei de Regimento da Administração da Justiça nas Colónias (1894) formaliza o trabalho compulsório entre os indígenas e define estes termos como pessoas nativas das colónias, separando-os dos portugueses. Estes pontos foram sendo mais detalhada nas leis posteriores.<sup>6</sup>

Nas décadas de 1930 a 1950, já no Estado Novo, verificamos a prevalência da postura paternalista do Estado colonial português perante a infantilização e animalização dos indígenas. Somada a suposta preguiça, o trabalho é colocado como forma de “educação” – aqui entendemos esse “trabalho” enquanto “trabalho forçado” –, e neste momento surge a figura do “assimilado” no Estatuto do Indigenato de 1929, no qual o indígena poderia alcançar a cidadania portuguesa após preencher alguns requisitos: ter mais de 18 anos; falar “corretamente” a língua portuguesa; exercer profissão, arte ou ofício de que aufera rendimento necessário para o sustento próprio e das pessoas de família a seu cargo, ou possuir bens suficientes para o mesmo fim; ter bom comportamento e ter adquirido a ilustração e os hábitos pressupostos para a integral aplicação do direito público e privado dos cidadãos por-

---

**6.** A Lei do Trabalho (1899) estabeleceu a divisão e diferença entre duas classes: a dos indígenas, e a dos não-indígenas ou civilizados. Enquanto os não indígenas possuíam os direitos de cidadania vigentes em Portugal e viviam segundo a lei da metrópole, os indígenas viviam sob as leis locais e sujeitos aos procedimentos legais próprios de cada colónia. O Regulamento do Trabalho dos Indígenas nas Colónias (1899) estabelecia que os indígenas das províncias ultramarinas portuguesas estariam sujeitos à obrigação moral e legal de adquirir pelo trabalho os meios que lhes faltassem para substituir e melhorar a própria condição social, tendo plena liberdade de escolherem o modo de cumprir essa obrigação. O Regulamento de Importação, Venda, Uso e Porte de Armas de Fogo (1914) redefine como indígena, não só o “filho de pai e mãe pertencentes às raças nativas de África, mas também os que tendo caracteres físicos dessas raças não possam provar descendência diferente”.

tugueses; não ter sido notado como refratário ao serviço militar nem dado como desertor. Parece, em um primeiro momento, contraditória a criação desta categoria. Contudo, ela se dá por conta da necessidade da ampliação “do aparelho burocrático-estatal colonial, associado a uma coleta regular de estatísticas demográficas das populações” (Mindo, 2021, p. 1).

Não se pode excluir de outros esforços para fomentar e alimentar o imaginário das pessoas negras perante os portugueses, para além das leis houve produções acadêmicas e artísticas. A antropóloga Patrícia Ferraz de Matos (2021) cita os congressos de *Antropologia Colonial* de 1934, *Mundo Português* de 1940, além da produção de livros didáticos e os filmes *Feitiço do Império* do mesmo ano e *Chaimite* de 1953. Na imprensa, tivemos a produção de *O Século*, até as revistas missionárias como *Missões de Angola e Congo*. Além da literatura colonial, criaram exposições fossem elas artísticas ou como a *Exposição Colonial* de 1934, no Porto, e a *Exposição do Mundo Português* no ano seguinte, em Lisboa bem como transmissões de rádio, com a Emissora Nacional (Matos, 2021).

Na década de 1950, com o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e o início das Guerras de Libertação na África e Ásia, o Estado Novo utiliza o conceito do lusotropicalismo para justificar a sua colonização tardia perante a ONU e a opinião interna. Segundo este conceito, os portugueses teriam pretensão natural para se misturarem às populações nativas, justificando o Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique (1956), renomeando as colônias em “Províncias Portuguesas” e, “ao mesmo tempo, a do novo Estatuto Indígena de 1954, mais segregacionista” (Sampaio, 2020, p. 40).

Podemos observar que as ideologias e conceitos usados para justificar a colonização portuguesa são feitas através da hierarquização entre portugueses e africanos, além da negação da cultura podemos caracterizar como um etnocídio provocando a alienação de sua iden-

tidade negra. Nas palavras de Abdias Nascimento, “Para esta cultura de identificação branca o homem folclórico reproduz o homem natural, aquele que não tem história, nem projetos, nem problemas: ele possui apenas sua alienação como identidade” (1978, p. 119). Vale lembrar que neste processo de hierarquização as pessoas negras foram introduzidas nas posições laborais e classes inferiores. E para subir de *status* enquanto assimilado, o abandono da aparência e dos costumes de origem local.

Há enquanto hipótese central que a categoria do assimilado é a que melhor resume em si o lusotropicalismo: assume e glorifica a miscigenação (como algo voluntário, claro), coloca o mestiço como ser superior ao negro (neste caso o indígena), porém nunca estará no mesmo patamar que um branco (cidadão português) continuando a ser objetificado, animalizado e hipersexualizado, criando uma falsa impressão de superioridade dentro do espaço colonial.

## Racismo e colorismo: percepção das mulheres negras em relação ao cabelo

Mesmo com a Revolução Portuguesa de 1974 – revolução esta que foi possibilitada após o início das guerras de libertação em África – e com as independências das colônias e leis que a regiam através da discriminação racial sancionada em 1964<sup>7</sup> ainda persiste um reflexo nesta sociedade, ainda que não exista mais estes *status*, eles estão presentes no cotidiano, como na construção do padrão de beleza predominante como forma de controle do corpo, principalmente de mulheres. Beauvoir (1970) conceitua a beleza como virtude e a feiura como vício, punitivo, mas também como um importante elemento para a criação desta idealização do feminino por estar ligado à feminilidade (doçura, fragilidade e futilidade). Sendo assim, a beleza

---

**7.** Decreto-Lei n.º 43893 que revogou o Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique (1956).

seria a virtude principal para as mulheres. Neste sentido verificamos que a mulher é um objeto passivo do desejo masculino.

Há vários elementos que determinam o padrão de beleza dominante: podemos citar a raça, a juventude (pois está ligada a fertilidade e submissão da mulher) e a classe social. O último elemento fica claro quando, ao analisar historicamente o padrão de beleza, verificamos que até ao século passado o padrão era o de mulheres com pele clara (uma vez que a cor bronzeada está ligada a mulheres trabalhadoras) e acima do peso (devido à escassez de comida). Na sociedade atual, onde temos comidas acessíveis, com excesso de açúcar e gordura e o trabalho passou a ser exercido dentro de espaços fechados, o padrão exige mulheres magras e bronzeadas, como caracteriza Gisele Flor (2009).

O padrão de beleza predominante é eurocêntrico, fazendo com que a mulher negra tenha o cotidiano passado pela violência racista “de encarar o corpo e os ideais de Ego do sujeito branco e a de recusar, negar e anular a presença do corpo [negro]” (Souza, 1983, p. 2). Sem este “ego”, a mulher negra é posta como o “Outro do homem branco e Outra da mulher branca” (Kilomba, 2019). Esta violência coloca a mulher negra sem ego nela mesma, a sua imagem é antagônica à da mulher branca, da elite. O seu corpo é imposto a partir de seu lugar sócio-histórico dentro da sociedade racista que inferioriza constantemente a mulher negra. Consequentemente, a mulher negra cede à pressão racista e nega o seu próprio corpo.

Podemos afirmar que a mulher negra é o oposto da branca, enquanto a segunda está vinculada com o padrão de beleza, a primeira é animalizada e associada à feiura e sujidade. Esta subjetividade também está ligada aos trabalhos para os quais as mulheres negras foram inseridas na sociedade ocidental (especificamente neste caso a portuguesa), ligados ao trabalho braçal e às condições materiais e de higiene que lhe eram impostas, como as mulheres trabalhadoras em geral.

Apesar de legalmente não termos os *status* discriminatórios aplicados no passado, estes estão presentes no cotidiano e na dinâmica

social da sociedade portuguesa. A miscigenação, tão louvada pelo lusotropicalismo, é fruto da violência sexual contra a mulher negra escravizada e que gerou a figura da mulher “mestiça” que possui características caucasianas, logo mais aceita socialmente que as pessoas de pele mais escura. Porém, assim como os assimilados, nunca são integradas numa sociedade racista.

Esta característica do racismo é denominada como “colorismo”, segundo a definição de T. Silva e Silva (2017, p. 3):

O colorismo, assim, surge como um tipo de discriminação baseado na cor da pele onde, quanto mais escura a tonalidade da pele de uma pessoa, maior as suas chances de sofrer exclusão em sociedade. Também denominado de pigmentocracia, o colorismo tende a elaborar e definir alguém pela própria cor da pele, é dizer, a tonalidade da cor da pele será fundamental para o tratamento que receberá pela sociedade, independentemente da sua origem racial.

O fenômeno do “colorismo” foi detectado durante a elaboração da dissertação *Mulheres negras e o cabelo: Racismo, sexismo e resistência* (2020), onde analisou-se a percepção do racismo entre as mulheres inquiridas tendo como centro o cabelo das mulheres negras, por ser uma característica física que viabiliza identificar a raça e gênero das pessoas, além de ser fácil de modificar. Durante a pesquisa tivemos resposta de 222 mulheres negras da região de Lisboa.

As perguntas voltadas para verificar a ansiedade e percepção do colorismo entre estas mulheres foram formuladas com um questionário tipo matriz, no qual possui a graduação desde *Muito* a *Nada* (1- Nada, 4- Muito). A primeira pergunta, neste sentido, foi se o cabelo causa ansiedade, ao que 44,1% das mulheres responderam acreditar que não possuem ansiedade ou possuem pouca, e 55,9% têm alguma ou muita ansiedade. Mas ao direcionar a pergunta para comparação, temos um aumento significativo.

Perguntadas se as mulheres negras são mais ansiosas com o cabelo do que as mulheres brancas a percentagem vai para 85,1% (60,8% assinalaram no 4, muito) e afirmam que as mulheres negras são mais ansiosas que as mulheres brancas; realizando o comparativo para as mulheres mestiças, há uma diminuição para 75,5%, sendo que 40,1% assinalaram a opção “muito”.

Ao questionar se as mulheres negras acham que as mulheres brancas tendem a sentir-se mais bonitas que as mulheres negras, foi verificado que 61,8% acham que as mulheres brancas têm este sentimento de superioridade. Ao fazer a mesma pergunta e comparando com as mulheres mestiças tendem a sentir-se mais bonitas que as mulheres negras, esta percentagem aumenta para 64,8%, número aproximado ao das mulheres brancas.

Também foi questionado em relação à mídia e comunicação social sobre a preferência entre mulheres negras, mestiças e brancas. Com a pergunta: “Você acha que os meios de comunicação preferem as mulheres mestiças/brancas às negras?”, foi verificado que a maioria, 90,6%, considera que as mulheres brancas são preferidas nos meios de comunicação social e 85,6% consideram que este meio privilegia as mestiças às negras.

Estes dados exemplificam como o colorismo e a hierarquização racial estão presentes no cotidiano e percepções das mulheres negras. Quanto mais características caucasianas e próximas às europeias, mais valorizadas são as mulheres, pois os traços que são ligados à inferioridade dentro da sociedade racista são amenizados.

Esta pesquisa não reflete o todo da realidade portuguesa, mas sim uma amostragem parcelar pois as mulheres que responderam a este questionário pertencem a uma realidade específica,<sup>8</sup> além de não ter-

---

**8.** Na dissertação o público que foi submetido ao inquérito corresponde a: PTE (40%), TI (40%) e EE (20%), a tipologia ACM; A maioria mora na cidade de Lisboa (25.7%), concelhos presentes no questionário: Amadora (14%), Arruda dos Vinhos, Azambuja, Cadaval, Cascais, Lisboa (25.7%), Loures (14.4%), Lourinhã, Mafra, Odivelas, Oeiras,

mos enquanto objetivo quantificar a percentagem que estas mulheres representam. Essas limitações se dão pela falta de dados estatísticos que abranja a raça em Portugal, limitando o acesso a referências sobre raça. Porém estes dados são importantes para perceber como o racismo e o colonialismo com as suas particularidades é sentido pelas mulheres negras atualmente.

Ao utilizar o cabelo e o padrão de beleza como elementos de identificação de ansiedade e percepção sobre o próprio corpo, concluímos que esta foi uma escolha consistente devido a significância que esta parte do corpo tem para feminilidade e racialidade.

## Referências

Beauvoir, Simone. (1967). *Segundo Sexo: Experiência de Vida*. (Trad. Sérgio Millet. 2º ed.) São Paulo: Difusão Européia do Livro.

Beauvoir, Simone. (1970). *Segundo Sexo: Fatos e Mitos*. (Trad. Sérgio Millet. 4º ed.) São Paulo. Européia do Livro.

Davis, Angela. (2013). *Mulher, Raça e Classe*. Brasil: Trad. Plataforma Gueto.

Du Bois, W.E.B. (1998). *As almas do povo negro*. (Trad. José Luiz Pereira da Costa). Disponível em: <<https://afrocentricidade.files.wordpress.com/2016/04/as-almas-do-povo-negro-w-e-b-du-bois.pdf>>. Acesso em 15 de novembro de 2022.

Eco, Umberto. (2007). *História da feiúra*. Rio de Janeiro: Record.

Fanon, Frantz. (2008). *Pele negra, máscaras brancas*. (Tradução de Renato da Silveira). Salvador: EDUFBA.

Flor, Gisele. (2009). *Corpo, mídia e status social: reflexões sobre os padrões de beleza*. *Rev. Estud. Comun*, 20, pp. 267-274.

---

Sintra, Sobral de Monte Agraço, Torres Vedras, Vila Franca de Xira (7.7%). Em 63,5% identifica-se como ativistas de identidade africana e/ou feminista 53,1%.

Freyre, Gilberto. (2003). Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo: Global Editora.

Golzales, Lélia e Hasanbalg, Carlos. (1982). Lugar de negro. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero Limitada.

Gonzales, Lélia. (1984). Racismo e sexismo na cultura brasileira. Revista Ciências Sociais, Rio de Janeiro: Anpocs.

Henriques, Isabel Castro. (2009). A Herança Africana em Portugal. Portugal: CTT Correios.

Henriques, Isabel Castro. (2019). Mulheres Africanas em Portugal: o Discurso das Imagens (século XV-XX). Portugal: ACM.

Henriques, Joana Gorjão. (2017). Portugal é dos países da Europa que mais manifestam racismo: Dados do European Social Survey mostram que há uma larga percentagem de portugueses a acreditar em racismo. O Público (Online). Disponível em: <<https://www.publico.pt/2017/09/02/sociedade/entrevista/portugal-e-dos-paises-da-europa-que-mais-manifesta-racismo-1783934>>. Acesso em 15 de novembro de 2022.

Hooks, bell. (2005). Alisando o nosso cabelo. Revista Gazeta de Cuba Disponível em: < <https://www.geledes.org.br/alisando-o-nosso-cabelo-por-bell-hooks/>>. Acesso em 15 de novembro de 2022.

Hooks, bell. (2018). Não serei eu mulher?: As mulheres Negras e o feminismo. Lisboa: Orfeu Negro.

Kilomba, Grada. (2019). Memórias da Plantação: episódios de racismo quotidiano. Lisboa: Orfeu Negro.

Matos, Patrícia Ferraz de. (2021). As cores do racismo português: do colonialismo à actualidade. Disponível em: <<https://www.publico.pt/2021/01/31/sociedade/noticia/cores-racismo-portugues-colonialismo-actualidade-1948309>>. Acesso em 17 de novembro de 2022.

Mindoso, André Victorino. (2021). A política de assimilação e sua ambivalência: a experiência moçambicana. Caderno CRH, v.34, pp 1-17.

Munaga, Kabengele. (1999). Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis: Vozes.

Munanga, Kabengele. (2004). Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In Brandão, André Augusto P. (org.). Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira. Niterói, EdUff.

Nascimento, Abdias. (1978). O Genocídio do Negro Brasileiro: processo de um Racismo Mascarado. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra.

Oliva, Anderson Ribeiro. (2009). De indígena a imigrante: o lugar da África e dos africanos no universo imaginário dos séculos XIX ao XXI. Sankofa. Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana, junho, pp 32-51.

Rijo, Delminda. (2012). Os Escravos Na Lisboa Joanina. CEM Cultura, Espaço & Memória, n. 3, pp. 111-129.

Roldão, Cristina. (2019). Feminismo negro em Portugal: falta contar-nos. Disponível em: <<https://www.publico.pt/2019/01/18/culturaipsilon/noticia/feminismo-negro-portugal-falta-contar-nos-1857501>>. Acesso em 18 de janeiro de 2019.

Sampaio, Livia Cassemiro. (2020). Mulheres negras e o cabelo: racismo, sexismo e resistência. Dissertação de mestrado, Instituto Universitário de Lisboa (Iscte), Lisboa.

Silva, Taiman Maria Guimarães Silva e. (2017). O colorismo e as suas bases históricas discriminatórias. Revista Direito UNIFACS, n. 201, pp. 1-19.

Souza, Neusa Santos. (1983). Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Brasil: GRAAL.

Tinhorão, José Ramos. (1988). Os negros em Portugal: uma presença silenciosa. Portugal: Caminho.

Tjipilica, Palmira; Valério, Nuno. (2014). Estatutos pessoais; a sociedade do império colonial português como uma sociedade de ordens. *Boletim de Ciências Económicas*, 57, nº 3.

## CAPÍTULO 2

# A participação do feminino no panorama artístico das Academias de Belas Artes em Portugal<sup>1</sup>

Nicoli Braga Macêdo<sup>2</sup>

### Considerações Iniciais

Este texto centra-se em uma das problemáticas de nossa tese de doutoramento em História, ainda em desenvolvimento, intitulada “A Estatuária Feminina em Portugal: Práticas e Representações da Monarquia Constitucional à Primeira República”. Nossa trajetória de investigação versa sobre dois eixos temáticos: primeiramente a História da Arte e em seguida, a História das Mulheres. Tal junção faz parte do nosso trabalho desde 2015, no âmbito da dissertação de mestrado, embora distinta da atual pesquisa em termos cronológicos. A discussão aqui apresentada buscará compreender as questões que possibilitaram a abertura do

---

**1.** Evoca problematizações pertencentes a nossa pesquisa de doutoramento em História intitulada “A estatuária feminina em Portugal: Práticas e representações da Monarquia Constitucional à Primeira República”, orientada pelo Prof. Doutor Miguel Figueira de Faria e pela prof<sup>a</sup>. Doutora Aline Gallasch-Hall de Beuvink. A pesquisa conta com financiamento da CEU – Cooperativa de Ensino Universitário – Universidade Autónoma de Lisboa.

**2.** Licenciatura e Bacharelado em História pelo Centro Universitário Fundação Santo André, em São Paulo, Mestre em História, Arte e Patrimônio pela Universidade de Lisboa, FLUL. Doutoranda em História, investigadora e bolsista do Departamento de História, Artes e Humanidades da Universidade Autónoma de Lisboa, colaboradora do Centro de Investigação em Ciências Históricas (CICH-UAL), da mesma Universidade e colaboradora do Laboratório de Pesquisa em Teoria da História e Interdisciplinaridades (LAPETHI) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

mundo da educação nas Academias de Belas Artes em Portugal para as mulheres. Para tal, explorar-se-ão as conjunturas que permitiram que houvesse uma mudança no papel social e político feminino e que contribuíram para o início de uma verdadeira transformação na transição do século XIX para o século XX. Deste modo, o recorte temporal está estabelecido, tendo por foco especial o ano de 1881 que marca a reforma educacional que possibilitou a entrada oficial de alunas mulheres nas referidas academias.

## Pela conquista do direito civil e o questionamento da hegemonia masculina na Europa

Consideramos importante ressaltar que o conceito de emancipação feminina é configurado aqui através do horizonte histórico geográfico europeu, onde existiam publicações destinadas e voltadas para uma análise do comportamento da mulher já nos séculos XV e XVII, como afirma a historiadora de arte espanhola Patrícia Mayayo (2003, p. 15):

A história do movimento feminista tem já (embora muitas vezes se pretende ignorar) muitos séculos de antiguidade. Ana de Miguel pontua a existência do que poderíamos chamar de um feminismo 'pós-moderno', que tem início com o surgimento das primeiras 'polêmicas feministas': *A Cidade das Damas* (1405) de Christine Pizan [...] ou o movimento literário impulsionado pelas 'preciosas' (*les précieuses*) nos salões parisienses do século XVII [...] Todavia é com a publicação da 'Igualdade dos sexos' do filósofo cartesiano Poulain de la Barre em 1673 e com o surgimento de vários movimentos organizados de mulheres durante a Revolução Francesa que se centram as bases do feminismo moderno. (Tradução livre).

Ainda que não possam ser classificadas como tal, estas são ações que no nosso entendimento atuam ao encontro de um movimento feminista. Para nós, estes processos marcam já a fertilização de um solo que irá culminar num feminismo propriamente dito, nos séculos XX e XXI, que conhecemos atualmente pela historiografia como as “ondas feministas”. Um exemplo máximo destas ações passadas foi a luta pelo sufrágio feminino no continente europeu que marcou a efervescência de novos movimentos em outros países estrangeiros e, obviamente, impactaram Portugal *a posteriori*.

Outro grande exemplo que merece destaque apresenta-se através dos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade enaltecidos no decorrer da Revolução Francesa, que foram segregados do horizonte das mulheres. O lema sugere igualdade, o que faz concebível imaginarmos que o posicionamento social e político feminino deveria estar incluído e encontrar um terreno fértil para desenvolver-se. Porém, apenas os homens estavam habilitados à conquista dessa tríade, como revela, primeiro, o próprio título *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*, de 1789, e depois os preceitos estabelecidos pela *Constituição Francesa*, de 1791. Nos dois casos as mulheres foram excluídas, o triplice lema era aplicável somente aos indivíduos do sexo masculino, patamar que até hoje as mulheres lutam para alcançar. Ainda assim, nesse momento revolucionário, surgiu uma importante figura, no panorama francês: o Marquês de Condorcet (1743-1794). Este assinava em 1790, um ano após a Revolução, um documento que defendia a participação de homens e mulheres em igualdade de direito, denominado *Sobre a admissão das mulheres aos direitos de cidadania*. Aí:

Indignado com a exclusão das mulheres na Assembleia Constituinte, ele enfatiza o absurdo de se falar em igualdade de direitos enquanto metade do gênero humano é privada de cidadania. Pergunta ele: como se pode falar em direitos iguais quando uma assembleia de 300 ou 400 homens se outorga a prerrogativa de decidir sobre o destino de 12 milhões de mu-

heres? Além do mais, prossegue, para que essa exclusão não fosse um ato de tirania, seria necessário provar que os direitos naturais das mulheres não são os mesmos dos homens, ou provar que elas não podem exercê-los. (Moraes, In Wollstonecraft, 2017, p.10).

No seguimento dos movimentos, e também pela forte influência de Condorcet, a ativista feminista francesa Olympe de Gouges (1748-1793) redige em 1791 a *Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã*. Uma clara resposta à sua quase homônima realizada em 1789, que mencionamos anteriormente. No texto apresenta uma forte oposição à exclusão das mulheres, ao mesmo tempo que afirma a sua superioridade, principalmente pelo “sofrimento maternal”, embora em seu preâmbulo e artigo primeiro deixe claro a defesa da plena igualdade de direitos entre os sexos:

**Preâmbulo:** As mães, as filhas, as irmãs, representantes da nação, reivindicam constituir-se em Assembléia Nacional. Considerando que a ignorância, o esquecimento, ou o desprezo da mulher são as únicas causas das desgraças públicas e da corrupção dos governantes, resolverem expor em uma Declaração solene, os direitos naturais, inalienáveis, e sagrados da mulher, a fim de que esta Declaração, constantemente, apresente todos os membros do corpo social seu chamamento, sem cessar, sobre seus direitos e seus deveres, a fim de que os atos do poder das mulheres e aqueles do poder dos homens, podendo ser a cada instante comparados com a finalidade de toda instituição política, sejam mais respeitados; a fim de que as reclamações das cidadãs, fundadas doravante sobre princípios simples e incontestáveis, estejam voltados à manutenção da Constituição, dos bons costumes e à felicidade de todos.

**Artigo primeiro:** A mulher nasce e vive igual ao homem em direitos. As distinções sociais não podem ser fundadas a não ser no bem comum. (Gouges, 1791, s/n).

Através de sua fala vemos a ressignificação do papel da mulher na sociedade e na política francesa como um todo, tendo claramente reflexos em outros países europeus e ao redor do mundo, embora de forma paulatina como bem sabemos. Uma de suas principais críticas apresentava-se na relação da concepção de humanidade colocada como sinônimo à palavra “homem”, o que para Gouges significava uma clara discrepância no caminho para a igualdade para com o posicionamento feminino. Na sequência cronológica dos acontecimentos destacamos também a figura de Mary Wollstonecraft (1759-1797) ativista feminista inglesa com a célebre obra *Reivindicação dos direitos da mulher*, escrito em 1792, obra que partilha “da mesma crença na importância da educação e na universalidade de direitos, fazendo eco a Condorcet” (Moraes, In: Wollstonecraft, 2017, p.10). Não obstante, ao termos muitos outros exemplos igualmente importantes, os expostos acabam por deixar claro o momento único que circundava o continente europeu em finais do século XVIII. Acreditamos que trazer à tona esses exemplos, para além de ajudar a recriar o caminho realizado por essas mulheres, na luta pelos direitos civis, permite-nos compreender como essas ações ganharam contornos e expressões cada vez mais fortes e atingiram diversas esferas da sociedade na luta pela igualdade, como se deu no caso específico do panorama do ensino artístico em Portugal, como será desenvolvido mais à frente.

Avançando para o século XIX, já no panorama português, que dá o norte a este trabalho, discussões similares às anteriores dão o tom da fala que vemos no jornal *A Mulher*<sup>3</sup> de 1879. As preocupações aí apresentadas versam sobre os direitos das mulheres e a necessidade de estas receberem a mesma instrução que os homens para que possam atingir o mesmo patamar, sem que fiquem somente circunscritas à esfera doméstica e do matrimônio. Todavia, ainda inscritos numa perspectiva patriarcal, afirmam que os três pilares fundamentais de “cidadã, mãe e esposa” precisam existir e ser estimulados em conjunto.

---

**3.** Ver em Rodrigues, F. Maria (ed.); Carvalho, Xavier de (1862-1919); Pinheiro, Xavier. A. 1, n.º 1 (15 Abr. 1879).

É inexplicável o procedimento da humanidade de hoje, que animada de tão boas aspirações para a reorganização do mundo baseada na igualdade e no direito, se tem sempre esquivado a reservar à mulher um papel [...] Não se dá facilmente com a origem desta reserva, observa-se que é sem razão de ser, mas não se aponta o antídoto para exterminar o mal. Parece-nos que o melhor caminho a seguir é considerar a mulher debaixo do tríplice aspecto porque a devemos encarar – como cidadã, como mãe e como esposa. Como cidadã, a mulher deve ter todas as garantias que o direito concede ao cidadão; o livre exercício de todos os cargos do estado, de todas as carreiras científicas, artísticas ou industriais. (*A Mulher*, 15 Abr. 1879, p.32).

Alguns anos depois, no início do século XX, em 1912, vemos em Portugal uma abertura nos meios de comunicação que ajudou a ampliar novas discussões dando importância sobre a mulher e o conceito do feminismo. “Já hoje o feminismo tem largos adeptos em todos os países, combatentes que ombreiam com os mais afamados defensores do preconceito e da rotina. [...] A mulher e o feminismo são o assunto que está na ordem do dia em todas as sociedades cultas”.<sup>4</sup> Ainda que fosse notória a abertura para um novo e amplo espectro de questionamentos, a forma física e a subjetividade da beleza, assim como os códigos que engendram a feminilidade e o seu comportamento, não eram totalmente colocados de lado.

Não é só a beleza física de mulher que tem atrativos. A beleza intelectual e moral também nos arrebatam e dominam. [...] Quase se pode afirmar que a mulher foi criada para o amor. O amor é a substância do seu viver espiritual, o alimento da sua alma, a sua razão de existência. [...] A mulher tem pois o seu papel social a desempenhar, e com tanto mais

---

4. Ver em Dias, A. *Revista Ilustrada de Artes e Letras*. 2º Ano, 1912, p. 7.

prestígio quanto educada for. (Dias, A. *Revista Ilustrada de Artes e Letras*. 2º Ano, 1912, pp.6-7).

Esta passagem evoca, por um lado, um lampejo de lucidez nas ideias sobre a imagética da mulher, ao mesmo tempo que, por outro, acaba por reforçar a noção de delicadeza, sutileza, amor incondicional e inato, sempre ligados ao universo feminino. Falas que reforçam a existência e caracterização de um processo gradual e instável de uma nova perspectiva político-social, neste caso, em Portugal.

É no seguimento de todos esses acontecimentos que tem início uma nova trajetória do feminino na Europa. Assim, avançamos aqui um século da Revolução Francesa interregno em que mudanças continuaram a ocorrer e mais personagens ganharam destaque, principalmente, na passagem final do século XIX e início do século XX. Ao recriarmos, ainda que sucintamente, esse germinar, buscamos evidenciar o nascimento de movimentos de caráter feminista, no próprio termo contemporâneo da concepção.

## A inserção feminina no panorama artístico europeu na viragem dos séculos XIX e XX

Vimos que o contexto social feminino europeu alterar-se-á na transição dos séculos XIX e XX. Uma mudança com reflexos graduais, avanços e conquistas muitas vezes sentidos somente décadas à frente. Até então, no universo das artes visuais, um grande estereótipo marcava também a diferença do tratamento dado aos artistas homens em comparação às artistas mulheres perante a sociedade. Enquanto os primeiros eram sempre retratados na boêmia vida de artista, seja na literatura ou na música, por exemplo, de forma positiva, as mulheres, quando se destacavam, o que por si só era já bastante difícil, eram questionadas na sua honra e moral, além de acusadas pejorativamente de agirem dentro da esfera da masculinidade. Na linha desta realidade, o estudo

e compreensão aqui demonstrados recaem no entendimento do chamado inconsciente coletivo que existia para com a ideia de feminino.

Foi então, a partir da segunda metade do século XIX, mais precisamente nos idos da década de 1880, que, à luz de todo o processo revolucionário francês do século anterior, ocorrem muitas outras conquistas feministas: “A década de 1880 acabou sendo um momento fundamental, quando passamos de trajetórias pessoais para lutas mais coletivas, que acompanharam uma evolução da sociedade”<sup>5</sup> Agora destacamos a parcela que diz respeito não só aos aspectos da cidadania, mas, sobretudo, à reivindicação por um espaço e prestígio igualitário para as artistas mulheres.

Para mulheres artistas, assim como mulheres em geral, a Revolução Francesa aparentou ser uma benção mista, abrindo algumas portas e fechando outras, estimulante na teoria, mas muitas vezes exclusivo e repressivo na prática. Embora seja certamente verdade que alguns dos *filósofos*, sobretudo o Marquês de Condorcet, pavimentaram o caminho para um feminismo revolucionário [...]. (Nochlin; Sutherland, 1976, p.45. Tradução livre).

Independentemente de todas as manifestações, foi por vezes muito contraditória a participação das mulheres nas academias. Por muitos anos lhes foi tolhido o direito de integrar as instituições de ensino e, nos poucos momentos em que lhes foi permitida a inserção no ambiente formativo, foram privadas de igualdade em poder aceder ao mesmo tipo de ensino que os artistas homens. Por exemplo, a *Société Populaire et Républicaine des Arts*, fundada em 1793 excluiu as mulheres de suas reuniões, “os membros decidiram fechar as portas às mulheres artistas

---

**5.** Magali Philippe-Briat, curadora da exposição “Mulheres artistas da virada do século 20: a arte da emancipação”, 2021. Disponível em: <<https://www.beauxarts.com/grand-format/femmes-artistes-au-tournant-du-xxe-siecle-lart-de-lemancipation/>>. Acesso em 15 de novembro de 2022.

pois essas eram ‘diferentes dos homens em todos os aspectos’”. (Nochlin, 2020, p.94. Tradução livre). A *École des Beaux-Arts* e a *Class of Fine Arts of the Institute* negaram admitir alunas mulheres até o final do século XIX, e quando passaram a ser admitidas tinham que estar em locais distintos dos alunos homens durante a formação.

Por uma parte, ao longo dos séculos XVII e XVIII algumas mulheres artistas foram aceitas nessas instituições, por outro lado, porém, não gozaram nunca dos mesmo privilégios que os seus colegas homens: apesar de em alguns casos serem autorizadas a participar das reuniões, em nenhuma das academias europeias foi permitido que assistissem às aulas de desenho de modelo nu, darem classes ou competirem por prêmios, como o famoso Prêmio de Roma [...] L’Académie Royale de Paris, por exemplo, teve no seu início uma política relativamente aberta às mulheres. O próprio Luís XIV declarou que a instituição deveria abrigar todos os artistas de talento, independentemente do seu sexo, e até 1682 sete mulheres haviam sido aceitas. Em 1706, no entanto, a Academia se pronunciou totalmente contra a admissão de mulheres, ainda que na prática algumas mulheres artistas conseguiram aceder às academias ao longo do século XVIII [...] Em qualquer caso, a presença de mulheres artistas no âmbito acadêmico devia ser percebida como uma ameaça, porque em 1770, depois de um grande debate, L’Académie Royale decidiu limitar a 4 o número de mulheres que podiam formar parte da instituição [...]. (Mayayo, 2003, p.34-35. Tradução livre).

Uma das academias mais famosas da Europa, a Escola de Belas-Artes de Paris, fundada em 1816, fomentou a entrada feminina no ensino artístico formal, em conselhos escolares, apenas a partir de 1891. Neste aspecto a grande preocupação era a possível existência de contatos entre os jovens de ambos os sexos nos espaços acadêmicos e a manutenção de um ambiente moral. A permissão oficial veio apenas

no ano de 1897, mas as alunas apenas podiam ocupar espaços e aulas predeterminados, como afirma a autora francesa Marina Sauer:<sup>6</sup>

Se atendermos à realidade parisiense, modelo seguido em vários domínios da vida social e cultural do país, a situação do ensino oficial das Belas Artes demonstra uma postura quiçá mais fechada, pois, apenas em 1897 as mulheres seriam admitidas na École des Beaux Arts. Das diversas escolas e academias particulares salientou-se a Academia Julian, fundada por Rudolphe Julian em 1868 e frequentada por alunos de diversos pontos do mundo, o que contribuiu para a sua popularidade. O método desta Academia, seguindo o modelo oficial, cumpria um programa de preparação para os exames de admissão à École, baseado no estudo do nu, e por ambos os sexos. No entanto, a moral social levaria a que o ensino fosse dado de forma separada para cada sexo. (Moncívio, 2009, vol. I, p. 35).

Outra academia que viria a permitir a matrícula de alunas mulheres, ampliando o número de instituições que consideraram a alteração de sua própria história, foi a Academia Real de Londres (ARL). Na revista *Artes e Letras*, de 1872, afirmava-se que a ARL “[...] também pretende, segundo se diz, abrir as suas portas às senhoras que cultivam as artes e merecem tal distinção pelo seu talento”.<sup>7</sup> Em termos comparativos no continente americano, especificamente no Brasil, a entrada de alunas do sexo feminino só foi estabelecida através do Decreto n.º 1159 de 3 de Dezembro de 1892,<sup>8</sup> onde se pode ler, no artigo n.º 187, que: “É facultada a matrícula aos indivíduos do sexo feminino, para os qua-

---

6. Cf. Sauer, Marina. (1990). *L'Entrée des femmes à l'École des beaux-arts: 1880-1923*. École nationale supérieure des beaux-arts de Paris, Paris.

7. Revista *Artes e Letras*. Ano 1. Editores Rolland & Semiond, Lisboa, 1872, p.42.

8. Informação disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1159-3-dezembro-1892-520752-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 15 de novembro de 2022.

es haverá nas aulas lugar separado.” A legislação não especifica como seriam desenvolvidas as aulas, ou se as alunas ocupariam os mesmos lugares que os seus pares masculinos. Através da documentação<sup>9</sup> analisada foi-nos possível quantificar o número de alunas que puderam realizar suas matrículas no referido ano de 1892,<sup>10</sup> total de 13 estudantes, mostrando uma efetiva participação por parte delas já no primeiro ano de abertura.

A reflexão dos dados acima expostos nos permite concluir que houve o caráter dicotômico pela análise histórica no tratamento dos estudos artísticos ligados ao universo feminino. Fica evidente que a proibição não era uma realidade geograficamente geral, muito menos circunscrita a um dado período, tendo havido alterações, com momentos de abertura e outros de fecho, em várias instituições. O debate esteve presente e à medida que a própria evolução das reivindicações do feminino em moldes sociais e políticos tornava-se mais a discussão ganhava terreno também nas instituições de ensino artístico.

Nos cabe voltar a atenção à presença feminina no contexto das academias portuguesas que, importa assinalar, em comparação às suas congêneres em Paris e Rio de Janeiro, por exemplo, foram pioneiras em decretar em lei, de maneira literal, a integração e frequência feminina 11 anos antes do Rio de Janeiro e 16 anos antes da Escola de Belas Artes de Paris; tendo sido ultrapassada somente pela Academia Julien, instituição francesa privada, em apenas 8 anos. Na sequência evidenciaremos quantitativamente os resultados obtidos através de um extenso levantamento documental do espólio do arquivo histórico de ambas as instituições.

---

**9.** Disponibilizada pelo Arquivo Histórico da Escola de Belas Artes do Rio de Janeiro (EBA-UFRJ), ao qual deixamos o nosso agradecimento por toda a ajuda.

**10.** Universidade Federal do Rio de Janeiro. Escola de Belas Artes. Arquivo Histórico. Livro de Matrículas 1891-1894. Doc. nº. 6189 Rio de Janeiro, RJ. Disponível em: <<http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=MuseuDJoaVI&Pesq=relatorio&pagfis=17343>>. Acesso em: 10 de março de 2022.

## As Academias e a reforma do ensino acadêmico português de 1881

Passamos a demonstrar a partir daqui a evolução da presença feminina no âmbito das academias portuguesas e como pouco a pouco elas foram ganhando o seu espaço em um universo até então dominado pelos homens. Os dados levantados e quantificados ao longo do texto correspondem à Academia Nacional de Belas Artes de Lisboa (ANBA) “[...] gerada em 1836 por iniciativa do ministro Passos Manuel e por decreto da Rainha D. Maria II datado de 25 de Outubro e publicado a 29, deste mês e ano, em Diário do Governo” (Serrão, 2016 p.41) e à Academia Portuense de Belas Artes (APBA) “[...] foi-o a 22 de Novembro de 1836, as duas nóveis Academias vão tentar importar para os seus estudos artísticos as bases acadêmicas vigentes nas congéneres de Roma e Paris.” (Serrão, 2016 p.41). Sendo o objetivo central de ambas “[...] a promoção e difusão do estudo das Belas-Artes e sua aplicação à indústria e definem a composição e funcionamento da instituição.”<sup>11</sup>

No que diz respeito à matrícula feminina, em nenhum dos regulamentos anteriores à reforma nacional de 1881, de acordo com a documentação encontrada, esta nunca foi negada de forma oficial. É somente a partir de 21 de Março de 1881, que tal fato ocorreu com a promulgação do Decreto-Lei denominado “Reforma das academias de bellas artes de Lisboa e Porto” que evoca no título II, capítulo VIII o seguinte texto: “Dos alunos [...] Art. 54º Serão admitidos à matrícula em qualquer destas classes, os indivíduos de ambos os sexos que o requererem ao inspetor da academia.”

Segundo o disposto nos estatutos das Academias de Belas Artes, ao contrário do texto legal de 1823 que procurara criar a primeira instituição deste género no país, não se pre-

---

**11.** Faculdade de Belas-Artes da Universidade do Porto – Arquivo Histórico. Documento de estudo orgânico e funcional – SUB-ARQUIVO, p.1.

via de forma explícita a abertura dos seus cursos a alunos do sexo feminino, todavia, também nenhuma disposição estatutária lhes impedia nem a matrícula nem a frequência dos seus cursos. Mais tarde, no texto da reforma de 1881, volta a explicitar-se que seriam admitidos alunos de ambos os sexos. [...]. (Lisboa, 2007, p.137).

Mesmo não existindo uma proibição literal foi somente a partir de 1881, com a liberação expressa em lei, que começaram a existir matrículas de alunas mulheres. Embora não faça menção a este fato em concreto, o historiador da arte José Augusto França (1922-2021) refere que essa foi uma reforma estruturada a partir de anos anteriores: “Em 1879, José Luciano de Castro, Ministro do Interior do primeiro governo ‘progressista’ de Anselmo Braancamp, como sabemos, encarregou o vice-inspector da Academia de Lisboa, Delfim Guedes, nomeado no ano anterior, de estudar uma reforma de ensino artístico [...] A reforma, porém, só foi decretada em 22 de Março de 1881 [...]” (França, 1990, p.60 e 61).

Ao trabalharmos em contato direto com documentação das décadas finais do século XIX e início do século XX, tornou-se possível a realização de uma ampla análise dos livros de matrícula e exames. Assim, ao construirmos o panorama da presença feminina, derivada de todo esse novo contexto, pudemos quantificá-la, muitas vezes em cronologia e disciplina, outras até com referências familiares e pessoais. Há de se considerar também, algo frequente nos trabalhos dos historiadores, os hiatos existentes entre as fontes analisadas que tornaram tal tarefa na composição de um verdadeiro *puzzle*, para que pudéssemos construir visualmente as informações destas áreas de estudos.

De um modo geral, não encontramos matrículas anteriores a 1880, o que corrobora a força do mencionado Decreto-Lei. Neste sentido, a partir de 1880 constatamos um número significativo e de aumento gradual de alunas, principalmente em disciplinas tradicionalmente ligadas ao gênero feminino, como por exemplo pintura e desenho de

ornato, embora elas apareçam em quase todas as aulas. Outra especificidade geral que merece ser evidenciada é o número total de alunas em comparação entre as duas cidades. A cidade do Porto, em comparação com a capital Lisboa, conjuga um maior número de presenças femininas, o que nos deixa crer na existência de uma provável maior abertura na cidade nortenha no que diz respeito à emancipação social e educacional feminina.

Especificamente na ANBA, os primeiros registros de matrículas femininas estão presentes no livro de 1881-1887,<sup>12</sup> são elas: Francisca Rosa da Silva, de 27 anos, modista – curiosamente uma das poucas em que temos a referência de sua profissão – e que aparece matriculada nas disciplinas de desenho do antigo, desenho de ornato e anatomia do corpo humano, e Albertina Candida de Mello Falker,<sup>13</sup> 20 anos, descrita como professora de piano, matriculada nas disciplinas de desenho linear e geométrico, desenho de figura, desenho de ornato, anatomia do corpo humano, geometria descritiva e desenho de arquitetura. Ambas têm o seu primeiro registo em 1881. Em um balanço dos registros gerais das primeiras matrículas femininas na ANBA, entre 1881-1927,<sup>14</sup> a entrada feminina, após a reforma de 1881 foi inicialmente tímida,

---

**12.** Existem informações não concordantes. Cf. (Lisboa, 2007). Maria Helena Lisboa data os primeiros registros na ANBA a partir do ano letivo de 1879/1880, todavia não encontramos nenhum registro documental de alunas do sexo feminino nestes anos. Fora o já citado caso de D. Maria Peixoto que apesar de matriculada não frequentou as aulas. Divergência que pode ser explicada pelo fato do livro de matrícula, localizado no AFBAUL, estar identificado pelos anos 1872-1879 e no seu conteúdo as folhas tenham registros de anos posteriores, no caso 1881.

**13.** Cf. Leandro, Sandra. Albertina Falker “uma namorada da arte”. In Leandro, Sandra; Silva, Raquel Henriques da, (coord.). *Mulheres Escultoras em Portugal*. Lisboa: Caleidoscópio, 2016, pp. 33-35.

**14.** Os livros de matrículas gerais da ANBA datam para além da década de 1920, dado o recorte temporal de nossa tese de doutoramento referido inicialmente, limitamos a análise até ao ano de 1923. Embora existam hiatos cronológicos que não nos permitem conhecer a existência de volumes entre 1863 e 1870; 1881 e 1905, 1924 e 1930, dificultando uma trajetória completa ano a ano. Dados complementares dos anos em falta foram obtidos em livros de matrículas de outras disciplinas e exames específicos.

todavia, ano a ano vemos um crescimento gradual, até ao ápice entre 1914 e 1923. Ressaltamos que os números apresentados correspondem ao primeiro registro de cada uma das alunas. Não acompanhamos a presença e continuidade delas em mais de uma disciplina, ou mesmo nos anos seguintes, tampouco se chegaram ao final de sua formação ou não. Embora não esteja expresso nestas informações, ainda sobre os dados coletados, podemos apontar o ano letivo de 1916/1917 como o mais significativo em números de matrículas, nomeadamente no âmbito dos cursos preparatórios. Outro dado curioso sobre as disciplinas, dentre todo o período avaliado 1881-1923, o ensino de anatomia e modelo vivo são as que apresentam uma maior frequência das alunas. Informações que corroboram com a existência de um caminho completo para a formação dessas alunas, sem que houvesse qualquer tipo de restrição, seja de ordem ética ou moral, o que reforça também uma abertura da própria sociedade portuguesa e da sua relação para com a emancipação feminina artística.

Em suma, o inicial percurso acadêmico feminino na ANBA foi marcado por uma entrada tímida, apesar de ininterrupta como vimos nos dados apresentados até aqui. Uma vez que puderam entrar oficialmente, e que de modo algum não deixaram de ocupar o seu espaço, independentizando cada vez mais as atuações profissionais. Sabemos que entre a formação inicial e a produção de trabalhos, como a sua divulgação no circuito institucional há um hiato muito grande, talvez por este motivo não nos tenham chegado suas produções finais até então. Todavia, é importante reconhecermos que elas fizeram uso dessa grande conquista e começaram a trilhar um caminho que influenciou e influencia outras gerações de artistas mulheres.

A seguir aplicamos a mesma metodologia de análise para com a documentação do Arquivo Histórico da Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto, relacionado à Academia Portuense de Belas

---

Cf. referências bibliográficas do Arquivo Histórico da Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa.

Artes. Primeiramente compreendermos o panorama geral da inserção feminina no ensino acadêmico na cidade do Porto e posteriormente traçarmos possíveis diferenças e similitudes entre as duas instituições do país. Ao confrontarmos todos os dados recolhidos acreditamos que o panorama geral desta pesquisa será enriquecido, alicerçado de maneira mais uniforme dentro de uma perspectiva geral. Com relação à APBA foram trabalhados os registros de matrículas femininas entre os anos de 1837 e 1923. A aluna com o registro mais antigo é Cristina Amélia Machado, estudante entre 1881 e 1884, seguida por Maria Soares, estudante entre 1884 e 1887 e Adelaide Fontes, estudante entre 1887-1890, todas nas aulas de desenho histórico. Ao conseguirmos dados mais completos com relação à disciplina de desenho histórico foi possível percebermos claramente a evolução da presença feminina. Das primeiras duas matrículas nos anos letivos de 1881-1882 e 1883-1884, passou-se para um total de 15 presenças em 1889-1890; 12 em 1893-1894 e o máximo de 17 alunas em 1901-1902. Embora não possamos fazer um comparativo mais amplo, como no modelo da ANBA, ao menos nesta cadeira específica, vemos uma semelhança de evolução positiva da aderência de alunas mulheres no decorrer dos anos. Outra semelhança entre as instituições e que nos chamou bastante à atenção é expressa pelo número total de alunas no período global de análise, entre 1881-1923. Enquanto a ANBA tem o montante de 50,9% da totalidade das matrículas, a APBA fica com 49,1%, mostrando uma importante igualdade de participação entre as cidades.

Existem ainda muitos documentos que não foram analisados, enquanto consequência do confinamento da pandemia Covid-19. Com a reabertura dos arquivos pretendemos em um futuro próximo colmatar essas deficiências. Ainda assim, acreditamos que o nosso levantamento permitiu até aqui uma quantificação inédita da investigação sobre o ensino feminino português no âmbito das instituições ANBA e APBA entre o final do século XIX, à década de 1880, até o início do século XX, década de 1920. Esperamos no decorrer da composição doutoral

termos a oportunidade de ampliar a compilação de dados, ao trabalharmos com outras fontes documentais, que obviamente ajudarão a enriquecer a pesquisa e nos motivarão numa futura apresentação de novos resultados, tendo em vista que a matéria aqui não se esgota.

## Considerações Finais

Realizar o debate sobre grupos minoritários, entendendo o conceito pela ótica de uma menor valorização historiográfica, visa a recuperação de histórias e personagens que de outro modo não seriam trazidos à tona. Problematizar os silêncios ao dar voz às narrativas do universo feminino e ajudar a mudar paulatinamente essa realidade é o que nós historiadores fazemos, através do presente, utilizando de temáticas atuais para debatermos e ajudarmos a ultrapassar as construções de uma realidade do passado. Esta que engendrou por muito tempo um modo de pensar o feminino, sempre pautado na ótica de uma sociedade patriarcal e que tolhia as mulheres em todas as esferas.

A nossa investigação visa colaborar para a ampliação dos estudos de emancipação do feminino, ao compreendermos como foram estruturadas as grandes e importantes mudanças sociais, políticas e ideológicas na transição entre os dois séculos em questão, no continente europeu, mais especificamente em Portugal. Assim, procuramos demonstrar que os processos históricos não devem ser apenas constituídos ou determinados por jogos de poder, que favorecem os mais privilegiados, mas que devem sim, alcançar também os elos frágeis que sofreram e ainda sofrem as consequências das omissões, como aconteceu, e ainda acontece, no caso das mulheres. Ao mesmo tempo, trabalhamos na inter-relação da área do estudo da História das Mulheres pela ótica da sua participação no âmbito da História da Arte. Entendemos os impactos de toda a conjuntura, especificamente no que diz respeito ao direito de estudo e formação de forma igualitária em com-

paração aos pares homens. Foram essas as temáticas propulsoras para o surgimento desta pesquisa.

Na trajetória de nossa breve análise podemos concluir que os caminhos trilhados pelas alunas mulheres ocorreram após a abertura legislativa em Portugal. O Decreto-Lei de 1881 foi fulcral para que o espaço de ensino acadêmico pudesse começar a trilhar um caminho mais plural e igualitário. Apesar de ainda no século XXI termos um caminho longo a trilhar, vimos um exemplo prático de como foi possível desconstruir a hegemonia masculina, ainda que de forma sucinta, e observarmos a passagem da mulher enquanto musa e fonte de inspiração para as diferentes formas de representação, para um papel ativo na composição e prática de obras artísticas. Por derradeiro, este capítulo, bem como a investigação doutoral em curso, são considerados como uma mais valia, principalmente por abrir caminhos para que outros trabalhos possam surgir. Ao questionarmos tais ausências do feminino na História e ao darmos voz a essas mulheres artistas, elevamos a arte como uma forma de debater os estereótipos, concebendo suas vidas e ações como marcos culturais, ricos em suas especificidades, e que precisam ser abordados pelas diferentes narrativas históricas.

## Referências

Chadwick, W. (1996). *Women, Art, and Society*. 2nd revised Edition. London: Thames and Hudson.

França, J. A. (1988). *A Arte em Portugal no século XIX*. Lisboa: Instituto Português do Património Cultural.

França, J. A. (1985). *A Arte em Portugal no século XX (1911-1961)*. Venda Nova: Bertrand.

França, J. A. (1979). *A Arte portuguesa de oitocentos*. Instituto de Cultura Portuguesa.

Gouges, O. de. (1793). Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/mulheres.htm>>. Acesso em: 01 de Setembro de 2022.

Leandro, S. & Silva, R. H. da. (2016). Mulheres Escultoras em Portugal. Lisboa: Caleidoscópio.

Lisboa, M. H. (2007). As Academias, Escolas Belas Artes e o Ensino Artístico (1836-1910). Lisboa: Edições Colibri.

Mayayo, P. (2003). Historias de mujeres, historias del arte. Madrid: Ensayos Arte Cátedra.

Moncívio, S. M. S. (2009). Prenda ou Arte? A participação feminina nas Exposições Trienais da Academia Portuense de Belas Artes (1842-1847). Dissertação de mestrado em História da Arte Portuguesa. Departamento de Ciências e Técnicas do Património. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Vol. I, II e III, Porto, Portugal.

Nochlin, L. (2018). Women, Art and Power and Other Essays. (1ª Edição 1988). New York: Routledge.

Nochlin, L. & Sutherland, A. H. (1976). Women artists, 1550-1950. Random House.

Nochlin, L. (2020). Women Artists after the French Revolution. In: Women Artists: The Linda Nochlin Reader. London: Thames and Hudson.

Pevsner, N. (1940). Academies of art, past and present. London: Cambridge University Press.

Phelan, P. & Reckitt, H. (2001). Art and Feminism. New York: Phaidon Press Limited.

Serrão, V. (2016). A ANBA entre a prática das artes e o ensino artístico: Um percurso académico de sucesso. In (Uma Coleção Desconhecida). Catálogo da exposição, Galeria do Rei D. Luís, Palácio Nacional da Ajuda, Lisboa, Portugal.

Vicente, F. L. (2012). História da arte e feminismo: Uma reflexão sobre o caso português. In Revista de História da Arte. Instituto de História da Arte, FCSH, Universidade Nova de Lisboa, nº10.

Wollstonecraft, M. (2017). Reivindicação dos direitos da mulher. São Paulo: Editorial Boitempo.

## CAPÍTULO 3

# A obra-prima ignorada e o sujeito-objeto da pintura

Potira Pereira Gusmão Maia<sup>1</sup>

**T**omamos o conto *Chef-d'œuvre inconnu*<sup>2</sup> de Honoré de Balzac como pressuposto enunciativo deste estudo não pela sua importância literária e histórica, mas pelo seu valor alegórico para refletir sobre a mulher como sujeito-objeto da pintura e da arte e as implicações contidas na relação modelo-artista. A sua importância é refletida através das inúmeras produções sob a sua influência, das quais citamos *La belle noiseuse*,<sup>3</sup> filme produzido em 1991 e dirigido por Jacques Rivette, ao qual também recorreremos para a construção do nosso argumento.

A história desenvolve-se em 1612 em Paris, em torno do encontro entre três personagens masculinos: François Pourbus, um pintor da corte, Frenhofer, um grande mestre da pintura e discípulo de Mabuse, o único a quem este teria ensinado os seus segredos, e o jovem apren-

---

**1.** Potira Pereira Gusmão Maia é artista, pedagoga, investigadora em arte e mestre em pintura pela Universidade de Lisboa. A sua produção artística abre-se para a alteridade e faz ver aspectos conflituosos das relações e das estruturas sociais estabelecidas. Atualmente, o seu foco de pesquisa e produção concentra-se no assujeitamento do corpo feminino às práticas de dominação masculina através da arte.

**2.** Este conto de Balzac foi publicado pela primeira vez em 1831. Utilizo e consulto a versão brasileira intitulada *A obra-prima ignorada*, traduzida por D. de Bruchard e R. Janowitz e publicada pela L&MP POCKET em 2012 (cf. Balzac, 1831/2012).

**3.** O título do filme foi traduzido como *A bela intrigante*, no Brasil, e como *A bela impertinente*, em Portugal.

diz Poussin, que busca um mestre que possa ajudá-lo a desenvolver as suas habilidades. Os personagens são construídos num jogo de inspirações reais e fictícias. Poussin, Pourbus e Mabuse fazem referência respectivamente ao pintor francês Nicolas Poussin (1594-1665) e aos pintores flamengos Frans Pourbus, o filho (1569-1622), e Jan Gossaert Mabuse (1478-1532). Embora este último não seja um personagem, apresenta-se como figura de inspiração que permeia a história.

A narrativa também apresenta três figuras femininas: Gillette, Catherine Lescault e a Santa Maria Egípcíaca. Gillette é uma jovem de beleza incomparável, uma Vênus, uma modelo amada por Poussin. Catherine Lescault é uma pintura apresentada como mulher parisiense e amada por Frenhofer, para a qual ele se tem dedicado nos últimos dez anos, fundindo pintura e mulher. A Santa Maria Egípcíaca está ligada a Pourbus e remete ao mito da santa que se prostituiu ao barqueiro para alcançar o seu destino na conversão. Das três figuras femininas, Gillette é a única personagem a ter voz, enquanto Catherine é apresentada como mulher pela fala do mestre Frenhofer e a Santa Maria Egípcíaca surge somente como imagem icônica.

O cerne do conto é o desejo dos três pintores de realizarem uma obra-prima. O enredo desenrola-se através de amplos diálogos sobre pintura. Pourbus porta-se como mediador entre o aprendiz Poussin e o mestre Frenhofer. Eles buscam a verdade da pintura, a descoberta dos segredos da criação, que só pode ser alcançada através do domínio da alma de uma figura feminina. Frenhofer, primeiramente, busca a pintura da sua amada Catherine, estabelecendo uma complexa fusão entre a mulher e a própria pintura. Posteriormente, Gillette posa para o mestre a pedido de Poussin.

O velho Frenhofer afirma que “[a] missão da arte não é copiar, e sim expressar a natureza! Você não é um mero copista, é um poeta!<sup>4</sup>

---

4. Possui raiz no grego *poiesis*, que significa *criar* ou *fazer*. Aristóteles dividiu a atividade humana em três modalidades ou categorias diferenciadas: a teoria como busca do verdadeiro conhecimento, a práxis entendida como ação destinada a resolver pro-

[...] Temos de captar o espírito, a alma, a fisionomia das coisas e dos seres” (Balzac, 1932/2012, p. 12). Tirar o véu da aparência e aceder à essência das coisas e dos seres é o que busca um artista ao fazer uma obra. Esta concepção, perpetuada por Balzac, através das três referências femininas: a Maria Egípcíaca, uma lenda da qual Pourbus busca extrair a força mítica; Catherine, uma memória representada através das lembranças de Frenhofer; e Gillette, uma modelo e a única figura feminina que efetivamente posa para o seu amado Poussin e posteriormente para o mestre Frenhofer. Esse pressuposto encontra-se em consonância com o pensamento da arte que subjaz ao ideário europeu desde o século XV, principalmente na Itália, manifestado em língua portuguesa através de Francisco de Holanda (1517-1585) num tratado do século XVI, sobre o retrato, intitulado *Do Tirar pelo Natural*.

Francisco de Holanda discorre sobre o poder de criação, o poder de fazer algo diferente de tudo, o poder de conceber um novo ser à semelhança de um deus que cria a sua criatura. Desenvolvido em forma de diálogo, *Do Tirar pelo Natural* é, antes de tudo, um tratado acerca do processo criador. Segundo Maia (2019), a expressão *tirar ao natural* tem um alcance ontológico e teológico. Não se reduz a pintar ao vivo o modelo, pois, antes, denota extrair o que há de mais vivificante no retratado, esteja este em presença ou em memória. Portanto, tirar ao natural não é copiar, mas é um fazer-ser o que ainda não é, embora já o seja em potência.

O que se copia é o ato criador, tal qual um deus capaz de fazer nascer um filho. O que se busca é um encontro com a *physis*, potência criadora e origem de todas as coisas. A *physis* manifesta-se num perpétuo movimento de vida e morte, é a própria natureza, dá e tira, porque, como refere o clássico aforismo de Heráclito, *-physis kryptesthai philei* –, a natureza gosta de esconder-se. Como força geradora de vida, a *physis* concerne à fecundidade e, portanto, associa-se ao feminino, parte

---

blemas e, por último, a *poiesis* como o impulso do espírito humano para criar algo a partir de imaginação e dos sentimentos.

da espécie dotada da capacidade de fecundação. É feminina a potência geradora que faz surgir outros seres, distintos.

Seria genuíno se a mulher fosse tomada como a representação máxima da *physis*, uma vez que é o corpo feminino o gerador de todos os corpos humanos, masculinos e femininos. Sê-lo-ia, se o processo de representação da *physis*, ancorada na figura da Vênus, não a colocasse no lugar da modelo-musa. Esse mecanismo que configura o paradoxo de a mulher ser o sujeito-objeto da pintura promoveu uma inversão de valores pautada em aspectos observáveis e colocou-nos ante valores convencionados como estatuto de verdade. Transformar a mulher no sujeito-objeto da pintura, embora envolvida por uma aura de eleição, criação de uma narrativa, subrepticamente deturpou a natureza essencial feminina, relacionando-a com os princípios opostos, e transferiu aos homens o poder detentor das suas qualidades fecundas, criadoras, transformando-a num sujeito-objeto.

A *physis* é um imperativo feminino, o é enquanto força, movimento e ação. Ao contrário disso, a figura da musa representa ou traz à presença um corpo passivo, um corpo como matéria bruta e desordenada à serviço da ação masculina. Esse lugar passivo, estabelecido pela metafísica ocidental, não contém ou não pode suportar a grandeza e a força da *physis*, que é, por essência, ativa.

A antropóloga Françoise Héritier (2002) questiona:

Efectivamente, haveria por exemplo uma «natureza» feminina que fosse o da passividade (versus actividade) e a da submissão (versus agressividade)? Seria necessário um longo caminho argumentativo para passar da doçura objectivamente identificável da voz ou da pele (devido aos efeitos das hormonas sexuais que não são perceptíveis a olho nu e que só são conhecidas há apenas um século), para as qualidades de passividade e de submissão que deveriam então decorrer naturalmente delas. Se isso parece natural é porque se trata de uma construção intelectual que provém do princípio original da valência diferencial dos sexos (p. 57).

Esse paradigma foi instituído na Grécia antiga, quando a dimensão mítica do pensamento grego foi absorvida pelo pensamento filosófico. Os pré-socráticos sabiam que o equilíbrio só era possível no encontro dos “contrários”, em presença de uma tensão. Os sofistas, contudo, lidavam com o paradigma dos pré-socráticos, entendendo a imbricação entre ser e não-ser, *physis* e *logos*. A perspectiva de complementaridade deu lugar a uma hierarquia dos opostos e, em consequência, estabeleceu o paradigma da fixidez. *Logos* é o que retém, é o permanente, é o ser; *physis* é o que dispersa, é o mutante, é a aparência. Como observa Amaral (2015), “[j]ogando-os desse modo um contra o outro, a força da negatividade exclui a *physis*” (p. 125).

Aristóteles, pautado na relação entre *logos* e *physis*, instituiu filosoficamente a inequivalência entre os humanos. Para o filósofo, o esperma seria o sopro da vida, resultado da cocção do sangue masculino, e conteria o espírito, a forma, os valores e a identidade do novo ser, usando, para tanto, a matéria feminina, disforme e indiferenciada. As mulheres seriam incapazes de efetivar a cocção por terem o sangue frio e, desta forma, conseguiriam produzir apenas o leite, responsável pela nutrição, mas não a matéria originadora. Por isto, seriam um mero receptáculo, matriz, lugar de passagem (Héritier, 2002).

Segundo Héritier (2002), esse sistema fantasioso de crenças responsável por esbulhar as funções das mulheres, colocando-as prisioneiras da função reprodutiva, resulta do fato de o homem não ser capaz de gerar a vida. A inveja masculina é responsável pela criação de uma sociedade centrada no poder fálico, em que os homens se apossam de quase todas as possibilidades de criação, discorre Bastos (2019). Por conseguinte, estabelece-se uma sociedade em que “os homens agem e as mulheres aparecem. Os homens olham para as mulheres. As mulheres olham para si próprias a serem olhadas. [...] Deste modo, ela transforma-se num objecto – e mais precisamente num objecto do olhar: uma vista” (Berger, 2018, p. 61, grifo do autor).

No entanto, ao contrário desse construto sustentado na deturpação da natureza humana, Maia (2019) sustenta que “dar e retirar é feminino (mas não exclusivo das mulheres); tirar é masculino (sem que se restrinja aos homens). O artista é feminino e masculino: ele tira algo do seu dom natural antes que o dom se retire e o retire a ele mesmo *da vida*” (p. 10, grifo do autor).

A *obra-prima ignorada* evidencia justamente o paradigma ocidental instituído, ao qual subjaz a narrativa aristotélica, perpetuando a ideia de que a prerrogativa do criar é de domínio do masculino e executada por homens, enquanto a manifestação da substância fundamental de criação indiferenciada, a natureza desordenada, a *physis* imanentemente feminina, é assumida por mulheres. A eleição da mulher como sujeito-objeto da pintura é o que apresenta Balzac nesse conto, quando estabelece a simbiose entre mulher e pintura. A pintura como mulher ou a mulher como pintura correspondem tanto à alegoria da própria arte, como a um exemplo de como é operada a deturpação da natureza essencial feminina – que é o criar –, fazendo a mulher assumir o lugar de criatura e não de criador. Este construto resultou numa história da arte em que a presença da mulher nos museus ficou restrita à sua representação em nus, ou seja, em torno de 95% enquanto criatura, e apenas 5% enquanto artistas criadoras. O trabalho de evidenciação do lugar da mulher na arte feito pela *Gerrilla Girls* explicita e quantifica a inequidade entre homens e mulheres na arte.

No mais, as três situações apresentadas no conto abordam a concessão dos corpos femininos ao usufruto masculino: Gillette como modelo; Catherine como pintura-mulher; a Maria Egípcíaca como lenda-pintura. No entanto, se podemos falar em concessão de todas as partes no processo imanente ao fazer artístico, devemos ponderar a natureza das cessões. Elas podem ser mensuradas a partir da mesma medida ou lógica? Ceder à pintura, ceder a pintura, ceder ao amado e ceder à pintura cedendo a amada, quem se concede a si próprio cede o seu corpo como exercício de liberdade ou de servidão? E mais, como

é possível conceder o outro a alguém, sem fazer uso de um estatuto de propriedade, tendo este outro como uma coisa que lhe pertence? Por que *a natureza do ceder e do aceder* ganha contornos distintos para o homem e para a mulher?

Neste sentido, o apontamento de Maia (2019) auxilia-nos a compreender que

[o] humano precisa de ficção para dizer a verdade da pintura. E – indissociavelmente – para dizer a verdade de uma moça ou de uma mulher formosa: o reverso da eleição da mulher (como sujeito da pintura) é a sua sujeição milenar ao homem. O sujeito da pintura também significa a sujeição da mulher [...]. A mulher é o objecto de desejo – e de troca – entre os homens (pp. 5-6).

A mulher como moeda de troca pode ser explicada segundo a tese de Héri-tier (1996, 2002). Neste sentido, os padrões de comportamento inerentes à relação entre o masculino e o feminino provêm do princípio original da valência diferencial dos sexos, em que somente o desejo masculino é considerado, podendo satisfazer-se em todos os corpos femininos à disposição. A exaltação e a licenciosidade da pulsão sexual masculina foram estabelecidas por meio de dois mecanismos: a troca dos corpos das mulheres entre os homens com fins de sociabilidade duradoura e a imposição da disponibilidade das mulheres para a satisfação sexual masculina. A troca foi estabelecida, de forma simples e primeira, com um homem que trocava a sua irmã com outro, que igualmente tinha uma irmã para servir à troca e, assim, garantir a sua descendência. Portanto, a mulher foi a primeira mercadoria de troca a ser usada pela espécie humana (cf. Bastos, 2019) e essa condição de mercadoria segue sendo naturalizada, ainda que de modos mais abstratos e subjetivos.

Outro aspecto evocado pelo conto de Balzac é a violência posta na relação do masculino com o feminino, como se esta fosse inerente

ao fascínio dos homens<sup>5</sup> ou como se fosse a face sombria do erotismo intrínseco à relação do pintor com a modelo ou intrínseco à arte. As imagens abaixo foram capturadas do filme *La belle noiseuse* e fazem ver essa violação.



No filme *La belle noiseuse*, o pintor Frenhofer diante de Marianne, que representa a personagem Gillette, diz: “Não me preocupam seus peitos, pernas e lábios. Quero mais! Quero tudo! O sangue, o fogo, o gelo. Tudo o que há dentro do seu corpo. Vou tomá-lo todo! Vou tirá-lo e pô-lo neste quadro!”. A passagem expõe a tentativa do pintor de ultrapassar o limite da superficialidade do corpo feminino. Fá-lo coercitivamente, sem usar necessariamente a força física. A modelo expressa a sua insatisfação por estar ali e ter o seu corpo violado – antes pelo amado que a ofertou ao mestre, ao modo de um proxeneta, e, depois, pelo mestre pintor –, que tem o seu aspecto último na morte. No conto, o velho pintor atea fogo à pintura-mulher, ao mesmo tempo que se suicida. No filme, ele empareda a pintura depois de pronta, com quem a sepulta. Assim, a narrativa aponta que o limite da licenciosidade do masculino para o feminino é a aniquilação deste último.

---

**5.** Aqui discorremos sobre as mulheres e a misoginia como recorte focado numa violência que tem no corpo portador de vulva o seu alvo. Isto porque foram as diferenças fisiológicas dos corpos que promoveram a construção das noções de masculino e feminino e o ódio ao corpo feminino e tudo o mais que o representa. Contudo, entendemos que a violação alcança também o feminino noutros corpos.

O acontecimento é envolto numa atmosfera devastadora, causando à personagem sinais de exacerbado desconforto face à situação. A natureza dessa violação reflete mais o desejo de aniquilação do feminino como resposta à inveja masculina do que um desejo de ordem erótica, uma vez que, como defende Bataille (1957/2017), a violação inerente ao erotismo é de natureza interior, e não deliberada. Associá-la ao erotismo naturalizando-a foi também um dos aspectos que compôs o sistema de crenças forjado para instituir o desapossamento feminino desde os primórdios.

A humanidade fincou os seus pilares sob o primeiro e perene conflito intraespecífico, que é o incômodo, a inveja masculina em relação ao feminino. Essa constitui-se a primeira ferida primordial da espécie humana. O desejo de rasurar o outro, o feminino, advém da angústia de estar face-a-face com um corpo capaz de vislumbrar a indistinção, o todo. Seguimos reproduzindo as mesmas lógicas desde os tempos mais remotos, ainda que disfarçadas em noções de civilidade. Resta-nos o maior dos desafios, que é ver o outro como parte, e não como ameaça. Aos homens resta abandonarem as lógicas expropriadoras e violentas. Às mulheres resta renunciarem ao estatuto de eleição que demanda uma postura servil. É urgente e necessário trilharmos um caminho de assimilação de lógicas equitativas, amplas e fluidas das noções de feminino e masculino e das diferenças corporais que nos sustentam a vida. O feminino não é estranho ao homem, é a parte esquecida de um único tempo de indistinção, a parte mãe que fomos e que subsiste dentro de nós, imemorialmente.

## Referências

Amaral, M. T. d'. (2015). Os assassinos do sol: uma história dos paradigmas filosóficos (Vol. 2, Os gregos: séculos VI a.C. a I d.C.). Rio de Janeiro, Brasil: Editora UERJ.

Amaral, M. T. d'. (2019). O cosmos, a natureza, o mundo: segundo os sistemas, segundo a vida. *Cosmos & Contexto: Revista Eletrônica de Cosmologia e Cultura*. Disponível em: <<https://cosmosecontexto.org.br/o-cosmos-a-natureza-o-mundo-segundo-os-sistemas-segundo-a-vida/>>. Acesso em 24 de novembro de 2022.

Balzac, H. de. (1831/2012). A obra-prima ignorada, seguido de um episódio depois do terror (Bruchard, D. de., & Janowitz, R., Trad.). Porto Alegre, Brasil: L&PM POCKET.

Bastos, J. G. P. (2019). O inconsciente do dinheiro, símbolo do poder fálico. *Revista Electra*, 6, 81-94.

Bataille, G. (1957/2017). O erotismo (Scheibe, F., Trad.). Belo Horizonte, Brasil: Autêntica.

Berger, J. (2018). Modos de ver (Rosa, J. L., Trad.) Lisboa: Antígona.

Héritier, F. (1996). Masculino, Feminino: o pensamento da diferença (vol. I). Lisboa: Instituto Piaget.

Héritier, F. (2002). Masculino, Feminino: dissolver a hierarquia (vol. II). Lisboa: Instituto Piaget.

Maia, T. (2009). O filho imortal (o segredo do artista, 3). In C. Tavares, F. Dias, & J. Quaresma (org.), *Arte & Eros* (pp. 60-83). Lisboa: Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa.

Maia, T. (2019). A arte de tirar. In F. de Holanda (org.), *Do tirar pelo natural* (pp. início-final). Lisboa: Documenta.

Rivette, J. (Diretor). (1991). *La belle noiseuse* (Filme cinematográfico).

Santos, S. F. P. de. (2016). A Mulher na Magna Grécia: um “objeto” de valor. *Revista Clássica*, 29(1), 29-48.

## CAPÍTULO 4

# A mulher e o labor: a força de trabalho em Portugal na década de 1960

Pâmela Peres Cabreira<sup>1</sup>

*Liberdade é pouco. O que desejo ainda não tem nome*

**Clarice Linspector**

Para este capítulo,<sup>2</sup> colocamos como ponto de partida o ano de 1960-1961, aquando das revoltas nos países africanos colonizados se tornaram mais intensas, desembocando nas guerras de libertação nas “colônias portuguesas”. Balizamos esta data tendo em consideração o colonialismo pautado no trabalho forçado e na violência generalizada, consequente no massacre de Mueda, a 15 de junho de 1960, e no bombardeamento português com *napalm* para controlar uma greve de algodoeiros em fevereiro de 1961.<sup>3</sup> A exploração extrema que perdurava há séculos já não era tolerável. E em segundo lugar, das intensas ondas migratórias para a Europa e o aumento do investimento estran-

---

**1.** Pâmela Peres Cabreira é graduada e mestra em História pela UFRRJ. Investigadora Integrada ao Grupo Cultura, Identidades e Poder/IHC e pesquisadora no Núcleo de Estudos sobre Capitalismo, Poder e Lutas Sociais/NECAP/UFRRJ. Esta pesquisa contou com o apoio de CAPES/Doutorado Pleno/Processo nº {88881.129278/2016-01} e atualmente FCT UI/BD/150943/2021. E-mail: cabreiraperes@gmail.com.

**2.** Utilizamos enquanto base para este texto um dos capítulos da tese em desenvolvimento pela autora.

**3.** Assassinados após terem acordado um retorno a Moçambique (vindos de Tanga-nica) sem trabalho forçado. Ver Varela (2014, p. 24-27).

geiro no país, sob o pretexto do desenvolvimento econômico a partir do multinacionalismo empresarial. Assim, empunhamos a década de 1960 como um período explicativo na inserção da força de trabalho feminino de maneira mais extensa no país. Enquanto força de trabalho compreendemos as capacidades e necessidades individuais, físicas e mentais vinculadas ao sistema capitalista de produção. Ou, como distingue Marx (1900[1867], p. 194), a força de trabalho remete ao “complexo das capacidades físicas e espirituais [mentais] que existem na corporalidade, na personalidade viva de um ser humano, e que ele põe em movimento sempre que produz valores de qualquer espécie”.

Os movimentos migratórios e a necessidade de subjugar as precárias condições no Portugal interior rural, bem como o elevado número de homens destacados para combater nas frentes de manutenção dos países colonizados em África, empurraram milhares de portugueses – famílias, homens e mulheres do campo –, para a cidade, em Portugal e fora dele. Para Rosa (1975, p. 46), “procurando aquilo que lhes era recusado na sua própria Pátria – um emprego seguro e um salário compensador – centenas de milhares de portugueses abandonavam todos os anos o país”. Assim com este êxodo rural, a década de 1960 apresentou os maiores índices de trabalho fabril no país. Segundo Barreto (2017, p. 23-36), até ao final dos anos 50, a população rural atingia os 52% e “eram raras as indústrias modernas”.<sup>4</sup> Em contrapartida, a aceleração na mudança deste cenário se acentuou na década de 1960 sobretudo pela tríplice por nós indicada: guerra em África, emigração (“lega ou ilegal”<sup>5</sup>) e investimento estrangeiro, reconfigurando um país em atraso para uma mudança

---

4. Em 1970, a população rural decresceu para os 32%; ver Barreto (2017).

5. A expressão de Cole (1994, p. 145) refere-se, sobretudo, à emigração sem trabalho certo e, portanto, sem visto antecipado à chegada aos países de destino. Rege-se também pela emigração dos que fugiam à guerra nos países colonizados em África. Segundo Rosa (1975, p. 46), “entre 1961 e 1973, deixaram Portugal mais de 1 220 000 portugueses, ou seja pouco menos da metade da população activa existente em 1970 (população activa em 1970: 3 200 000)”.

geo-social, aumentando os/as trabalhadores/as assalariados/as industriais em 22% em 1970 (Barreto, 2017, p. 36-39).

Em Portugal, essa alternância do campo para a cidade é relativamente tardia, mas o desempenho do trabalho por mulheres sempre ocorreu em seus mais diversos espaços de vivência. É sobre estas mulheres que esta pesquisa busca traçar histórias, conexões, experiências e sociabilidades, visto que a compreensão histórica sobre o papel delas na construção da sociedade contemporânea é ainda um véu a ser descortinado, seja na História ou mesmo no sentido sócio representativo do que é ser mulher no mundo ocidental capitalista e industrializado.

Segundo Goldman (2015, p. 20), no final do século XIX e início do XX “as mulheres haviam ingressado na força de trabalho, mas ainda eram responsáveis por criar os filhos, cozinhar, limpar, costurar, remendar – o trabalho penoso e mecânico essencial para a família” e, no sentido amplo da participação nos domínios públicos enquanto trabalhadoras ainda estavam condicionadas à exclusão e à venda de sua de força de trabalho paga pela moeda mais barata,<sup>6</sup> onde “[...] se a mulher cumpre os seus deveres domésticos no seio da família, fica excluída do trabalho social e nada pode ganhar” (Engels, 1976[1884], p. 97), situação presente em Portugal até o 25 de Abril de 1974 e que e alguma medida, se estende até aos dias atuais. Não obstante, o ingresso da força de trabalho feminina ao longo do século XX também foi marcado pelas discrepâncias entre homens que não respeitavam o trabalho das mulheres fora do trabalho doméstico e da casa e, posteriormente, o “salário familiar”<sup>7</sup> que mantinha em outra perspectiva a dominação masculina e a prerrogativa de um trabalho doméstico compulsivo para todas as mulheres.

Nesse sentido, a necessidade do trabalho, fosse para sustentar-se e/ou *ajudar* a família, ou ainda enquanto *contribuição* para o

---

**6.** Sobre o processo de exclusão de mulheres trabalhadoras após a Primeira Guerra Mundial das dinâmicas sociopolíticas, ver Geary, 1991.

**7.** Ver Cf. Goldman (2015) e Foner (1984).

agregado familiar, levou milhares de mulheres sem qualificações ao trabalho manual repetitivo, mal remunerado e, na maior parte das vezes, em condições de extrema precariedade. Segregada ao universo do trabalho doméstico e ao trabalho não reconhecido (reprodutivo e de produção artesanal em domicílio próprio), a mulher trabalhadora entrou no trabalho assalariado desamparada de formação e qualificação formais, logo, com um salário baixo e insuficiente para a carga de trabalho desenvolvida. É de se destacar que também na década de 1960 a idade “inativa” para o trabalho diminuiu de 12 para 10 anos para a contagem censitária, indícios de uma institucionalização do atraso social em relação ao trabalho infantil e às condições de vida da classe trabalhadora (INE, 1964). A intensificação da industrialização do país na década de 1960 trouxe consigo condições infestas para a classe operária, acelerando as contradições engendradas entre o sistema ditatorial do “Estado Novo” e o capitalismo *tardio*, a insustentabilidade da manutenção dos países colonizados e a condição da classe trabalhadora que resiste e luta.

Dito isso, buscamos, enquanto horizonte de expectativa, traçar uma análise histórica que privilegie o entrelaçamento teórico entre conceitos de classe, gênero e raça/etnia, partindo do pressuposto de que o estudo sobre as mulheres trabalhadoras não incide apenas no a priori do seu sexo. Mesmo que não exaustivamente debatida de maneira conceitual, temos enquanto fio condutor a noção de que as relações sociais entre homens e mulheres são construídas socialmente, com base em desígnios historicamente construídos e socialmente concretizados, sem perder de vista o substrato material – ou seja, o corpo e suas funções específicas (Safiotti, 2009) –, e de que elas são aglutinadoras deste processo de divisão sexual do trabalho.<sup>8</sup>

---

**8.** A concepção de gênero, neste estudo, adota uma ligação entre o social e o biológico, sem que deixar que ambos caiam no determinismo, mas que de maneira geral se complementam na explicação da construção histórica entre homens e mulheres.

## A mulher e o labor

Por mais que, insistentemente, ao longo da historiografia, a mulher portuguesa tenha pertencido a uma categoria de *participante* na construção histórica, ou que o seu trabalho tenha sido estipulado enquanto *ajuda* familiar (Silva, 1985), efetivamente, elas também *construíram* a história. Michelle Perrot (2005, p. 251) assinala, pragmaticamente, que “as mulheres sempre trabalharam, elas nem sempre exerceram profissões”, e, no caso português, isso não poderia ser uma condição mais autêntica.<sup>9</sup>

---

**9.** Vejamos o exemplo remoto de Portugal rural do século XVI, onde encontramos um quadro que ilustra essa afirmativa: fosse nas lavouras, na moedura das farinhas, das lavadeiras e cozinheiras, no comércio e venda de peixes e castanhas nas cidades ou no processo de constituição do linho – desde a plantação até a tecelagem –, as mulheres sempre estiveram presentes. Sempre trabalharam. Ainda no século XVI, José Gentil da Silva nos aponta que “se não fossem os grandes ranchos de mulheres que descem das terras da Beira e alta Estremadura [...] se poderia apanhar uma terça parte das azeitonas de sua lavra”. O linho, cultivado para este fim sob o cuidado do trabalho de mulheres, já se encontrava nas plantações do Algarve, Beira e Minho, que “& tam fino, que as mulheres das ditas partes, principalmente Coimbra, e suas aldeias, de Tengual, de Goes, de Arganil, de Lafões, de Arouca, Braga & Guimarães fazem teas de pano e linhas, que bastecem estes reinos”. Permeando boa parte do século XX, o cenário manteve os moldes dos séculos passados, que, em essência, foi caracterizado por intensas migrações sazonais aliado ao emprego generalizado da mão de obra feminina no meio urbano e rural. Em Coimbra, na mesma altura, destacam-se as atividades artesanais desenvolvidas por mulheres, ou ainda em Viana, onde estas “representam facilmente metade dos ofícios ligados ao comércio”, como as padeiras que serviam de Lisboa a Braga segundo as *Ordenações Manuelinas*. No século seguinte, em Lisboa, contava-se 700 regateiras da Ribeira, entre vendedoras do peixe pescado pelos maridos, além das “[...] 10.000 activas para 8.000 sem officio”. Ainda no século XVII, na composição profissional da população de Coimbra, 52% encontravam-se no setor de vestuários e têxteis, ampla mão de obra feminina. (Silva, 1985). Do século XV ao XVIII, encontraremos mulheres africanas em trabalho escravo do mais indesejado, no despejo de dejetos ou criadas em residências burguesas e sobre isso, indica-se a consulta do capítulo de Livia Cassemiro Sampaio. Como salienta Cerejeira, *apud* Magalhães (1997, p. 433), “difícilmente se encontrará uma casa onde não haja pelo menos uma escrava destas. É ela que vai ao mercado comprar

É possível definir que a inserção da força de trabalho feminina no setor assalariado industrial a partir de 1960 dá-se em quatro sentidos, ainda que separados, se complementam: a) no preenchimento de vagas deixadas pelo efetivo masculino destacado para a “guerra de guerrilha” nos países africanos colonizados – se bem que a política de Marcelo Caetano a partir de 1968 abria possibilidades de instalação de setores que priorizavam a mulher enquanto trabalhadora, fosse por sua desqualificação profissional e pelo baixo valor remuneratório, ou mesmo pela implicação socio-moral de o trabalho feminino ser mais “delicado” e específico para determinados setores; b) na mobilização emigratória sobretudo para países europeus e a migração interna dos campos para as cidades na constituição de um universo fabril, ainda que pouco desenvolvido – mas em crescimento a partir de 1961 –, principalmente no setor têxtil, eletrônico e da cortiçaria; c) pela necessidade de complementar um rendimento familiar tendo outro como o “chefe de família”, geralmente o pai ou o marido; d) por uma invocação de independência ligada pela via econômica, o trabalho assalariado enquanto libertação das relações familiares e pressões sociais.

A inserção das mulheres enquanto força de trabalho mais barata, desqualificada e flexível sempre se deu em ciclos ao longo do período pós-revolução industrial, servindo inclusive como argumento de contrariedade ao trabalho feminino assalariado, pelos homens, que alimentavam um discurso de “lugar” social da mulher, no lar, na família, amplamente ligada à ideia de Engels (1976, p. 86) de que “[...] a primeira opressão de classes, com a opressão do sexo feminino pelo masculino”. Ao mesmo tempo, o sistema capitalista incentiva os antagonismos na relação entre homens e mulheres, sobretudo na decomposição de unidade nas lutas e reivindicações. Ao colocar o trabalho

---

as coisas necessárias, que lava a roupa, varre a casa, acarreta a água, e faz os despejos à hora conveniente”. Constata-se ainda que 10% da população de Lisboa nesta altura era composta por negros escravizados. Mulheres livres já trabalhavam “a dias” como domésticas na casa de outrem.

feminino e infantil das classes empurradas para o trabalho fabril nas cidades como necessário para a manutenção dos baixos custos e altos lucros e ao mesmo tempo promover uma idealização da mulher monogâmica, cuidadora e responsável pelo lar nas classes médias e altas, o sistema engessa uma representação da mulher na sociedade capitalista.<sup>10</sup> Além disso, às mulheres trabalhadoras, sabrecai o peso da dinâmica de serem projetadas ao trabalho doméstico e à não instrução, e, conseqüentemente, ao trabalho não qualificado.

Certo é que a intensificação do imperialismo português, assente pela dinâmica colonialista, sobrepujou uma exploração mais acirrada enquanto força de trabalho barata, elevada carga horária e uma superexploração vinculada à repressão estatal. Para Costa (1979, p. 217), esta nova parcela do proletariado industrial contou com o trabalho de uma grande parcela de “[...] mulheres, desqualificado e sobre-explorado, pelo trabalho em cadeias de montagem onde a parcelização<sup>11</sup> do trabalho é ainda elevada ao mais alto nível”. Trabalho este que, como veremos adiante transitava por diversos setores produtivos, mas, efetivamente em maior peso no setor têxtil que garantia a segunda posição em número de postos de trabalho, segundo o recenseamento de 1970 (INE, 1973).

Tal como a caracterização das mulheres trabalhadoras entre 1890-1930 em estudo realizado por Virgínia Baptista (2016, p. 44), constatamos que as diferenças foram poucas na evolução das décadas seguintes: a maioria das mulheres portuguesas se encontrava, entre 1960 e 1974, em trabalhos concentrados maioritariamente na indústria e no trabalho agrícola, na prestação de serviços, no trabalho doméstico e

---

**10.** Sobre a idealização das relações entre os sexos, ver os capítulos neste livro de Teresa Melo e a tradução do texto *As relações entre os sexos e a luta de classes*, de Alexandra Kollontai.

**11.** O autor aqui refere-se à dinâmica de superespecialização de determinadas fases do processo de produção, retirando autonomia de fábricas puramente de capital português, situação identificada ainda mais na produção têxtil, eletrônica e metalúrgica.

“progressivamente, nas profissões liberais” (Idem). Além disso, as faixas etárias que mais albergavam mulheres consideradas enquanto “com profissão”, nos anos de 1960 e 1970, estão entre os 15 e 49 anos, sendo que em ambas as décadas, a faixa etária com o maior número de mulheres trabalhadoras nesta categoria concentra-se entre os 20 e 24 anos, levando-nos a considerar que as mulheres solteiras recorriam ao trabalho fabril, ao passo que gradativamente reservam-se ao trabalho doméstico, de cuidados e trabalhos manuais de produção caseira, vendas individualizadas na esfera cotidiana entre mulheres. Este ciclo do trabalho doméstico mais intenso na primeira e última parte da vida repete-se no que Engels (1976, p.96-97) denominou como “serviço privado”, onde “[...] a mulher converteu-se na primeira criada, sem participação na produção social”.

Entretanto, a fonte estatística reflete uma problemática acerca dos enquadramentos conceituais sobre o trabalho. Mais que isso, a máxima de Barreto (2000, p. 37) faz-se sentir nessa análise quando afirma que “não há definição que resuma um país. Nem estatística que valha a verdade de um povo”. No recenseamento de 1960 (e não podemos perder de vista que estes dados refletem a dinâmica social do trabalho da década anterior, tal como os de 1970), considera-se que as mulheres camponesas executavam trabalho “doméstico agrícola” e não se enquadravam no setor “profissional” produtivo. Para Santos (1965, p. 447-450), essa relação dá-se justamente pelo atraso da sociedade sobre os padrões e condicionantes atribuídos à mulher enquanto uma possível agente em integrar a “população activa”, dividindo-a entre “com ocupação” e “com profissão”. Nos anos 1970, o campo de “mulheres domésticas” abarca todas as maneiras que consideravam o trabalho domiciliar, mas já não há caracterização no setor rural.

As instruções para o preenchimento do questionário do *X Recenseamento Geral da População* de 1961 são ilustrativas sobre a condição da mulher aos olhos do regime: em perguntas relacionadas às “mulheres não solteiras”, deveriam ser indicados a data do casamento

e o número de filhos tidos. Apenas para as mulheres. Os filhos seriam tão “somente das mulheres”? Não há no questionário pergunta sobre quantos filhos teria o homem “não solteiro”. Esta fonte transmite as representações do mundo do trabalho – e não só – a partir de uma visão masculina e política, centrada em um regime ditatorial. As nomenclaturas classificatórias são indicadoras desta representação. Também nos ilustra bem a relação entre trabalho produtivo *versus* trabalho reprodutivo, a caracterização das seguintes categorias:

*Se não exerce uma profissão: Dona de casa:* se se ocupar das lides domésticas e tiver responsabilidade do arranjo do lar e tiver serviçais; **Doméstica:** se se ocupar das lides domésticas e tiver responsabilidade do arranjo do lar e não tiver serviçais; **Familiar:** se se ocupar das lides domésticas e não tiver a responsabilidade do arranjo do lar; **Doméstica agrícola:** se se ocupar, umas vezes sim e outras não ou, ao mesmo tempo de lides domésticas e trabalhos agrícolas (INE, 1964, grifos originais).

Por um lado, segundo os conceitos do recenseamento, a “dona da casa” seria necessariamente uma mulher de classe média e/ou alta, responsável pelas lides sem, contudo, executá-las e que, por outro, enquadram-se na mesma categoria de “sem profissão” que a “doméstica”, aliás, uma condição transversal a todas as mulheres da classe trabalhadora. Ambas não possuem uma “profissão” ao executar de diferentes maneiras o trabalho doméstico, sem, contudo, pertencerem às mesmas atividades ou sequer à mesma classe. Mais intransigente é o trato na mesma categoria, relativa às mulheres trabalhadoras no setor agrícola, concebidas enquanto domésticas e que não exercem profissão, mas exercem, além das lides domésticas, o trabalho agrícola. Essas milhares de trabalhadoras não eram enquadradas na estatística enquanto trabalhadoras em setor produtivo, o que certamente desequilibra não só as análises quantitativas, mas também a percepção de como estas mulhe-

res eram enxergadas e tratadas pelo sistema. Esse trabalho era designado de forma ínfima se relativo ao trabalho enquadrado como produtivo. O trabalho dessas mulheres era claramente colocado em uma esfera de inferioridade aos olhos do Estado. Esta aferição fundamentada nos conceitos inscritos a partir da fonte censitária, ainda que fragmentada, não deixa de representar a importância da linguagem e do conceito enquanto uma abreviação da pretensa realidade ou das consequências por ela atribuídas.<sup>12</sup>

Nesse sentido, as mulheres passam a permear outros espaços na divisão social do trabalho, no lar e na fábrica; integram uma dupla jornada de trabalho e adentram diversos setores ditos produtivos: em 1950, as mulheres constituíam 22,70% da população ativa em Portugal, duplicando de número entre 1930-50 no setor têxtil e do tabaco, representando 80% de mão de obra feminina; no setor da indústria alimentar, dos papéis, calçado, vestuário e costuras, representavam metade do efetivo (Pimentel, 2015, p. 296).

Pimentel (2015, p. 279) destaca como o uso intencional de conceitos com definições estatísticas errôneas serviriam para propósitos de enviesamento ideológico. Por exemplo, nos anos 1930, as pessoas que cuidavam “do arranjo das suas casas” entravam estatisticamente como “activas”, resultando em uma falsa percepção de que a mulher estaria inserida no setor produtivo formal, representando 48,3% da população total ativa, enquanto apenas 27,4% tinham “profissão”, e apenas 21%, uma “profissão lucrativa”. Tais conceitos foram sendo alterados ao longo dos recenseamentos seguintes, entretanto, ainda nos deparamos com a problemática do que é considerado “trabalho” e de como a esfera doméstica ainda não era percebida como “produtiva”.<sup>13</sup>

---

**12.** Em perspectiva da noção de linguagem e realidade, ver Koselleck (2012).

**13.** Aliás, ainda para acarretar mais peso sobre esta situação, a mulher era legalmente encarregada das tarefas domésticas, podendo o esposo utilizar deste artifício como acusação de não cumprimento de atividades matrimoniais, algo que só seria derrubado na prática com o 25 de Abril de 1974.

Baptista e Alves (2019) colocam-se diante de inquietação semelhante: como compreender as representações políticas e sociais sobre o trabalho das mulheres nos censos portugueses, de 1890 a 1970, a partir de uma visão de gênero e feminista? Percorrendo este longo período, deparam-se com um viés de interesse político na representação da mulher trabalhadora enquanto ativas ou sub-representadas em outras categorias. A categoria por nós identificada, da “doméstica agrícola”, no censo de 1960, vai de encontro ao que determinam como a realidade pautada na ideologia burguesa, ou seja, quando estas são remetidas “[...] para o lar, como ‘domésticas’. Deste modo, muitas mulheres trabalhando na agricultura, em oficinas domésticas, no comércio familiar, na confecção de costura ou de alimentos, no domicílio, foram inseridas em grupos demográficos não exercendo trabalho remunerado ou vistas como auxiliares do chefe de família” (Ibidem, p. 597). A determinação conceitual permitiu a publicidade e demonstração do que interessava ao regime, retirar ou integrar as mulheres no mercado de trabalho.

Em 1960, a “divisão conceitual” do trabalho feminino dava-se entre as “com profissão”, figurando 18,2% da população total e 97,6% da população “com ocupação”;<sup>14</sup> alteração significativa se daria em 1970, quando este número de 18,2 subiria para 26,4% da população. Remonta ao decorrer das décadas de 30 e 40 o aumento no número de registros estatísticos de mulheres operárias nos diversos setores, sobretudo no “sector têxtil” e “vestuário” e de “produtos alimentares”, enquanto um quarto das trabalhadoras estava nos setores de “química” e “cortiça”, tendo este último uma elevação nos anos 1960 (Baptista, 2012).

Para os dados estatísticos de 1960,<sup>15</sup> temos uma alteração significativa quanto à diminuição da idade ativa considerada para o censo,

---

**14.** Esta última abarcando quem: “se ocupasse principalmente de lidas domésticas’ – a ‘dona de casa’ (com serviços remuneradas), a ‘doméstica’ (sem serviços remuneradas) e a ‘familiar’ –, a ‘doméstica agrícola’, o ‘proprietário’, a ‘trabalhadora doméstica’ a ‘camponesa’ e o ‘mendigo” (Pimentel, 2015, p. 302-303).

**15.** Mais uma ocorrência da inferioridade civil da mulher encontra-se no Artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 41 962 de 17 de Novembro de 1958, quando enumeram a ordem

de 12 para 10 anos, e quanto à classificação de desemprego figurar apenas para quem já possuía registro anterior; aos que procuram o primeiro emprego, dá-se a classificação de “inactivos” e, finalmente, aos prestantes do serviço militar, dá-se o enquadramento conforme a condição em que o recenseado se encontrava antes da incorporação militar, o que dificulta, por este meio, a visualização de um quadro referente ao destacamento militar nessa altura. Além disso, há uma alteração na classificação da profissão por ramos de atividade, segundo a qual postulam normas para recenseamentos na “Classificação Internacional Tipo de Profissões do BIT” e na “Classificação Internacional Tipo, por Actividade, de todos os Ramos de Actividade Económica”, das Nações Unidas (INE, 1964, p. 6).

No que tange a classificação das mulheres, este recenseamento apresenta enquanto trabalho produtivo a classificação de “agricultores, pescadores, caçadores, silvicultores e trabalhadores equiparados”, incluindo trabalhadores/as agrícolas especializados/as e não especializados/as. Já no grupo de “operários qualificados, especializados e não especializados”, o leque abarca os setores que destacamos por ter uma significativa inserção feminina: cerâmica, couros e peles, papel e cartão, sapataria, auxiliares de tecelagem, conserveiros, corticeiros, costureiras e aprendizas de alfaiate e costureiras gerais, “rendeiras e bordadoras de tecido”, setor de produção eletrônica, papel e cartonaria, têxtil, cortiça, conservas. “Trabalhadores especializados dos serviços, desportos e actividades recreativas”: Damas de companhia, lavadores e engomadores de roupa, “maçagistas (*sic*), calistas e manicures”. Em 1950, a classificação consistia em “camponesas”, enquanto o recenseamento de 1960 transpõe “domésticas agrícolas”, “mendigos e ocu-

---

de responsáveis por transgressões em caso de não resposta ou falseamento nas respostas do censo; em primeiro responsabiliza-se os “chefes de família e das convivências ou seus substitutos”; em segundo os indivíduos do “sexo masculino mais idoso residente na habitação” e, apenas em terceiro, seria responsabilizado o “indivíduo do sexo feminino”.

pações diversas” para “outras”; “mulheres que se ocupam só das lidas domésticas” e “domésticas agrícolas” encontram-se em “condição sócio-económica – Outras”. Para Barreto (2000, p. 59):

As mulheres dirigiram-se para as indústrias então em pleno desenvolvimento, com relevo para as têxteis, assim como aumentaram as fileiras do trabalho assalariado rural (com especial menção para novos cultivos, como o tomate para a indústria e outros cultivos regados). Foi diminuindo o número de mulheres que se transformavam em ‘empregadas domésticas’ e aumentando sempre o das assalariadas em indústrias e serviços e o das empregadas nas administrações. Cresceu rapidamente a participação feminina na administração pública, com especial relevo para os serviços de educação, de saúde e de segurança social.

Nestas denominações, conseguimos perceber um importante fator a ser considerado nas entranhas das malhas traçadas sobre a atividade profissional: enquanto anteriormente aferíamos os postos de trabalho apenas através do setor, agora conseguimos traçar que a mulher trabalhadora ocupava praticamente todas as profissões exercidas – de viajante caixeiro a pescadoras, lenhadoras, motoristas, mecânicas reparadoras, trabalhadoras de metais e diversas outras profissões que não estão no imaginário social e mental de trabalho de uma mulher na década de 1960 –, salvo as que lhes eram proibidas.

Varela (2014, p. 55) indica que mais de um milhão de portugueses emigraram com destino à França, Alemanha e Inglaterra, uma verdadeira sangria da população ativa no país. Certo é que as mulheres passaram a ocupar funções antes destinadas apenas aos homens, principalmente pela escassez de mão de obra masculina, com a emigração e o recrutamento dos mais jovens para a composição do exército português para os países colonizados em África, a partir de 1961. Além disso, Varela (2011, p. 24) considera que também existe uma “mudança

geracional face ao período do pós-guerra: uma classe operária jovem, que se torna adulta já na cidade, que trabalha mais e com nova organização do trabalho e racionalização do processo produtivo”, e reprodutiva, sobretudo se tivermos em consideração que grande parte da massa populacional emigrada se tratava de mulheres.

A representatividade em algumas profissões, ainda que simbólica,<sup>16</sup> demonstra uma capacidade do que James C. Scott (2013) chamou de “resistências cotidianas” como estratégias de sobrevivência, inserção “pacífica” e encenação de uma aparente submissão frente ao controle, neste caso, patriarcal e ditatorial. Na subjugação histórica do corpo e da presença social das mulheres, a relação de opressão interseccionada entre classes identifica e desencadeia estratégias pensadas por estas mulheres em prol de subverter a ordem e a dinâmica social, e que, ainda que sejam “simbólicos”, fomentam um passo a mais na consciência de si e do meio que as cerca. A tese de Paula Godinho (1998, p. 52) sobre o Couço reforça a ideia de que a resistência e a construção da memória coletiva<sup>17</sup> são indispensáveis para se compreender as interferências ao sistema que reprime constituindo a atribuição de significados aos acontecimentos que permeia uma comunidade a partir de “[...] uma expressão da consciência dos próprios limites”.

É também no Couço no ano de 1964 que encontramos dois exemplos representativos sobre a desenvoltura nas *resistências cotidianas*,

---

**16.** Vejamos alguns exemplos que nos parecem mais inusitados no recenseamento de 1960: químicas (180), juristas (64), advogadas (59), desenhadoras (162), pescadoras (504), lenhadora (336), mineiras (184), serventes de minas (113), mensageiras (47), preparadoras de fios (921), branqueadoras e tintureiras (1453), sapateiras (2034), condutoras de laminadoras de metais (26), operárias da produção e do tratamento de metais (394), mecânicas de precisão (80), ajustadoras-montadoras e instaladoras de máquinas (5), mecânicas reparadoras (172), soldadoras (30), eletricistas (305), modeladoras, lapidadoras, moleiras e aplicadoras de vidros (205), forneiras (59), operárias da fabricação de pneus (409), carregadoras, descarregadoras, estivadoras (326).

**17.** Ainda que condicionada à existência de memórias individuais e que integre outras memórias que não apenas as que possuem um significado específico perante o passado.

sendo uma comunidade que encarava a repressão do regime há anos, sobretudo após a burla eleitoral de 1958<sup>18</sup> em que a população desencadeou uma onda de greves em apoio a Humberto Delgado, tornando a luta dessa comunidade prolongada até ao final da década de 1970, sobrepujada pela Reforma Agrária. Sendo uma povoação fortemente anticlericalista e inserida em uma teia de resistências dirigidas pelo Partido Comunista Português (Ibidem, p. 81), a comunidade do Couço traz consigo uma plasticidade nas relações reivindicativas e de luta com uma forte componente feminina. Afinal, como evidencia Godinho (Ibidem, p. 18), são as mulheres as “[...] continuadoras de uma memória rechaçada e perseguida, que confere sentido à existência colectiva, detêm uma responsabilidade acrescida pelo papel desempenhado no decurso da socialização primária infantil”. Serão elas as primeiras a abandonar “[...] as obras do canal do Sorraia, no dia 23 de Junho de 1958, não tendo comparecido logo pela manhã ao serviço” (Ibidem, p. 355); somaram às multidões pelo direito ao trabalho, aglomeravam-se em frente à Caso do Povo. Foram ativas nesse processo de luta, como podemos constatar à vitória da greve de 1962 pelas 8 horas de trabalho que resultou na prisão<sup>19</sup> de algumas mulheres, mas que permitiu a vitória gradual na conquista desse direito (*Avante!* 2021).

---

**18.** A seguinte passagem ilustra essa situação: “Após a greve de 1958, as prisões não têm um carácter tão preciso. Mais do que alvos seleccionados e sobre os quais existe informação prévia, a GNR e a PIDE varrem literalmente os montes em busca dos que andam a *levantar* outros trabalhadores” (Godinho, 1998, pp. 176-177).

**19.** No jornal *Avante!*: “No Couço houve sempre um punho erguido”. Relato: “As mulheres do Couço – recordou Maria Rosa Viseu, ela própria também presa e torturada, na intervenção que proferiu no acto de lançamento da primeira pedra ao monumento de homenagem ao povo do Couço – nunca pouparam esforços. Tiveram sempre ao lado dos homens na luta; deram o seu contributo pela conquista de direitos; lutaram nas praças de jorna, nas lutas das oito horas, nas lutas para a formação de um sindicato que nos defendesse, nas lutas contra as burlas eleitorais, nas lutas das malditas prisões, e, nas horas amargas da tortura, estiveram sempre ao lado dos homens, seus companheiros”. Disponível em: <https://www.avante.pt/arquivo/1286/8603h1.html>. Consultado em 20 de junho de 2021.

O jornal clandestino *Avante!* (1966) avançou com duas notícias que remetem à modos de resistência cotidiana, operada por mulheres trabalhadoras. Em 1966, na Golegã, um grupo de mulheres reivindica o direito ao trabalho após uma cheia no Tejo, que trouxe fome e perdas agrícolas; juntam-se e assaltam um grande celeiro, além de uma loja, e distribuem o seu conteúdo entre as manifestantes, em uma expressa demonstração de justiça individual. Também pelo *Avante!* (1964) em 1964 lê-se que no Couço, após o término da ceifa do arroz, dezenas de mulheres ficaram sem trabalho, ao que se juntaram para buscar azeitonas nos olivais dos grandes agrários, uma ação que parece comum no meio rural desta altura; ação semelhante decorreu no ano anterior, e elas são referidas, junto de seus companheiros, por “ladrões” pelo jornal *Expresso* (*O Camponês*, 1963).

Estas ações enquadram-se na noção levantada por Godinho (1998, p. 50-51), onde

“[...] mesmo os mais destituídos de acesso às esferas de poder económico, social, e com um menor capital simbólico que os imponha e resguarde, não são destituídos de poder e podem fazer uso do que têm de formas fortemente corrosivas e desgastantes, no quotidiano, ao mesmo tempo que se mobilizam, em diferentes fases, enquadrando ações colectivas que arrebatam outros, passíveis de alterar o curso da História, mudar as instituições e construir um novo edifício memorial”.

Estas ações transitam entre a noção de plena consciência em resistir e resistir enquanto forma de sobrevivência, ambas imperativas nas lutas sociais do nosso tempo. É neste sentido, por exemplo, que mulheres e homens se colocavam à coleta de pinhão ou de restos de cortiça, para sobrevivência, e contestavam o poder local enquanto detentores

do que acreditavam possuir (Ibidem, p. 137-139).<sup>20</sup> Talvez inspiração para o neorrealista Soeiro Gomes (1982, p. 36) ao descrever Gineto que junto aos esteiros e ao lixo, à mãe suplicante e os irmãos necessitados, torna-se “ladrão”, “o nome veio-lhe depois com os assaltos aos pomares, florestas mais belas do que os esteiros”.

Ferreira retoma a luta das mulheres nas greves de Almada nos anos 40 onde o incentivo dava-se não apenas na luta reivindicativa no formato das greves e paralisações, mas também pelo assalto aos bens alimentares, como podemos constatar neste trecho: “As heróicas mulheres de Almada, numa manifestação de 2.500 pessoas conseguiram a paralisação total da indústria e do comércio e exigiram que fôssem postos à disposição do povo os gêneros de que necessitavam” e, ainda “desfraldai as bandeiras negras, as bandeiras da fome. Assaltai todos os lugares onde estejam os gêneros açambarcados. Ide buscar os gêneros onde os houver” (2006).<sup>21</sup> Nas lutas contra a fome advindas com as dinâmicas geopolíticas da Segunda Grande Guerra as mulheres trabalhadoras sobrepujaram forças em Coimbra, Lisboa, Barreiro e as do setor da cortiça em Almada lutaram, resistiram, foram presas e espancadas pela Guarda Nacional Republicana (Ferreira, 2006, p. 257).

Tereza Pizarro Beleza (2015, p. 13) afirma que “A ‘Mulher’ em Portugal no século XIX, na República ou no Estado Novo não existe. Ou em qualquer outro tempo ou lugar. Existiam e existem mulheres de muito diferente condição económica, social, cultural e até sexual”; ou seja, “entre uma camponesa, uma empregada doméstica, uma operária, uma intelectual, uma prostituta e uma senhora mulher de um ministro do Governo de Salazar [...] as diferenças eram abissais”. Desse modo, é preciso ter em conta que, quando nos referimos “às mulheres trabalhadoras”, estamos delimitando um recorte de classe, de gênero e muitas

---

**20.** Godinho demonstra através de entrevistas que no Couço a prática de lesar os patrões era organizada e inclusive, com nomenclatura própria: o burneco.

**21.** Manifesto do Secretariado do Comité Central do PCP intitulado “Em greve e unidos a vitória será nossa” de 29 de Julho de 1943, ver em Ferreira (2006).

vezes de etnia/raça, sem cair no que tem sido recorrente ao se trabalhar pela linha da “história das mulheres”. É preciso compreender os espaços de sociabilidade, de condições econômicas e espaciais, e mesmo das relações de poder que se configuram no tecido social (Cabreira & Macedo, 2021). Ainda estamos em construção sobre uma história das mulheres que configure sentido às trabalhadoras e aos seus espaços de ação e esperamos com esse breve texto, contribuir para que essas inquietações sejam ampliadas no campo da historiografia atual.

## Bibliografia e fontes

Avante! (1964). Série VI, n.337, Janeiro. Arquivo Casa Comum 04435.187.

Avante! (1966). Série VI, n.366, Maio. Arquivo Casa Comum 04435.209.

Avante! Disponível em: <<https://www.avante.pt/arquivo/1286/8603h1.html>>. Consultado em 20 de junho de 2021.

Baptista, Virgínia & Alves, Paulo Marques. As mulheres trabalhadoras em Portugal (1890-1970): as representações sobre o trabalho remunerado e o trabalho não remunerado numa perspetiva feminista. XIV Jornadas nacionales de historia de las mujeres. Mar del Plata, Argentina, 2019.

Baptista, Virgínia. (2012). Proteção e direitos das mulheres trabalhadoras em Portugal – as origens do Estado-Providência (1880-1943). Tese para obtenção do grau de Doutora. ISCTE/IUL.

Baptista, Virgínia. (2016). Proteção e direitos das mulheres trabalhadoras em Portugal, 1880-1943. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Barreto, António. (2000). Portugal e a Europa: quatro décadas. In Barreto, António (org.). A situação Social em Portugal 1960-1999. Volume II – Indicadores sociais em Portugal e na União Europeia. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Barreto, António. (2017). Anatomia de uma revolução. A reforma agrária em Portugal, 1974-1976. Lisboa: D. Quixote.

Beleza, Teresa Pizarro. (2015). Prefácio. In Pimentel, I. F. & Melo, H. P. de. Mulheres Portuguesas: história da vida e dos direitos das mulheres num mundo em mudança. Lisboa: Clube do Autor.

Cabreira, Pamela Peres & Macedo, Nicoli Braga. (2021). História das mulheres trabalhadoras em Portugal: cenários em perspectiva. In Cabreira, P.P. (coord.). Estudos Globais do Trabalho. Lisboa: Editora Húmus.

Cole, Sally. (1994). Mulheres da Praia: o trabalho e a vida de uma comunidade costeira portuguesa. Lisboa: Etnográfica Press.

Costa, Ramiro da (1979). Elementos para a história do movimento operário em Portugal. 2º volume, 1930-1975. Lisboa: Assírio & Alvim.

Engels, Friedrich. (1976). A origem da família da propriedade e do Estado. Lisboa: Editorial Presença.

Ferreira, Sónia. (2006). A fome saiu à rua: as greves de 1943 vividas pelas operárias de Almada. Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, n.18, Lisboa, Edições Colibri, pp. 249-272.

Foner, Philip. (1984). Clara Zetkin: Selected Writings. Nova York: International.

Geary, Dick. (1991). European labour politics from 1900 to the depression. London: Macmillan Education LTD.

Godinho, Paula Cristina Antunes. (1998). Memórias da resistência rural no sul. Couço (1958-1962). Tese de doutoramento em Antropologia. Universidade Nova de Lisboa.

Goldman, Wendy. (2015). Mulher, Estado e revolução: política da família Soviética e da vida social entre 1917 e 1936. São Paulo: Boitempo.

Gomes, Soeiro Pereira. (1982). Esteiros. Lisboa: Básica Editora.

INE. (1964). Instituto Nacional de Estatística. Separata do Tomo V. Portugal. X Recenseamento Geral da População de 1960. No con-

tinente e Ilhas adjacentes. Tomo V, Volume 1.º Condições perante o trabalho e meio de vida.

INE. (1973). Instituto Nacional de Estatística. Volume 1, Contigente e Ilhas Adjacentes, Portugal. 11.º Recenseamento da População de 1970.

Koselleck, Reinhart. (2012). Estudios sobre semântica y pragmática del lenguaje político y social. Madrid: Editorial Totta.

Linspector, Clarice (2020[1943]). Perto do Coração Selvagem. Rio de Janeiro: Rocco.

Magalhães, Joaquim Romero. (1997). Sociedade e Cultura. In Mattoso, J. (dir.). História de Portugal (Vol. 3). Lisboa: Editorial Estampa.

Marx, Karl. (1990[1867]). O Capital. Crítica da economia política. Livro I – O processo de produção do capital. Lisboa-Moscovo: Edições Avante!.

O Camponês. (1963). Fevereiro-Março, n. 103.

Perrot, Michele. (2005). As mulheres ou os silêncios da história. Bauru: Editora da Universidade do Sagrado Coração.

Pimentel, Irene Flunser. (2015). A situação das mulheres na I República e no Estado Novo. 1910-1974. In Pimentel, I. F. & Melo, H. P. de. Mulheres Portuguesas: história da vida e dos direitos das mulheres num mundo em mudança. Lisboa: Clube do Autor.

Rosa, Eugénio. (1975). A economia portuguesa em números. Lisboa: Moraes Editores.

Safiotti, Heleieth. (2009). Ontogênese e filogênese do gênero: ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra mulheres. FLACSO.

Santos, Mário Cardoso dos (1965). Estrutura e evolução da população activa em Portugal. *Análise Social*, v. 3, n.12, out, pp. 441-474.

Scott, James C. (2013). A dominação e a arte da resistência: discursos ocultos. Lisboa: Letra Livre.

Silva, José Gentil da. (1985). A mulher e o trabalho em Portugal. Separata de “A Mulher na Sociedade Portuguesa”. Actas do Colóquio. Coimbra, 20 a 22 de março, vol. I.

Varela, Raquel. (2011). História do PCP durante a Revolução dos Cravos. Lisboa: Bertrand.

Varela, Raquel. (2014). História do Povo na Revolução Portuguesa, 1974-1975. Lisboa: Bertrand.



## CAPÍTULO 5

# “A mulher é o futuro do homem”: entrevista com Ana Barradas

Por Pâmela Peres Cabreira<sup>1</sup>

**A** ideia dessa entrevista<sup>2</sup> surgiu ao longo de anos de uma amizade sincera e acolhedora, mostra do companheirismo feminino que tanto esperamos construir. Ao sempre escutar a Ana (e tomo aqui a liberdade de tratá-la apenas pelo primeiro nome, como faço pessoalmente), pensei que um registro efetivo, representado em um capítulo desse livro sobre mulheres, transmitiria não apenas a minha admiração por sua personalidade, mas uma demonstração de que dentro do mesmo campo, podemos trabalhar na divergência. Espero que se sintam sentadas na sala connosco, nessa conversa descontraída e que por opção, fica aqui transmitida nesse mesmo tom.

**Pâmela:** A Ana Barradas é tradutora e jornalista de longa data. Nasceu em Moçambique. Foi redatora da revista *Política Ope-*

---

**1.** Pâmela Peres Cabreira é graduada e mestra em História pela UFRRJ. Investigadora Integrada ao Grupo Cultura, Identidades e Poder/IHC e pesquisadora no Núcleo de Estudos sobre Capitalismo, Poder e Lutas Sociais/NECAP/UFRRJ. Esta pesquisa contou com o apoio de CAPES/Doutorado Pleno/Processo nº {88881.129278/2016-01} e atualmente FCT UI/BD/150943/2021. E-mail: cabreiraperes@gmail.com.

**2.** Entrevista realizada no dia 15 de novembro de 2022, na casa da entrevistada, em Lisboa. Utilizei, para tanto, um gravador *Philips Voice Tracer* e o aplicativo Transcrição Instantânea.

rária e editora da *Ela por Ela*. É autora de várias obras, entre as quais *Ministros da Noite*, *Dicionário de Mulheres Rebeldes*, *O Império a Preto e Branco* e *As Clandestinas*. Além disso, é tradutora de dezenas de diversos títulos, tal como livros de Jack London, George Orwell e Noam Chomsky. Ana, partindo dessa breve apresentação, poderia contar um pouco da sua história?

**Ana:** Olha a minha história é uma história de dinossaura (*risos*)... porque eu venho de muito longe. No outro dia estive ali na greve climática do Liceu Camões<sup>3</sup> e me apresentaram: “essa senhora veio do movimento e estudantil dos anos 60 e 70 e ela vai falar da sua experiência”, e eu disse “*pá* não, eu venho dos anos 50” (*risos*). Isso para dizer que a minha consciência revolucionária... política eu acho que já tinha subconsciente por causa da prisão de minha mãe e minha tia ter estado muitas vezes presa e outros familiares meus estarem muito ligados à luta antifascista e eu nasci no meio desse clima de oposição ao regime, nessa ansiedade de quando é que nos agarram, quando é que vamos ser presos. Então quando a minha mãe finalmente foi presa tinha eu 14 anos e eu e o meu irmão mais velho íamos às visitas em Caxias ver a minha mãe. Aquilo era um processo com muita gente e nessas visitas encontrávamos miúdos da nossa idade que iam ver os pais ou as mães. Em certa altura uma miúda

---

**3.** A ocupação da Escola Secundária de Camões (é mais conhecida por seu nome de fundação, em 1902, Liceu Camões), em Lisboa, iniciou-se dia 07 de novembro de 2022, juntamente com outras seis escolas e universidades de Lisboa (estudantes foram agredidos pela polícia e quatro foram presos na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa após uma brutal intervenção policial, como não se via desde os anos 60, em ditadura). Lutam contra o uso desenfreado dos combustíveis fósseis e por medidas que sustentem a preservação do meio ambiente. As ocupações coincidem com a Conferência das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (COP27) e ainda se mantêm ativas até ao dia em que essa entrevista foi realizada.

disse-me lá “tu não estás no Filipa, no Liceu Filipa de Lencastra?” e eu disse “sim, bem me parecia, já te vi lá”. Ela era bem mais velha eu. Ela disse assim: “Anda cá”, chamou-me a parte. “Queres ir a uma reunião que a gente está a preparar, para uma associação dos alunos do ensino secundário...?”. Eu disse logo “Quero!”. Eu sempre digo que sou a pessoa que sou hoje porque a PIDE<sup>4</sup> e também a Igreja Católica (mas isso é outra história) é que me empurraram para aí. Se não houvesse repressão eu não teria seguido este caminho. Ainda bem. Tenho que agradecer isso a Santa Madre Igreja e a PIDE (*risos*). Então, nós éramos meninas e meninos para essa associação e já aí a desigualdade de gênero saltava à vista não é... Eu sempre tive consciência disso acho, acho eu, mas ali tornava-se mais imperioso discutir isso e opormo-nos a isso. Então as minhas primeiras noções de feminismo vêm dessa tensão entre homens e mulheres que estavam envolvidos na luta e a sensação de que havia muita coisa que precisava de ser mudada do ponto de vista político e social e uma delas era a condição feminina. Pronto, estes são os meus primeiros passos. Ali nessa altura, fins dos anos 50, princípios dos anos 60, não havia uma prática feminista como há hoje... quer dizer, as mulheres não se organizavam em organizações práticas para se ter um programa. Não existia. E depois com a guerra colonial e a inclusão de cerca de um milhão de mulheres nos anos 60 no mercado de trabalho, essa passagem à vida ativa não produziu nenhuma revolução, nenhuma alteração nos papéis de gênero, mas deu às mulheres algum poder económico. Antes as mulheres eram quase animais domésticos que estavam submetidas ao salário do marido. Eu estou a falar das mulheres em

---

4. A entrevistada refere-se à Política Internacional e de Defesa do Estado, ativa durante o período da ditadura fascista portuguesa.

geral porque as mulheres trabalhadoras proletárias sempre trabalharam. Toda a vida trabalharam! Mas muitas vezes... por exemplo o caso das miúdas conserveiras das fábricas de sardinha: o salário dessas meninas com 13 ou 14 anos não ia para as mãos delas, ia para as mãos do pai, era ele que ia buscar o salário delas e elas não viam o dinheiro. Portanto, quando elas começam a ser contratadas no mercado de trabalho com o salário e um contrato, supostamente, elas começam a apropriar-se da sua independência económica ou pelo menos de poder gerir de alguma maneira, nem que fosse em parte, a sua capacidade de tomar decisões, que tem a ver com o nível económico em que estão.

Depois eu pertencia a um grupo maoísta que era muito puritano nesse aspecto, quer dizer, não era puritano, era talvez muito omissivo. Porque a ideia era: nós estamos todos numa atividade clandestina, revolucionária e queremos uma revolução socialista, mas estamos todos em pé de igualdade, somos todos camaradas, as distinções entre nós não importam, o que interessa é a nossa capacidade de militância, de agir e de pensar. Portanto a questão de género era uma coisa adiada; “um dia, talvez nessa tal sociedade, isso resolve-se, não vamos nos preocupar com esse assunto”. Mas o bichinho fica. A pessoa não se esquece da sua condição e todos os dias, quer na militância, quer na vida privada ou na vida laboral, apercebe-se dessas diferenças. Então a certa altura o grupo comunista (maoísta) em que eu estava, um pouco por... como hei de dizer isso?... uma grande imaturidade política, mas também um pouco por necessidade de experimentar na sua vida privada a igualdade de género, resolvemos constituirmo-nos em comuna. E a comuna, ao contrário do que diz a direita, não é trocar de marido e de mulher a qualquer

hora e momento! A comuna era igualdade de circunstâncias, portanto todos os salários eram metidos numa caixa comum e as necessidades de cada um eram satisfeitas por aquilo que estava disponível. Isto é uma teoria porque *pronto* vem do Manifesto Comunista, mas na realidade o que se passava era que o dinheiro era sempre escasso. Nós passávamos todos mal, não passamos propriamente fome, mas só tínhamos o indispensável para viver e esta comuna acabou por se desfazer porque... tu não podes mudar as relações pessoais numa pequena bolha em uma sociedade que é toda distorcida e isso acaba por penetrar nas ideias da própria comuna, que acabou por se desintegrar por não ter viabilidade. Mas a experiência em si foi interessante porque deu-nos uma outra visão de como se pode viver sem ser em família nuclear, egoísta fechada sobre si sem solidariedade nenhuma. Não. Havia ali solidariedade, muita discussão política. Discutimos as questões laborais, as questões políticas tanto quanto o regime nos permitia, tudo clandestino e discreto, mas *pronto* era uma vivência diferente daquela que eu teria se estivesse em família nuclear. Eu já estava casada, já tinha dois filhos pequenos...

**Pâmela:** E isso foi em que ano Ana?

**Ana:** Isto foi... deixa-me fazer contas... 69, 70... 1971. Então quando veio o 25 de Abril e nos organizamos, os grupos maoístas começaram a reunir-se para constituir um partido comunista. Levantou-se de novo a questão feminina, quer dizer as ações tornaram-se comuns, começamos a construir um programa, juntamos tudo o que fosse consensual e era preciso distribuir tarefas e uma das tarefas era a questão da mulher. E vieram ter comigo. “O que tu achas sobre a questão da mulher?” e eu disse “*pá* é um problema candente, é uma

necessidade social e política é uma coisa importantíssima”, “mas tu não achas que as nossas tarefas... a questão das greves, da ligação com a classe operária, a questão da luta antifascista, a questão colonial... não achas que são causas mais importantes?”, “sim claro, são!”, “então nesse caso não vamos fazer um departamento feminino” (*risos*), adiando e adiando. Depois aparece a Umar<sup>5</sup> e dizem “vamos fazer uma União das Mulheres Antifascistas e Revolucionárias” e *pá* o nome apareceu-me bem! (*risos*). Enfim.

No PCP(R)<sup>6</sup> o que eu fiz do ponto de vista feminista é que nós, a UDP<sup>7</sup> ocupou um palacete abandonado logo a seguir ao 25 de Abril nos primeiros meses, ali em Benfica e também distribuímos tarefas e uma delas era a das mulheres. Porque as mulheres eram essenciais, por exemplo, na luta pela ocupação das casas. As mulheres é que estavam na vanguarda desse processo! Elas que iam com os filhos agarrados pela saia ocupar as casas e os homens vinham à noite, “oh Maria abre-me a porta que estou aqui” quer dizer o trabalho das ocupações foi feito pelas crianças e suas mães. Então esse grupo de mulheres... e havia as mulheres da Fábrica Simões, que estavam ali muito, naquela altura deviam ser mais de 500 mulheres a trabalhar ali. Mas com essas mulheres não fizemos “trabalho de mulher” nós íamos vender o jornal, nós recrutamos para o partido, nós falávamos da política e da luta contra o patrão mas de uma maneira geral não havia uma linha própria – como devia haver se houvesse uma organização de mulheres,

---

**5.** A UMAR teve originalmente esse nome, “União das Mulheres Antifascistas e Revolucionárias”, alterando, nos anos 1980 para União de Mulheres Alternativa e Resposta.

**6.** Partido Comunista Português (Reconstruído), criado em 1975, com orientação marxista-leninista.

**7.** União Democrática Popular, partido marxista criado em 1974.

independente e autônomo para o trabalho de mulheres – a única coisa que foi realmente feminina foram as comissões de luta contra a carestia de vida porque começaram a subir loucamente os preços ... quer dizer, o processo revolucionário estabeleceu um salário mínimo, houve aumentos de salário universal, toda a gente passou a viver melhor – toda a gente de baixo – e o patronato, passados uns anos, responde com essa questão do teto salarial, dos recibos verdes graças a esse monstro sagrado que era o Mário Soares. A carestia de vida era um problema para as famílias, como está a ser agora, mas naquela altura era mais severo, mais dramático. Então começamos a fazer piquetes de mulheres nos mercados – antigamente ainda se usava muito, não havia supermercados ainda –, usava-se os mercados de bairro e íamos aos mercados aqui de São Domingos de Benfica o Mercado de Benfica, os mercados dos nossos bairros eram os nossos pontos de trabalho e a gente punha-se à porta dos mercados com os panfletos para dar às vizinhas e a discutir com elas... “não pode ser, precisamos nos organizar, isso não pode ficar assim” (*risos*), muita agitação, muito palavreado, mas nós estávamos a trabalhar com mulheres domésticas, de pequena baixa burguesia, não era uma matéria inflamável. Então o nosso trabalho acabou por se perder nessa... não havia agressão nem havia oposição aberta. *Pá* diziam, “vocês têm toda a razão, mas eu agora tenho que ir fazer o almoço”. As pessoas não acreditavam que se podia combater a carestia pela luta. Portanto, a posição radical de nos organizar para lutar era uma mensagem que elas não queriam aceitar. Porque elas achavam que havia outras formas de lutar contra a carestia. Há um acontecimento na minha vida que é muito importante e que eu estou a esquecer. Quando casei, muito cedo, eu tinha 18 anos quando encontrei meu marido e casamos pouco tempo depois. E ele

ofereceu-me um livro da Alexandra Kollontai chamado “A mulher e a Moral Sexual”, uma edição brasileira, até estou a ver a capa. Era uma compilação daqueles textos fantásticos e incríveis da Kollontai e eu devo muito ao meu companheiro ele ter se lembrado de me dar aquele livro porque deu-me novas luzes. Ele não me doutrinou, não me disse nada, mas deu-me um livro para ler e isso foi fantástico, isso mudou muito a minha posição em relação à toda a filosofia de vida e a mulher lá dentro, portanto o papel central da mulher. Mas eu nunca consegui na minha vida política (*risos*) pôr em prática nem um décimo daquilo que a Alexandra Kollontai me ensinou! Esse é que é o drama.

**Pâmela:** Recentemente reli o seu texto sobre a família na Revolução Russa<sup>8</sup> e como naquele breve momento – e em outros durante o século XX – conseguimos alcançar o que parecia inalcançável sob o ponto de vista de um feminismo de classe. Parece-me muitas vezes que nos desviamos deste caminho de luta, de tomada de poder e da luta feminista.

**Ana:** Da mesma maneira que nos desviamos pela luta para a tomada do poder e a conquista da ditadura do proletariado, tudo está perdido e no meio o feminismo também se perdeu. Não quer dizer que não se reencontre esse caminho..., mas nós andamos perdidos no meio do pântano, nós vivemos no pântano e não conseguimos sair do pântano. Então isso reflete em todos os aspectos da nossa luta. Qualquer que seja a nossa tendência dentro das nossas organizações

---

**8.** Refiro-me aqui ao texto *A família na União Soviética. Crise e reconstituição 1917/1944*, de 2017. Disponível em: <<https://bandeiravermelha123.wordpress.com/2017/02/05/a-familia-na-uniao-sovietica-crise-e-reconstituicao-19171944/>>. Acesso em 15 de novembro de 2022.

revolucionárias nós estamos quase sempre no pântano. E encontrar a chave desse percurso para caminhar numa direção futura, promissora, é uma coisa que ainda não se descobriu, não se sabe onde é que está essa chave. Há pessoas que levantam hipóteses, mas não são seguidas. Eu estou-me a lembrar do Chico Martins, onde ele escreve o *Anti-Dimitrov*,<sup>9</sup> está a apontar um caminho, mas se a massa dos revolucionários não quer tomar esse caminho, a coisa fica adiada, não é?

Estou a falar do geral, mas aqui está contido o feminismo. Não haverá o feminismo social, político, revolucionário e bolchevista, como tu dizes, enquanto não houver uma vanguarda na classe operária para dirigir isso. Eu sei que estou a falar em termos que não são da tua opinião, mas estou convencida de que nenhum feminismo hoje se pratica se não estiver dirigido para o público, para as questões das mulheres proletárias. Portanto a primeira questão da mulher proletária tem a ver com a exploração capitalista, ao contrário do que se pensa, não se tem a ver com a violência doméstica, também não tem a ver com a violência e com o assédio laboral, sexual, e social, mas tem a ver com a exploração direta, com o salário que tu recebes como mulher, e o salário que tu recebes é sempre menor do que o do homem. Essa que é a questão fundamental – o capitalismo – de qualquer feminismo que seja revolucionário, e não vejo nenhuma organização fazer essa luta.

---

**9.** A entrevistada refere-se ao político comunista Francisco Martins Rodrigues, fundador do CMLP e um dos fundadores da UDP. Sobre este livro em específico, *Anti-Dimitrov – 1935/1985, meio século de derrotas da revolução*. Lisboa, Edições Dinsouru, 2008.

**Pâmela:** Mas essa pauta e maneira de se enxergar a luta feminista, apesar de ser encarada por poucas organizações, existe. Ainda assim, há uma relação direta, sobre a exploração salarial, como a Ana exemplifica, com outros elementos que traçamos neste livro, como a condição social estabelecida para a mulher a partir do seu gênero, ou seja, por suas características construídas socialmente. A situação mais visível é a dupla jornada de trabalho, os cuidados domésticos, dos filhos, dos mais velhos, impelindo uma carga absurda sobre a mulher trabalhadora. Há aqui um agrupamento de questões que ultrapassam a questão econômica do feminismo dos anos 20, por exemplo...

**Ana:** Claro, mas o feminismo dos anos 20 não se baseava só na questão do trabalho igual para salário igual. Tinha toda essa componente, porque há um feixe de contradições em volta da condição feminina que se entrelaça com esse outro laboral. A questão decorre da resolução da desigualdade do trabalho da mulher, a resolução ou aproximação da revolução dos restantes problemas que são todos derivados daí. Quer dizer, a razão por que a mulher tem uma posição subalterna hoje no processo de produção tem a ver com a sua condição feminina, com o gênero; e o gênero tem implícitas na cabeça do pensamento dominante todas as obrigações que ela presta gratuitamente na sua vida e que não tem a ver com o trabalho assalariado, se ela tivesse um salário como deve ser, ela teria condições, porque a sociedade teria evoluído na outra direção, como dizia a Kollontai, para ter satisfeita todas as outras tarefas de forma social, como ser mãe e cuidar da casa ou cozinhar, ou tratar dos idosos, dos doentes e tudo isso seria assumido socialmente. As desigualdades da mulher não se resolvem no sistema capitalista. Não tem solução. Precisa de uma revolução para começar a ser resolvida. E isso é que

eu acho que é um trabalho feminista como deve ser: junto da classe operária, trabalhar para igualdade sem a ilusão de que alguma vez será possível consegui-la aqui. A igualdade só existe, e mesmo assim, em regime socialista, e vai ser preciso uma dura luta em socialismo para todas essas carências das mulheres serem satisfeitas. Como se viu pelo exemplo da Kollontai. A Kollontai foi Ministra dos Assuntos Sociais durante bastante tempo e implementou uma série de coisas absolutamente inauditas, porque ninguém estava a se lembrar daquilo, e altamente benéficas para a condição da mulher e, contudo, passado 5 ou 6 anos – já se sabe que há fatores externos negativos –, mas internamente a própria direção do partido e a direção do estado foi pouco e pouco eliminando todas essas conquistas. Porque não se estava a caminhar para o socialismo! Estava-se a retroceder. Eu acho que todo movimento feminista, seja em qualquer ponto do mundo hoje em dia que não tenha essa noção, essa clareza de conhecer o processo histórico, concretamente a Revolução Russa, mas pode-se falar também da chinesa, do Vietname, de Cuba, em toda a parte... se não tivermos essa noção, e se não aplicarmos isso nas condições das mulheres proletárias nós não poderemos avançar no feminismo esclarecido.

**Pâmela:** Sobre isso que você acabou de falar, sobre essa necessidade de transbordar feminismo para as mulheres trabalhadoras, queria retomar uma questão mais histórica, sobre os livros que a Ana escreveu. É aparente uma tentativa de buscar mulheres que foram esquecidas, e agora me lembro das *Clandestinas* ou o *Dicionário das Mulheres Rebeldes*. Como é que nós conseguimos trazer essas mulheres para uma realidade histórica de luta, no campo prático, enquanto, ao mesmo tempo, estamos numa contradição de escrita da história que apaga mulheres,

mulheres da classe trabalhadora. Há uma construção histórica vasta sobre mulheres na literatura, na política, mas não sobre trabalhadoras. E falo sobre historiografia. Mas é sobre essas mulheres que nos interessamos envolver para alcançar um feminismo de classe. Queria te ouvir um pouco sobre o que você considera sobre esse apagamento.

**Ana:** Tu estás a fazer uma pergunta que vale um milhão de dólares (*risos*). Eu não sei responder cabalmente as tuas interrogações, mas acho que nós mulheres, revolucionárias, que nos preocupamos com o feminismo, temos que fazer esse trabalho de consciencialização para nós próprias e para a nossa envolvência, quer na militância ou nas pessoas fora da militância que nós podemos atingir, para fazer compreender que o caminho que estamos a seguir não é esse, é outro! E esse outro é ir buscar toda essa massa de esquecidas, e eu falo de mulheres porque sou mulher, mas se fosse homem, eu ia buscar uma data de esquecidos homens. E tudo isso tem a ver com o sepultamento da classe operária. Enquanto a classe operária estiver dominada do ponto de vista da exploração capitalista e abandonada pelos setores radicais da extrema-esquerda, essa classe com homens e mulheres nunca poderá superar todas essas dificuldades dos esquecidos. Porque é que estão esquecidos? Por que ninguém se interessa por eles e porque é que é preciso ir acordar essa memória para retomar um caminho revolucionário que nos foi apontado pelos primeiros meses da revolução bolchevique e concretamente pelo que diz a Alexandra Kollontai, que continua a ser a máxima referência, para mim pelo menos, e acho que ainda não apareceu ninguém que superasse a clareza do pensamento dela. O nosso trabalho é a nossa conjuntura, fazer propaganda destas ideias,

bater-nos por elas do ponto de vista pessoal e do ponto de vista político. Por exemplo, na Política Operária<sup>10</sup> toda a gente admitida a igualdade de gênero, teoricamente. Mas eu tive grandes dificuldades em impor ideias feministas. E por isso é que no tempo em que eu escrevi para a Política Operária começou a surgir essa necessidade. *Eh pá!* vou lembrar a estes meus camaradas machos que as mulheres, toda a vida lutaram pela sua emancipação e pela revolução. A revolução francesa foi iniciada pelas mulheres, a revolução russa foi iniciada pelas mulheres e em todos os casos de revoluções proletárias as mulheres estão sempre na vanguarda. Nisso os homens revolucionários são tão machistas como os outros que não sabem reconhecer isso. Esse é o primeiro passo, nas nossas relações revolucionárias: fazer impor essa questão de que a mulher é o futuro do homem! No sentido em que se não houver a preocupação de lutar, as mulheres lutarem prioritariamente pela sua emancipação não haverá revolução socialista. Tão simples como isso. Não sei se estou a responder a tua pergunta (*risos*).

**Pâmela:** Aqui o que importa é trocarmos essas ideias, sem respostas claras (*risos*). Sei que a Ana já há muitos anos apresenta-se para conversas em escolas e que esteve agora na ocupação da Escola Camões, e queria te perguntar sobre essa envolvimento com estes jovens, não só sobre o feminismo de classe, mas sobre uma maneira alternativa de se perceber a sociedade.

**Ana:** Sim, falei com eles em meio às tendas com um almocinho feito ali mesmo. Sim, eu acho que a juventude é um ma-

---

**10.** Ana Barradas refere-se à Organização Comunista Política Operária. Foi um coletivo criado em 1985, editavam a revista “Política Operária” e tinha a entrevistada dentre os editores.

nancial, com um potencial muito grande revolucionário se for conduzida nessa direção, porque também pode ser um referencial burguês. A questão é: os jovens estão num limbo da vida em que deixam de ser adolescentes e ainda não entraram no mercado de trabalho, portanto estão numa encruzilhada em todos os aspectos. E no espectro político estão muito sensíveis às influências, boas ou más, estão muito acordados, muito despertos, querem saber, querem se orientar e tomar posição. Então esse é o momento ideal para contactar os jovens, aliás foi o que aconteceu comigo, foi por ter sido contactada nessa ocasião, nessa altura da vida que eu me orientei nesta direção, não foi por razões de classe. Porque eu era uma pequena burguesa, nem estava ainda a trabalhar. Mas então o contacto com os jovens, eu prezo muito porque quando debato com eles sinto que eles estão muito abertos a todas as ideias mesmo que não sejam as suas, ou talvez mais abertos às ideias dos outros para procurar caminhos, são muito disponíveis para o debate como deve ser. Estão muito abertos e mesmo que eles não sigam os teus passos ou não concordem com o que tu dizes, a tua presença e a tua capacidade de explicar e de tentar convencer é uma coisa que perdura na consciência deles mesmo que não se deem conta disso. Mais tarde vão-se lembrar de alguma coisa que eu disse, aquilo vai ficar gravado, “ela talvez tenha razão” ou “concordo muito com o que ela disse, não tinha pensado nisso”. Essa capacidade de impressionar a juventude tem sido muito perdida porque os movimentos revolucionários entram nas escolas, não entram nas fábricas, a juventude das fábricas ou dos campos não existe para eles, existem as escolas. Entram nas escolas com o discurso já pré-fabricado, com as suas palavras ordem e jornais, mas isso escapa da consciência dos jovens porque os jovens não querem isso. Querem outra coisa, e essa outra coisa

só se encontra no contacto com eles, eles é que te vão dizer do que é que precisam. E tu também tens que ir de coração aberto, entregando a tua experiência, que sabes que é valiosa, mas sem querer impor coisa nenhuma porque não é por aí, não é por aí. Estes miúdos do Liceu Camões [...], podem não me reconhecer nunca mais, mas há coisas que disse e não é porque as disse, foi porque eu vivi certos contextos e certas conjunturas que eles não conheceram e que lhes vão calar fundo, eles vão dizer “*eh pá* aconteceu isto e ela estava lá”.

**Pâmela:** Nessas conversas, chega a abordar alguma coisa sobre feminismo ou sobre os direitos das mulheres?

**Ana:** Não porque falei no sentido do passado, quando as meninas estavam nas escolas de meninas e os meninos estavam nas escolas de meninos e, portanto, havia um trabalho de convívio, e naquela altura eu estava encarregue de organizar os bailes (*risos*) que era o único momento, sábado à tarde, onde raparigas e rapazes podiam se encontrar legalmente, tinham que pensar juntos, dançar juntos, encostar. Portanto havia ali uma componente de as mulheres estão cortadas e os rapazes estavam livres. Mas isso sabem eles, de suas próprias experiências. Aliás eu achei aquilo curioso pois é uma ocupação com pernoita, dormem lá, havia mais meninas do que meninos, eu até perguntei: “mas os vossos pais autorizaram?”, “Sim, sim”. Quer dizer, também a atitude dos pais mudou muito em relação ao que era naquela noite tenebrosa do fascismo, portanto, hoje a igualdade, continuando a existir patriarcado e opressão das mulheres, expressa-se de maneiras diversas e mais lenientes do que eram dantes. Hoje é mais fácil ser mulher do que era há 50 anos, porque as mulheres têm socialmente à disposição, supostamente, a capacida-

de para se emanciparem, pois o capitalismo, para atingir os meios de produção também necessitou de dar alguma emancipação, mas por razões de mercado. As mulheres estão cada vez mais incluídas no mercado, primeiro porque são mão de obra mais barata, segundo porque têm capacidades que os homens não têm, terceiro porque executam um trabalho social altamente qualificado e completamente gratuito, e isso é reconhecido pelo capitalismo como um avanço. E na realidade é. Só que essa situação reverte a favor do capitalismo e não a favor das mulheres.

**Pâmela:** Ana, por fim, quais são os desafios que nós temos pela frente enquanto mulheres, investigadoras, militantes e todas feministas, uma vez que o tema do nosso livro entrelaça a ideia de se pensar raça, gênero e classe.

**Ana:** Sim e tu e eu temos uma história a volta disso, tentamos várias vezes despertar a capacidade das mulheres a se organizarem e ter um programa próprio que não fosse esse programa *mainstream*, e acho que isso é que se tem que fazer, só que a nossa conjuntura é péssima. E nós não conseguimos fazer isso pela qualidade do nosso esforço somente, é preciso que haja uma diferente conjuntura, mais favorável para as mulheres que nós abordamos concordarem conosco em que nos devemos organizar-nos com um programa feminista revolucionário, e portanto é para isso que eu que me disponho e não «para mais nada! Nós mulheres é que temos que fazer isso porque os homens não fazem por nós; nós temos que fazer a ligação à classe operária das mulheres, é o primeiro passo e enquanto não tivermos consciência e contacto com a vanguarda das mulheres que lutam em seus locais de trabalho e na vida contra o capitalismo, nós não podemos ter

capacidade para organizar nada. Podemos pensar, podemos repetir – como fazemos aqui –, podemos propagandear, escrever, etc. esse é um bom trabalho, não se perde, mas dar a volta à coisa na situação atual não é possível. A nossa pauta é incontestável, e a principal delas é ser a ligação entre as mulheres da classe operária.

O conceito de mulher trabalhadora não é talvez o mesmo que o teu, vocês dizem “as mulheres trabalhadoras”. Não! Eu digo” as mulheres de uma determinada classe”. Não quero trabalhar com as mulheres pequeno burguesas porque elas têm 50 organizações para se organizarem enquanto pequeno burguesas emancipadas. Quero trabalhar com mulheres proletárias. As mulheres do campo, a mulher da fábrica, a mulher da pequena oficina, a mulher, inclusive, dona de casa que quer ter uma perspectiva e, portanto, esse é o nosso trabalho e quando nós conseguimos fazer isso a coisa explode, como aconteceu no 25 de Abril. No processo revolucionário as primeiras lutas, é preciso dizer, as primeiras lutas contra a exploração capitalista foram feitas por mulheres, aqui, concretamente em Lisboa foi a primeira ocupação, era uma pequena lavandaria na Almirante Reis, houve uma ocupação espontânea sem nenhum partido por trás, poucas mulheres, seriam uma dúzia de mulheres que sequestraram o patrão, ocuparam aquilo e geriram durante meses. Até está reproduzido em um documentário onde uma diz “não, nós não queremos aqui o patrão, o patrão não pode entrar, não precisamos do patrão para nada”. Portanto, uma explosão social produz sempre elementos de vanguarda espontaneamente, naturalmente se manifestam, e aí que a gente tem que ir ter com essas cenas porque sei que é nossa gente aquela que nos faz avançar para a revolução. Mas não é ir lá para dar lições,

é para ir aprender com eles, nós temos a teoria. Nós entregamos a teoria e eles têm o instinto de classe e a capacidade de lutar contra o patronato, isso é que tem que ser unificado.

**Pâmela:** Mas a Ana não acha que essas mulheres que lutaram no 25 de Abril sentiram uma espécie de derrota, muitas vezes de serem humilhadas, colocadas para baixo e por isso e por outros fatores, se distanciaram da luta?

**Ana:** As mulheres interiorizam que o seu papel é secundário, não se sentem derrotadas, sentem-se confinadas no seu papel de gênero. Podem se revoltar, podem não concordar, e quando estão em oposição já não há derrota. Há uma tentativa, esperança ou desejo de combater. Eu acho que entre as mulheres essas mais conscientes, mais combativas, que querem mais libertar-se não há esse sentimento de derrota. Às vezes há a noção de que há uma conformidade; a coisa é assim e temos que aceitar, mesmo não concordando. E, portanto, é por isso que muitas vezes essas mulheres na família nuclear tomam o poder, no sentido em que começam a mandar em coisas importantes da família como casar, como ter filhos, como combater a bebedeira do marido, enfim, encontram sua estratégia de gênero, e acabam por transferir para a sua vida pessoal capacidades de comando e decisão que sutilmente introduzem na vida familiar. Mas isso não se passa na vida do trabalho, em uma vida mais alargada social ou política. Eu acho que o processo revolucionário produziu um sentimento de derrota naqueles militantes muito combatidos que pensavam que o socialismo estava ali ao virar da esquina e quando verificaram que não estava, entraram em depressão. Mas muita gente como eu que também participo

desse processo não se sentiu nem nunca se sentirá derrotada porque isto é um longo processo histórico.

**Pâmela:** Mas aqui estamos falando de pessoas na maior parte dos casos que não eram da classe trabalhadora e que já possuíam uma consciência política...

**Ana:** Mas as mulheres que entraram na luta no movimento operário em Portugal já tinham uma consciência ou ganharam uma consciência. Quem entrou em luta ganhou sempre mais consciência. Porque a conversa do incentivo para a luta e algumas vitórias obtidas, parcelares mas ainda vitórias, que pareciam impossíveis, deram a essas mulheres o sentido de que se nós conseguimos obter uma certa posição nós podemos ganhar, e, portanto essa memória histórica pode não estar expressa mesmo na consciência delas mas é residual na consciência popular. Houve um processo em que nós decidíamos se ocupávamos a fábrica e agora não há, mas um dia há de haver! Se tu não tens essa consciência, quando o momento surgir, será reconhecido! “Ah está aqui uma brecha e agora é que nós poderemos avançar”, isso é um movimento espontâneo, que é coletivo, mas que toca cada um dos indivíduos que participam e os indivíduos que participam arrastam o resto da massa ou podem arrastar. As mulheres tiveram papel de vanguarda às vezes escondido, mas era preciso realçar que, em muitas lutas, as mulheres tiveram a frente e depois deram a passagem aos homens por uma questão patriarcal, na realidade o que elas fizeram ali transformou-as para a vida toda, mesmo que elas não se vejam em uma situação de agentes, como nós vimos na Sogantal. Quer dizer, essas mulheres nunca viriam a ser as mesmas que eram antes do processo revolucionário, alguma coisa ficou.

O Lenine diz que a experiência de um dia em um processo revolucionário pode corresponder a 10 anos de militância, ele não diz nesses termos mas a ideia é essa, o movimento social em combate ensina-te muito mais do que um período em que não há conflito nenhum, porque é o encadear sucessivo, repentino e acelerado dos acontecimentos que te abre a cabeça para a ação.

## CAPÍTULO 6

# Amor livre: notas para a emancipação sexual e transformação social. A nova moralidade sexual de Alexandra Kollontai

Teresa Melo<sup>1</sup>

**À** luz da natureza perversa do neoliberalismo que perpetuamente amplia danos, desastres, perdas e injustiças a níveis sociais, económicos, culturais e ecológicos, é crucial reconhecer que no epicentro da degradação e destruição, uma outra visão despontou para enfrentar a cultura dominante e transcendê-la através da abertura a outros horizontes políticos.

A compreensão sobre a história, a sociedade e as condições materiais da reprodução social foi e tem sido decisivo para as perspectivas feministas. Com efeito, o reconhecimento que a subordinação social é um produto histórico associado a uma organização específica do trabalho continua a ter um efeito libertador sobre as mulheres.<sup>2</sup> Se

---

**1.** Estudiosa e escritora feminista. A defesa pela equidade social é inseparável do seu posicionamento ético e visão sobre o mundo. É licenciada em Ciência Política e Relações Internacionais pela Universidade Nova de Lisboa, com passagem por The Hague University of Applied Sciences e mestre em Ciências da Comunicação com especialização em Comunicação e Artes (UNL). Atualmente frequenta o Mestrado em Estudos sobre Mulheres – Mulheres na Sociedade e Cultura (UNL), dedicando-se ao estudo dos feminismos aplicados, políticas do corpo e disputas pelos espaços através das práticas artísticas feministas contemporâneas. É autora de “As Abelhas Não Dançam Bachatas” (Cas’á Edições 2021).

**2.** Relativamente à semântica utilizada sobre os termos “mulher” e “mulheres”, houve um esforço para que a linguagem interseccional contemporânea fosse respeitada.

por um lado desnaturalizou a divisão sexual do trabalho e as identidades por ela construídas, por outro projetou as categorias de género não apenas como construções sociais, mas como conceitos cujo o interior é constantemente redefinido, infinitamente fluído e sempre político (Federici, 2022).

A discussão sobre as relações afetivas, o casamento, a sexualidade, a família e outros temas correspondentes acompanhou a esquerda ao longo da História. Os próprios trabalhos de Karl Marx e Friedrich Engels no século XIX propunham reflexões nesse âmbito, embora com os consideráveis limites da época. Por exemplo, *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* escrita por Engels em 1884, contém uma das mais importantes tentativas de teorização marxista sobre os modos de organização da vida social, incluindo a abordagem ao significado das funções de género e o papel da sexualidade no capitalismo. Ao compreender que as raízes do desenvolvimento dos núcleos familiares estariam histórica e estruturalmente dependentes dos modos económicos de produção, Engels procura demonstrar que a transferência da propriedade coletiva para a privada e a substituição da comunidade matrilinear pela família individual e patrilinear alicerçada no patriarcado e na monogamia como unidade económica da sociedade, estavam na génese da derrota histórica do sexo feminino (Oksala, 2017).

É verdade também que jamais foram pontos pacíficos, sendo habitual a denúncia de feministas marxistas em relação às dificuldades dentro das organizações internas. Muito embora a Revolução Socialista, com a clara contribuição de dirigentes mulheres, tenha trazido medidas concretas para reverter a situação humilhante à qual a mulher estava submetida há séculos – nomeadamente a abolição de todas as leis que colocavam a mulher em desigualdade com o homem e a libertação da mulher das tarefas domésticas – o próprio Lenine e outros

---

Embora a “questão da mulher” na maioria dos discursos dos séculos XIX e XX não incluísse as necessidades das mulheres trans, não é intenção excluí-las do debate atual.

camaradas seus desvalorizavam frequentemente a necessidade da implementação de políticas sexuais, considerando-as uma preocupação secundária na luta de classes.

Todavia, a emancipação exigia um conhecimento do ser mais profundo do que apenas a alteração da legislação. No início do século XX, Emma Goldman aponta que a reivindicação por direitos iguais em qualquer vocação da vida seria justa e equitativa, porém mais importante seria que a mulher ganhasse consciência de que a conquista da verdadeira libertação se concretizasse em virtude dos seus próprios esforços. Diz a anarquista em certo momento: “é necessário que a mulher aprenda essa lição, que compreenda que a sua liberdade irá alcançar o que a sua capacidade para obter a sua liberdade alcance” (Goldman, 2020, p. 263).

Neste sentido, soltar o peso dos preconceitos, das tradições e costumes seria o início para a regeneração interior e assim atingir, por meio da afirmação e atividade, a expressão máxima da emancipação. Livrar-se acrescenta, “da noção ridícula de que ser amada, amante e ser mãe são sinônimos de ser escrava ou subordinada”, do dualismo dos sexos ou que o homem e a mulher representam dois mundos antagônicos. No fim de contas, o direito mais vital “é o direito a amar e a ser amada” (Goldman, 2020, p. 263).

É importante ressaltar que foi graças à ascensão dos movimentos feministas e em vários países que a crítica teórica da estrutura cotidiana e a atuação prática sobre o político, simbólico e regulador do íntimo se consolidaram e desencadearam um modo de conscientização, democratização e libertação que afeta todos os aspectos da vida até à contemporaneidade. Os pontos de vista dos feminismos vieram demonstrar que a interação cotidiana não está restrita a um complexo abstrato e essencialista de eventos e experiências, é sim uma realidade organizada em torno do processo de produção particular – a produção de seres humanos – e condição fundamental de toda a história (Federici, 2022). Desde então, as mulheres têm transformado a interação com

o mundo, declarando um novo poder em relação a si próprias e à sua subjetividade, à expressão dos desejos e afetos, aos relacionamentos, ao trabalho, à linguagem e ao conhecimento. Até mesmo o sexo foi colocado numa base mais igualitária, defendendo o direito à experimentação sexual.

O amor na sua vertente de ferramenta política, a compreensão sobre a genealogia das lógicas imperativas, a diversidade nas relações afetivas e sexuais e os episódios de entusiasmo, admiração, desilusão e resistência são alguns dos arquétipos que podem integrar a conexão entre o amor e a revolução. Como enquadrar as práticas sexuais, afetivas e amorosas numa perspectiva anti-capitalista, anti-patriarcal e contra-hegemónica? Que sínteses são possíveis a partir do seu cruzamento? O que distingue a promiscuidade neoburguesa e o exercício revolucionário do amor livre?

O fio condutor escolhido para explorar estes aspetos é a figura de Alexandra Mijáilovna Kollontai<sup>3</sup> (São Petersburgo, 1872 – Moscovo, 1952), teórica da emancipação das mulheres e defensora da luta pela liberdade sexual e independência económica. Autora feminista, marxista, ativista, refugiada política e diplomata russa, exigiu a desconstrução dos papéis tradicionais, inclusive a posição subordinada em relação com o Estado e com o capital, e defendeu a criação de uma nova moralidade sexual. É a partir do pensamento desta revolucionária e precursora do feminismo, o único movimento realmente transnacional, que se propõe uma reflexão sobre a emancipação sexual como princípio indispensável e indissociável da transformação social.

---

**3.** A autora decidiu respeitar a grafia do nome completo de Alexandra Kollontai conforme o livro *Amor Y revolución (Kollontai)*. Barcelona: Arcadia, 2020, utilizado na bibliografia.

## O corpo, a sexualidade, a nova moral

Parece simples distanciar o sexo e as relações afetivo-sexuais da lógica neoliberal, já que tais práticas são naturalmente entendidas como individuais, singulares e privadas. Porém, às feministas coube a tarefa de duvidar dessa naturalização. A redefinição das tarefas produtiva e reprodutiva e das relações entre homens e mulheres realizadas com intervenção estatal, muitas vezes com recurso à violência, não deixa dúvidas quanto à construção dos papéis sexuais na sociedade. Afinal de contas, o sexo é o que produz os corpos, o material necessário à existência da força de trabalho e a mais básica mercadoria do sistema econômico capitalista. Desse ponto de vista, a mecanização do corpo, a sua transformação e subjugação, no caso das mulheres, numa máquina de produção de indivíduos e de nova força de trabalho, prova que a história das mulheres é uma “história de classe” (Federici, 2020).

A voragem de Kollontai pela criação de uma nova moralidade sexual, onde a reorganização da vida social seria o motor de câmbios profundamente radicais – entre eles perspectivas alternativas sobre o ato sexual e modos de amar – tem inspirado o pensamento feminista desde o início do século XX. Para si, que observou a situação da sua classe, era evidente que “as condições e formas de produção subjugaram as mulheres durante toda a história da humanidade e relegaram-lhe gradualmente à posição de opressão e dependência [...]. Seria necessário um cataclismo colossal de toda a estrutura social e econômica antes que as mulheres possam começar a recuperar a importância e independência que perderam” (Kollontai, 2020, p.153).

Embora a teórica defendesse que da dissociação e destruição do elo que liga propriedade e sexualidade, homens e mulheres passariam a ter relacionamentos mais autênticos, isso não bastava. Diz a revolucionária em *Relações sexuais e luta de classes* (1921) que “se a crise sexual é três quartos do resultado de relações socioeconômicas externas, o outro quarto depende da nossa refinada psique individualista, fomentada pela ideologia burguesa dominante”. Se a cons-

ciência determina a transformação da existência, seria preciso reformar profundamente a psique instalada.

Num outro ensaio, *Teses sobre a moralidade comunista na esfera das relações conjugais* (1921), Kollontai avança na formulação de soluções, destacando o papel da educação apoiada na sensibilidade. Assim, a circunscrição das relações sexuais a uma mera questão de impulso primário deveria ser criticada, combatida e substituída pela compreensão de toda a gama de experiências de desejo a partir do ato sexual que possa trazer enriquecimento interior. Quanto maior o desenvolvimento intelectual e emocional do indivíduo, menor seria o lugar para o lado puramente fisiológico do sexo. Além das excitações orgânicas, poderia o ponto de união levar não só à alteração do sistema das emoções, como do pensamento.

Por sua vez, o casamento tradicional firmado na família patriarcal e nas considerações materiais e financeiras foi, segundo a escritora, a instituição responsável pela contínua subordinação da mulher. Com efeito, desenvolver muitos e variados laços de amor e amizade, libertar as diferentes sexualidades do estigma social, rejeitar o matrimônio e as relações pautadas por conveniência e dar lugar a uma educação profunda de tal forma que a personalidade do indivíduo se desenvolvesse ao máximo, entre interesses e pessoas de ambos os sexos, é também um ponto crucial para a emancipação.

Crítica da monogamia normativa, argumenta que a possessividade associada à noção popular sobre o amor equivalente a casamento – a ideia de que um parceiro “possui o outro” – conectava-se com a regulação da sexualidade nos termos de dependência, reprodução e propriedade privada, que em nada satisfazia as pessoas. Note-se que “o amor saía constantemente dos limites matrimoniais que lhe haviam sido impostos e tomava a forma de união livre ou adultério, que a moral da burguesia condenava, mas na realidade não fazia mais do que cultivar” (Kollontai, 2020, p.126). Só a expressão de um amor enriquecido pela liberdade seria capaz de responder às aspirações e às necessidades ver-

dadeiras do indivíduo. Somente estas condições deixariam as pessoas livres para explorar e amadurecer outras formas de relacionamento e ampliar o conceito de amor.

“Chegamos ao momento de reconhecer amplamente que o amor não é apenas um poderoso fator da Natureza, não é apenas uma força biológica, mas também um fator social” afirma Kollontai em *Abram caminho ao Eros Alado! Uma carta à juventude obreira*, (Kollontai, 2020, p.111). Uma das interpretações possíveis é ver as diretrizes que especificamente condicionaram o amor ao longo da história, ora considerado legítimo, se respondesse aos interesses coletivos, ora condenado como “culpado” quando conflituava com os interesses da sociedade. “Mesmo a burguesia, que às vezes reconhece que o amor ‘é uma questão de ordem privada’ sabe na verdade, como amarrar o amor às suas normas morais para que sirva à realização e afirmação de seus interesses de classe” (Kollontai, 2020, p.111). Pela relevância nos diversos graus do desenvolvimento histórico da humanidade, amar como princípio e fator de união inestimável para a comunidade e do qual se pode obter benefícios sociais demonstra que, como qualquer outro fenômeno de natureza social e psíquica, é mais do que um assunto íntimo e particular.

A igualdade das relações e o desaparecimento da superioridade masculina e da inferioridade da mulher; o mútuo e recíproco reconhecimento dos direitos individuais e o desaparecimento do sentimento de propriedade; e a sensibilidade, a arte da compreensão e autoconhecimento compõem a base de um novo mundo na visão de Alexandra Kollontai. Diz Audre Lorde, décadas mais tarde, que “é por meio da união de indivíduos autorrealizados, mulheres e homens, que quaisquer progressos reais podem ser feitos” (Lorde, 2019, p.55). Será, pois, indispensável para o centro da transformação social, o abandono total da moral antiga baseada no poder e no modelo dominante/subordinado entre desiguais e que, sobretudo, o amor livre esteja ao centro. Este amor, sem os sentimentos de dependência e exclusividade sobre a matéria, as relações, os corpos, as subjetividades, adquire uma dimen-

são distinta e a direção a um objetivo em comum. Sim, o amor é livre e é na sua singularidade que surgirá a revolução.

## Bibliografia

Engels, F. (1884). *The Origin of the Family, Private Property and the State*. Marxist Internet Archive. Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/marx/works/1884/origin-family/>>. Acesso em 1 de novembro de 2022.

Federici, S. (2020). *Calibã e a Bruxa*. Lisboa: Orfeu Negro.

Federici, S. (2022). *Reencantando o mundo: feminismo e a política dos comuns*. São Paulo: Elefante.

Goldman, E. (2020). *A tragédia da emancipação da mulher*. In Livraria Letra Livre (Ed.), *Anarquismo e outros ensaios* (pp. 251-264). Lisboa: A Batalha.

Kollontai, A. (1921). *Sexual Relations and the Class Struggle*. Marxist Internet Archive. Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/kollontai/1921/sex-class-struggle.htm>>. Acesso em 1 de novembro de 2022.

Kollontai, A. (1921). *Theses on Communist Morality in the Sphere of Marital Relations*. Marxist Internet Archive. Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/kollontai/1921/theses-morality.htm>>. Acesso em 1 de novembro de 2022.

Kollontai, A. (2007). *Autobiografia de uma mulher comunista sexualmente emancipada*. São Paulo: Sundermann.

Kollontai, A. (2020). *¡Abran paso al eros alado! Una carta a la juventude obrera*. In D. García (Ed.), *Amor Y revolución* (Kollontai) (pp. 103-143). Barcelona: Arcadia.

Kollontai, A. (2020). *Los fundamentos sociales de la cuestión femenina*. In D. García (Ed.), *Amor Y revolución* (Kollontai) (pp. 145-174). Barcelona: Arcadia.

Lorde, A. (2019). Para começo de conversa: alguns apontamentos sobre as barreiras entre as mulheres e o amor. In R. D. Martins (Ed.), *Irmã outsider* (pp. 55 – 65). Belo Horizonte: Autêntica Editora.

Oksala, J. (2017). Feminism, Capitalism, and the Social Regulation of Sexuality. In *Feminism, Capitalism, and Critique: Essays in Honor of Nancy Fraser*, ed. Banu Bargu and Chiara Bottici (pp.67-84). London: Palgrave Macmillan.



## CAPÍTULO 7

# **Maria Lamas e a imagem do corpo feminino operário em *As Mulheres do Meu País***

**Ana Catarina Maia<sup>1</sup>**

**O** capítulo deste livro pretende analisar e discutir a relação entre trabalho e a representação de corpo feminino, tomando a mulher operária na obra *As Mulheres do Meu País*, de Maria Lamas,<sup>2</sup> publicada em fascículos, como ponto de partida para a análise. A base conceitual foi buscada nas ideias de Karl Marx (1818-1883) mais precisamente aquilo que afirmava sobre “Trabalho Estranhado”. As mulheres, figuras comuns no ambiente fabril, realizavam trabalhos árduos não condizentes muitas vezes com suas capacidades físicas. Seus corpos, claramente, sofriam com isso. Suas vidas eram entregues ao trabalho ou ao ambiente doméstico (para realizar ainda mais trabalho). As fotografias de Maria Lamas evocam uma figura de corpo que se mistura

---

**1.** Ana Catarina Maia estudou Artes Cênicas na Universidade Federal de Pernambuco e História da Arte da Universidade Nova de Lisboa e na Université Bordeaux Montaigne. Atualmente é mestranda em História da Arte na Universidade Nova de Lisboa. E-mail: anacatarina.unl@gmail.com.

**2.** As fotografias foram retiradas do livro de Maria Lamas (1893-1983) através do acesso da cota do exemplar digitalizado: sc-8196-a da Biblioteca Nacional Digital da BNP, conforme o registro por eles assinalado: *As Mulheres do meu país/Maria Lamas: coord., org. José António Flores.* – Lisboa: Caminho, imp. 2022. 471, XXX-VII, [2] p., [29] f.il., 32 cm. Disponível em <<https://purl.pt/33518>>. Acesso em 22 de novembro de 2022. A edição de 2002 é usada apenas para o uso da imagem, porém, por rigor do uso, o restante do artigo usa como referência a edição de 48.

com o espaço, transformando-se em meio de produção, quase. Ou assemelhando-se a ele.

Iniciaremos nossa discussão com uma imagem para ilustrar o que será discutido. A imagem é forte e vem acompanhada de legenda explicativa. É para não ser esquecido.



**Figura 1.** Imagem retirada da obra *As Mulheres do Meu País*, de Maria Lamas (2002, p. 80).

Fragmentar e deslocar grandes blocos de pedra faz parte do trabalho das mulheres, da mesma maneira que aterros e desaterros, na construção e reparação das estradas. Esta também pertence à equipa que vai abrindo a nova via, sobranceira a abismos e vales, a defrontar panoramas maravilhosos. É camponesa, como as outras companheiras de tarefa, mas adapta-se rapidamente, como elas, a todo o trabalho que não exija preparação especial. Moram longe e fazem longas caminhadas, com todo o tempo. Além disso, espera-as, em casa, o peso de novas canseiras, a que elas não se esquivam. (Lamas, 1948, p. 80).

Esta imagem pertence ao capítulo intitulado *A camponesa*, que abre a obra da qual trataremos.

Maria Lamas (1893-1983) foi uma jornalista portuguesa nascida em Torres Novas. Suas ações em vida foram, desde cedo, consideradas à frente de seu tempo. Casou-se cedo, teve filhos, divorciou-se, trabalhou e viveu de seu próprio dinheiro. Lutou pela causa feminina sem acreditar-se feminista. Dizia-se *humanista*. Considerou a mulher e suas questões como centro de sua preocupação, e fez disso uma motivação diária. Escreveu poesias, romances, publicações infantis.

Sobre Maria Lamas conhecemos muito sobre sua trajetória enquanto jornalista. Provocou uma mudança muito positiva no suplemento *Modas e Bordados*, pertencente ao jornal *O Século*: “Conseguir fazer do Suplemento *Modas e Bordados* uma revista resistente e sobrevivente, que acompanha a evolução da mulher portuguesa e que advoga, corajosamente, a sua promoção cultural e cívica, resistindo ao Estado Novo” (Fiadeiro, 2003, p.13). Seu percurso como diretora da revista permitiu que muitas mulheres portuguesas tivessem dentro das páginas dos fascículos uma amiga para conversar. Alguém com visão moderna que defendia o acesso à educação para as mulheres como forma de emancipação, e a manutenção das *coisas do espírito* – expressão também usada por Karl Marx (1818-1883) autor com quem faremos um cruzamento de ideias a partir da análise de algumas fotografias da obra *As Mulheres do Meu País*, (1948) de Maria Lamas, mais precisamente as imagens do capítulo *A Operária*.

Essa obra é dividida nos seguintes capítulos: A camponesa, A mulher da beira-mar, Diversas ocupações da mulher do povo, Indústrias caseiras, A intelectual, A operária, A mulher da beira-rio, Empregadas e profissionais, A mulher doméstica e A artista. A autora decidiu que viajaria por Portugal para conhecer a realidade a qual eram submetidas as mulheres.

Em Portugal, já desde o início do século XX, com a instauração da República, a imagem fotográfica vinha sendo sujeita aos postulados de propaganda política. Porém, esta seria apenas particularmente organizada e estruturada a partir do Estado Novo (Tavares, 2010; Acciaiuoli, 2013), momento que faz da fotografia um directo veículo de inculcação ideológica. (Marques & Guarda, 2020, p. 11).

O que o trabalho de Maria Lamas (na verdade toda a sua vida dedicada a isso) comprovou foi que o discurso do Estado Novo (1933-1974) – tendo início em 1926 um golpe militar – e o uso da fotografia como meio de propagação desse discurso estavam em dissonância com a realidade vivida por muitos portugueses. A educação foi um dos pilares defendidos como forma de alcançar um estado forte. Porém, até 1970, a maioria da população não sabia ler nem escrever. Os dados sobre analfabetismo nos mostram que, “em 1970, 19,7% dos homens portugueses eram analfabetos enquanto as mulheres contavam com a percentagem de 31%, índice este que não diminuiu significativamente no decorrer das décadas seguintes, contando com um total de 25,7% na taxa da população em geral”. (Cabreira, 2017, p. 47).

Assim também, a imagem de mulher ideal defendida pelo regime era, como se pode imaginar, a de subserviência, tendo como espaço “natural” a casa. Porém, a obra de Maria Lamas traz à tona uma imagem desconstruída. O Estado Novo construiu essa tradição. Maria Lamas a desfez.

Dentre várias outras, há uma situação que ilustra muito bem a dedicação de Maria Lamas às causas femininas: em 1937 (enquanto ainda era diretora do suplemento) acolhe no salão do jornal *O Século* uma exposição sobre os “Tapetes de Arraiolos”, confeccionados por mulheres presas na Cadeia das Mónicas (antigo Convento das Mónicas, que foi transformado em cadeia para mulheres no ano de 1917 – e total-

mente desativado em 1989).<sup>3</sup> Por exigência de Lamas essas mulheres foram trazidas para o salão do jornal em táxis fretados a fim de assistirem à inauguração da exposição. Esta ação concedeu às presas uma experiência provavelmente nunca vivenciada por elas. Assim, percebemos a preocupação de Lamas em mediar uma experiência que eleva o espírito – tanto dessas mulheres envolvidas no ocorrido quanto a nós, quando nos envolvemos neste episódio.

O trabalho que muitas mulheres desenvolviam em Portugal na altura em que as fotografias de Maria Lamas foram produzidas, era árduo. Algumas poucas tinham a oportunidade de escolha e um número ainda menor podia ascender socialmente ou intelectualmente através da carreira. Esse trabalho excessivo de carga física e emocional retirava das trabalhadoras as suas forças. Ao falar de força não estamos julgando apenas o quanto o corpo físico consegue aguentar nas jornadas diárias, mas principalmente o quanto o espírito consegue sobreviver sem ser cuidado, sem haver manutenção. É sobre pensar que a mulher dependia, em vários âmbitos, das decisões do marido: viajar para o estrangeiro, rescisão de contrato de trabalho e outras atividades. Mesmo que essas mulheres fotografadas por Maria Lamas pudessem trabalhar e chefiar a família, só assim o podiam fazer porque estavam na ausência do esposo – em São Pedro da Cova (local onde foram fotografadas essas trabalhadoras das minas de carvão) por exemplo os homens migravam para outras cidades em busca de trabalho. As mulheres, por uma questão de gênero, recebiam metade do ordenado diário que um homem receberia e por isso, eles ficavam sem emprego, dando lugar às mulheres.

Isso porque segundo Marx, “O trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção au-

---

**3.** Acerca desta transformação, estava mais uma à vista: transformar o edifício em um hotel. Mais informações disponíveis em: <<https://www.dn.pt/local/antigo-convento-das-monicas-na-graca-vai-ser-transformado-em-hotel-13744601.html>>. Acesso em 22 de novembro de 2022.

menta em poder e extensão.” Quanto mais produz, menos tempo tem para a vida fora do trabalho, porque as horas de trabalho ocupam seu tempo, energia e atenção. Quanto menos vive em sociedade, menos alimenta as coisas do espírito:

Em Portugal, desde o princípio do século XX, as mulheres denunciavam a sua condição feminina, exigindo não só a liberdade social e os direitos políticos, mas também a reivindicação do desenvolvimento intelectual como factor de liberdade do espírito, o que é diferente da reivindicação de carreiras profissionais ou de meras entradas em cursos universitários interditos. (Fiadeiro, 2003, p.162).

No caso das mulheres, foco da nossa discussão, temos uma acentuação dessa questão no que toca a pobreza. Trabalhando junto aos homens ou não, as mulheres na obra de Maria Lamas estão um passo atrás: trabalham nas fábricas, durante o dia, voltam para casa exaustas da jornada de tantas horas e ainda precisam de trabalhar na segunda jornada: trabalhos domésticos que incluem os cuidados da casa e com aqueles que nela moram. Crianças, marido, pais, todo um grupo de pessoas que dependem de seus cuidados. Mesmo que não dependam, estabelece-se uma necessidade direta entre a mulher e essas pessoas, na sociedade. Com isso, fica a cargo delas numa compreensão subjetiva dos papéis sociais (quase que numa aura densa) a segunda jornada de trabalho, que é a doméstica, incutida enquanto obrigação social da mulher.

Portanto, quando pensamos na dupla jornada (sendo apenas uma delas remunerada) estamos diante de uma equação onde se perde duas vezes e se ganha apenas uma. Explico: com as exaustivas horas de trabalho, a mulher perde sua energia, seu consecutivo interesse nas coisas do espírito (as mesmas defendidas não só por Maria Lamas, mas também pelas feministas republicanas). Perdem, assim, também, as chances de elevar-se e ascender socialmente. Trabalha novamente quando

chega em casa, encerrando assim toda a energia restante que podia ainda carregar. Perde, e continua a perder. Mas ganha apenas uma remuneração por uma dessas jornadas. Assim, a pobreza está atrelada à condição feminina que, sobrevivente, reproduz essa rotina compreendendo-a como verdade única e material.

Se dividirmos o valor do salário por todo o trabalho que é executado, ela consegue receber ainda menos remuneração a contar, por exemplo, pelas horas trabalhadas. E por que o trabalho doméstico está sendo colocado aqui junto do trabalho fora de casa? Por que ele deve ser remunerado? Porque, seguindo esta lógica, este é um trabalho que serve de manutenção ao sistema capitalista. Essa lógica é forte e presente em sistemas heteronormativos, onde o papel da mulher é, para além dos cuidados aqui já citados, o de funcionar como uma espécie de “mãe” para o companheiro, ultrapassando certos cuidados e havendo aí uma alteração nos papéis sociais. Essa função lhe cai de forma irrefutável:

Há, porém, aqueles que consideram os refeitórios desvantajosos para os operários em geral e para as mulheres em especial, pois que, no seu entender, elas devem preferir ir a casa, ver os filhos e dar ordem à vida, comendo mais à sua vontade e proporcionando melhores refeições aos maridos, quase sempre operários também. E lá vão eles, mas principalmente as mulheres, em passo rápido, acumulando mais uma fadiga, almoçar a casa, à pressa, porque o tempo não espera e o sinal para retomar o trabalho é rigorosamente pontual. (Lamas, 1948, p. 374).

Saem homens e mulheres das fábricas na hora do almoço. Porém, conforme ilustra Lamas nessa situação, preocupar-se com os filhos e os maridos é tarefa que cabe à mulher. Não esqueçamos, também, que estão essas mulheres em um contexto histórico de regime fascista (chamado Estado Novo) que entrou em vigor em 1926 no

país e estendeu-se até 1974. Por esse motivo também esse trabalho no ambiente doméstico se torna imprescindível. É uma questão também moral. E por não ser remunerado, logo, compreende-se que é considerado um trabalho menor.

Tornando-se estranha àquilo que produz, a mulher esvazia-se de si mesma. Torna-se estranha a si mesma quando se vê forçada a exercer uma função sem que antes lhe fosse dada outra hipótese. “A atividade como miséria, a força como impotência, a procriação como castração.” (Marx, 1884, p. 83). Estas palavras de Marx enquadraram-se como forma de elucidar sobre a experiência dessas mulheres fotografadas por Maria Lamas. As atividades que exerciam eram sua miséria: a elas era pago, na maioria das vezes, metade do ordenado diário dos homens. Assim como a autora afirmou: “Alguma coisa deprime a mulher e vai alimentando nela um sentido de inferioridade, a par dum sentimento de injustiça: a diferença do salário, nunca superior, para aquelas operárias, a quinze escudos diários” (Lamas, 1948, p.370). Esse sistema era lucrativo para os donos de fábricas. E apenas para eles.

As imagens que ilustrarão nosso estudo neste capítulo foram retiradas do livro *As Mulheres do Meu País*, produzido por Maria Lamas e uma equipa de fotógrafos e jornalistas, uma vez que:

Maria Lamas quis, efectivamente, dar resposta à falsa justificação governamental, que denunciava um totalitarismo severo, a de que bastavam o Estado e as suas organizações para se ocuparem das mulheres e tratarem dos seus problemas: «Ah! Não precisam [de associações de mulheres]? Então, vou ver como vivem as mulheres do meu país.» (Fiadeiro, 2003, p.140).

Assim surgiu essa obra, pioneira na reportagem fotográfica em Portugal. A partir dela seremos capazes de traçar várias linhas, como fios condutores de outras discussões. Aqui, nesse fio que liga Lamas à Marx, vamos observar como as fotografias eram capazes de expor a

realidade crua e ao mesmo tempo nos faz pensar na mistura tão uniforme que acabava por se estabelecer entre a figura da mulher e o ambiente fabril. Vamos começar por analisar esta imagem:



**Figura 2.** Imagem retirada da obra *As Mulheres do Meu País*, de Maria Lamas (2002, p. 371).

Nessa fotografia vemos mulheres abaixadas, na tarefa de britar o carvão. Essa tarefa consistia em quebrar o carvão em pedaços menores. Trabalhavam elas em terreiros cobertos porque assim era possível que trabalhassem durante todo o ano. Essa atividade era dada às mulheres pois acreditava-se que elas tinham mais paciência e eram mais meticolosas. Ao olhar com mais atenção conseguimos perceber que em cada lado da imagem há um homem parado, em pé. Observam o trabalho das mulheres, que exige robustez física e concentração. A perspectiva da imagem e sua simetria mostram uma generosa parte do terreiro – inclusive o fundo, que se encontra no ponto central da imagem.

Essa perspectiva nos mostra um sem-fim de fábrica. Aqui no primeiro plano há muito trabalho. Mais para o fundo, provavelmente, mais fábrica, mais trabalho. Contínuo, sem hora para acabar. Os corpos das mulheres em baixo fazem a fábrica parecer maior do que é. As estruturas das vigas de sustentação apontam para o chão, que é onde devem ficar essas trabalhadoras. A opressão no trabalho é material e também é, na fotografia, simbólica.

Posteriormente há uma imagem que pode ser a que melhor ilustra os conceitos de Marx no que diz respeito à perda das questões do espírito. A fotografia mostra o momento exato onde duas mulheres empurram uma vagoneta. É um trabalho violento, onde se nota de forma bastante marcada os efeitos desse trabalho no corpo feminino:



**Figura 3.** Imagem retirada da obra *As Mulheres do Meu País*, de Maria Lamas (2002, p. 375).

Primeiro, sem calçado adequado que ajude a amortecer o peso do material que carregam. Estão em dupla desempenhando essa tarefa, mas ainda é possível ver o esforço desproporcional que aplicam. A fotografia é marcada por linhas que se sobrepõem. O corpo da mulher está na posição exata da rampa de acesso atrás de si. A falta de equipamentos adequados faz com que, na fotografia, e por uma questão de percepção, as mulheres usem o próprio corpo como meio de produção.

Uma mulher com o corpo inclinado em primeiro plano, tendo logo atrás de si uma rampa de acesso (também inclinada) nos remete ao quanto a atmosfera do ambiente laboral é sobre a rigidez da produção, o corpo que se transmite enquanto um objeto usado no trabalho.



**Figura 4.** Imagem retirada da obra *As Mulheres do Meu País*, de Maria Lamas (2002, p. 370).

Esta fotografia é também um exemplo do quanto a produção em massa afeta o corpo feminino. Na ânsia por uma larga quantidade de produtos, o capitalismo força a trabalhadora a castigar seu corpo. Este

trabalho em específico também exige bastante atenção porque pretende que a mulher escolha o carvão (de tamanho superior a 50mm) manualmente neste transportador mecânico. Além da atenção e paciência exigidos para exercer essa função, o corpo é castigado porque precisa ficar em pé durante muitas horas em posição desconfortável. A coluna inclina-se ao transportador mecânico num trabalho realizado em pé, com as mãos trabalhando incansavelmente.

Qual corpo suporta, tranquilamente, tamanho esforço? Imaginemos uma trabalhadora depois de um dia exaustivo de trabalho passado a *full time* nesta posição do corpo, tendo apenas um pouco de “descanso” quando do horário de almoço. Essa trabalhadora volta para a casa depois da jornada na fábrica e cuida ainda dos afazeres domésticos.

Marx não dissertou com profundidade sobre a questão da presença feminina no ambiente fabril, nem sobre suas necessidades específicas. Trouxe a classe trabalhadora como um grupo único, massacrado pelo capitalismo desenfreado e sem os direitos que conhecemos hoje. Foi necessário que mulheres como Maria Lamas, pertencente inclusive a uma classe social mais elevada, com acesso à educação e às coisas do espírito, que, ao despertar para as causas das mulheres, pudesse eternizar imagens e dizeres. O direito à educação como meio de emancipação era fundamental naquela altura e prossegue sendo atualmente também. “Comecei a preocupar-me com a vida da mulher à medida que ia despertando eu própria para a vida. (*Diário de Lisboa*, 13 de Fevereiro de 1970, p.8).” (Fiadeiro, 2003, p.19).

## Bibliografia

Barthes, R. (2017). *A Câmara Clara*. (Trad. Manuela Torres). Lisboa: 70. (Obra original publicada em 1980).

Cabral, M. V. (2017). Texto e imagem fotográfica no primeiro contra-discurso durante o Estado Novo: «As mulheres do meu país», de Maria Lamas. *Comunicação Pública*, v. 12, n. 23, pp. 1-27.

Cabreira, P. P. (2017). “Semeando ventos o governo colherá tempestades!”: Crise Marcelista e a vaga revolucionária em Portugal (1968-1974). Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Fiadeiro, M. A. (2003). Maria Lamas. Biografia. Lisboa: Quetzal.

Lamas, M. (1948). As Mulheres do Meu País. Lisboa: Actuális.

Marques, B. & Guarda, I. (2020). Tradição e modernismo na construção da “nova” mulher do Estado Novo português: fotografia e propaganda no Boletim da Mocidade Portuguesa Feminina (1939-1947). Estudos Ibero-Americanos, v. 46, n. 2, pp. 1-17.

Marx, K. (2004). Manuscritos Econômico-filosóficos. (Trad. J. Ranieri). São Paulo: Boitempo. (Obra original publicada em 1844).



## INTRODUÇÃO

# Alexandra Kollontai, percursos de uma vida de luta

**Pâmela Peres Cabreira  
& Livia Casseiro Sampaio**

**A**lexandra Kollontai desde cedo contou com uma educação privilegiada, porém limitada por sua condição de ser mulher. Nascida em 31 de março de 1872, no seio de uma família aristocrática em São Petersburgo, cidade palco da primeira manifestação operária em 1876 que concentrava um vasto complexo industrial, e albergava um efervescente movimento político e cultural, casou-se aos 20 anos contra a vontade da família, com um primo distante cuja posição social era inferior à sua. Diz: “[...] escolhi meu primo, um jovem engenheiro sem dinheiro cujo nome, Kollontai, carrego até hoje [...]. A felicidade do meu casamento mal durou três anos. Eu ainda amava meu marido, mas a vida feliz de uma esposa e um marido tornou-se para mim uma ‘jaula’”<sup>1</sup>

Em uma relação contraditória com a maternidade e as obrigações que lhe eram impostas enquanto esposa, fez com que essas experiências a ajudassem a elaborar e analisar as condições das mulheres e a sua luta contra a opressão de gênero e seus interesses voltaram-se para a

---

**1.** Procuramos seguir os passos da autora, dando prioridade aos dados biográficos descritos pela própria Kollontai, a partir de sua obra: Kollontai, Alexandra. (2007). *Autobiografia de uma mulher comunista sexualmente emancipada*. São Paulo: Editora Sundermann, p.34.

classe trabalhadora revolucionária russa. Desde cedo Kollontai apresentou sua inconformidade com a situação social da Rússia czarista. Como registou em sua autobiografia: “Eu não poderia levar uma vida feliz e pacífica enquanto a classe trabalhadora estava tão terrivelmente escravizada”.<sup>2</sup> Já em 1894 dava aulas noturnas em sua cidade natal e era voluntária na Cruz Vermelha, onde atendeu presos políticos de forma clandestina. Em 1896, agiu ativamente nas campanhas grevistas da indústria têxtil.

Em 1898, Kollontai deixa seu marido e filho para estudar economia política em Zurique, e quando retorna a São Petersburgo, em 1899 adere ao clandestino Partido Social Democrata Russo (POSDR), onde aprofunda leituras e trabalha como escritora e propagandista. Nessa altura já não reside com o esposo, “por maior que fosse meu amor por meu marido, assim que ele transgredia certo limite em relação à minha disposição feminina para fazer sacrifícios, a revolta crescia em mim novamente. Eu precisava partir eu tinha que me separar do homem que escolhi, pois do contrário (esse era um sentimento inconsciente) me exporia ao risco de perder minha identidade própria”.<sup>3</sup>

Kollontai se une aos bolcheviques em 1904, mas em 1908 junta-se a fração menchevique “[...] tendo sido forçada a isso pela postura hostil tomada pelos bolcheviques em relação à Duma”. Entre os anos de 1905 e 1908 dedica-se à luta das mulheres trabalhadoras, ajudando-as a se organizarem no enfrentamento ao patronato, contra o feminismo burguês, conservadorismo e machismo nas fileiras socialistas. Entretanto, encontra oposição no partido: “Meus camaradas de partido acusaram a mim e àquelas mulheres que compartilhavam meu ponto de vista de sermos ‘feministas’ e atribuir demasiada ênfase às questões que diziam respeito apenas às mulheres”.<sup>4</sup>

---

2. Ibidem, p.35.

3. Kollontai, Alexandra. (2007). *Autobiografia de uma mulher comunista sexualmente emancipada*. São Paulo: Editora Sundermann, p. 39.

4. Ibidem, p. 40

Suas lutas teriam conseqüências dentro de um regime autoritário como o czarista, do qual foi exilada do final de 1908 até 1917. Kollontai conta que foi “forçada a fugir antes do fim do congresso porque a polícia tinha seguido a minha trilha. Eu consegui cruzar a fronteira com a Alemanha, então, em dezembro de 1908, teve início um novo período da minha vida, o da emigração política”.<sup>5</sup> Neste período ela viajou para os EUA, Grã-Bretanha, Dinamarca, Suécia, Bélgica e Suíça; aderiu ao Partido Social-democrata Alemão “no qual tinha muitos amigos pessoais, dentre os quais especialmente Karl Liebknecht, Rosa Luxemburgo, Karl Kautsky. Clara Zetkin também tinha uma grande influência na minha atividade de definir os princípios do movimento das mulheres trabalhadoras na Rússia”. No período do exílio em que esteve na Suécia, Kollontai trabalhou contra a guerra em solidariedade internacional da classe trabalhadora mundial; conta que realizou “um chamado às mulheres trabalhadoras, [que] encontrou seu caminho, por vias clandestinas, até a Rússia e outros diferentes países”.<sup>6</sup> Kollontai mostrava-se otimista com as declarações de Trotsky e Lenin, declarando que “embora participassem a frações diferentes no partido, tinham-se levantado ativamente contra a guerra”.<sup>7</sup> Pela propaganda antiguerra, acaba por ser presa pelas autoridades suecas e posteriormente banida para a Dinamarca.

Em 1915, Kollontai volta a se juntar aos bolcheviques, e passou “a manter uma correspondência vívida com Lenin”.<sup>8</sup> Seu retorno à Rússia em março de 1917 é sentido com comoção pela comunista... “Eu estava pisando o solo republicano da Rússia liberta!”<sup>9</sup> Em abril, Kollontai torna-se a única mulher membro do executivo soviético. Começou seu envolvimento com o jornal feminino bolchevique *Rabotnitsa* (que

---

5. Idem.

6. Ibidem, p. 50.

7. Ibidem, p. 51.

8. Kollontai, Alexandra. (2007). *Autobiografia de uma mulher comunista sexualmente emancipada*. São Paulo: Editora Sundermann, p. 52.

9. Ibidem, p.55.

significa, “trabalhadora”), chamando a atenção dos bolcheviques e dos sindicatos à organização das mulheres trabalhadoras e por seus direitos. Em maio de 1917, em suas próprias palavras, “[...] participei da greve das trabalhadoras de lavanderia, que reivindicava que todas as lavanderias fosse ‘municipalizadas’. A luta durou seis semanas. Não obstante, a principal reivindicação das trabalhadoras de lavanderias não foi atendida pelo regime de Kerensky”.<sup>10</sup> É presa pelo governo provisório e foi posta em liberdade apenas em setembro de 17.

Kollontai organizou a Primeira Conferência das Mulheres Trabalhadoras que “coincidiu com a derrubada do Governo Provisório e o estabelecimento da República Soviética”,<sup>11</sup> onde nasceu o *Genitdel* (“Seção da Mulher”), departamento criado com a intenção de denunciar e criar condições de mudança para a vida da mulher russa. Juntamente com Inês Armand, fundou a revista *Kommunistiska* que abordava temas como sexualidade, aborto e divórcio, integrando-se ao conselho editorial e reforçando as pautas de um feminismo de classe. Durante o Governo Soviético, relata: “fui a primeira mulher da História a ser reconhecida como membro de um governo”.<sup>12</sup> Entre outubro de 1917 a março de 1918, ocupou o cargo de comissária do povo ao Bem-Estar-Social. Neste cargo, trabalhou, dentre muitas outras coisas, para “abolir a instrução religiosa nas escolas, [...] introduzir o direito à auto-administração para as estudantes nas escolas para meninas, [...] elaborar o sistema público e gratuito de saúde, [...] a criação do Escritório Central ao Bem-Estar Materno e Infantil, [...] estabelecer as bases para um sistema governamental abrangente de cuidado pré-natal, [...] nacionalizar o atendimento materno infantil”.<sup>13</sup>

Kollontai se aproximou do trabalho junto das mulheres do partido bolchevique. Participou na fração da Oposição Operária, a partir

---

**10.** Ibidem, p. 61.

**11.** Ibidem, p.64.

**12.** Ibidem, p.65.

**13.** Ibidem, pp. 67-69.

do X Congresso do Partido, contrárias a burocratização do partido, apelaram ao controle operário das instituições e indústrias, sendo derrotadas. Renunciou ao cargo como comissária, segundo ela, por estar em “desacordo com a política atual”.<sup>14</sup> Kollontai expressou em sua visão, especificamente, sobre como ainda persistiam algumas condições das mulheres e ressaltava que a maternidade deveria ser considerada uma função social. “No fim das contas, havia ainda a tarefa infinda, a libertação das mulheres. As mulheres, é claro, tinham recebido todos os direitos, mas na prática, é claro, viviam ainda sob a velha opressão: sem autoridade na vida familiar, escravizadas por mil tarefas domésticas, carregando todo o fardo da maternidade”.<sup>15</sup>

Sob a direção da Coordenação para o Trabalho entre as Mulheres, conseguiu a aprovação da lei que liberava o aborto, somada a um “grande número de regulamentações em benefício das mulheres”,<sup>16</sup> com o apoio de Lenin e de Trotsky que, segundo Kollontai, “embora sobrecarregados com tarefas militares, apareciam infalivelmente e de bom grado em nossas conferências”.<sup>17</sup>

Sua trajetória a partir da chegada de Josef Stalin como secretário-geral, em 1922, altera-se significativamente. Kollontai é nomeada diplomata para atuar fora da URSS, uma clara demonstração de tentativa de calar a sua voz contra o regime stalinista que se instalava. Sendo a primeira mulher a ser “oficialmente ativa como ‘embaixadora’”,<sup>18</sup> alcançou notáveis laços entre a URSS e a Noruega.

A vida de Kollontai se confunde com a sua própria produção e militância, pois quando se trata da opressão de gênero, para nós mulheres essa opressão é visceral, faz parte do nosso cotidiano, diz respeito a todas as nossas relações. Porém, ela contrariou a seu próprio privilégio

---

**14.** Kollontai, Alexandra. (2007). *Autobiografia de uma mulher comunista sexualmente emancipada*. São Paulo: Editora Sundermann, p. 71.

**15.** Idem.

**16.** Ibidem, p. 73.

**17.** Ibidem, pp. 73-74.

**18.** Ibidem, p. 77.

de classe ao compreender e combater as limitações do capitalismo, dedicando-se à revolução socialista.

Convicta, Kollontai nos demonstra a sua assertividade quando as vitórias das mulheres trabalhadoras andaram lado-a-lado com o desenvolvimento da Revolução Russa. Ana Barradas enumera estes logros no seu texto *A família na União Soviética. Crise e reconstrução 1917/1944* (2017),<sup>19</sup> dentre eles, a criação do código de família soviético que, diferente da sociedade capitalista, garante os direitos e autonomia às mulheres, como a facilidade ao acesso legal ao divórcio para as/os trabalhadoras/es, casamento e registro das/dos filhas/os e do estado civil no âmbito do Estado. Além de reconhecer “à mulher o direito à autodeterminação económica, social e sexual” (2017), retirando o marido como figura central da família; a abolição do *status* de filho ilegítimo, assim como das leis penais contra o adultério, homossexualidade e o incesto; criação de um Instituto de proteção da maternidade e infância. Isto ainda no ano de 1917, primeiro ano da revolução.

Em 1918, foi instituída a educação mista, garantindo a igualdade de gênero na educação formal. Em 1920 a legalização do aborto clinicamente assistido, gratuito e de acordo com a vontade da mulher e a proibição do aborto clandestino, visando não apenas à mulher o direito ao corpo, mas à sua própria vida. E na primeira Constituição da União Soviética de 1918, foi garantido o direito político às mulheres, como direito ao voto e de serem eleitas a cargos públicos.

A sua dedicação ao feminismo e à revolução proletária não é algo contraditório. Para Kollontai, não há libertação das mulheres trabalhadoras estando presas aos grilhões do capitalismo. Neste sistema económico, as vitórias das mulheres são apenas parciais e temporárias. Fato observado nas ascensões de regimes de extrema-direita ao longo do

---

**19.** Barradas, Ana. (2017). *A família na União Soviética. Crise e reconstrução 1917/1944*. Disponível em <<https://bandeiravermelha123.wordpress.com/2017/02/05/a-familia-na-uniao-sovietica-crise-e-reconstituicao-19171944/>>. Acesso em 24 de novembro de 2022.

século XX, mas também com sua sombra no século XXI, recrudescendo processos democráticos, retroagindo direitos que muitos consideravam consolidados, como a recém proibição ao aborto nos Estados Unidos da América. Esse é um dos motivos que torna os seus escritos tão atuais, mesmo depois de um século.

Nesta nossa tradução do seu artigo *As relações entre os sexos e a luta de classes*, a relação entre a vivência de Kollontai através do seu casamento com o seu primo, seguido do rechaço de sua família e a sua condição enquanto uma mulher aristocrática, coloca-se em contraste mas ao mesmo tempo em aproximação com a vida das mulheres trabalhadoras, muito certamente elementos que contribuíram para a elevação de sua teoria marxista e feminista.

Kollontai é atual porque não superamos o capitalismo e o machismo. Ela ainda é uma inspiração e uma leitura obrigatória para todas aquelas que pretendem compreender a opressão patriarcal de forma completa, não se limitando aos jargões e vícios do feminismo burguês. E neste contexto de perda de direitos, precarização do trabalho, de racismo, machismo e LGBTQI+ fobia, Kollontai se faz mais que necessária.



TRADUÇÃO

## As relações entre os sexos e a luta de classes<sup>1</sup>

Alexandra Kollontai

**E**ntre os múltiplos problemas que perturbam a mente e o coração da humanidade, um dos principais é, sem dúvidas, o problema sexual. Não há uma só nação, um só povo em que a questão das relações entre os sexos não adquira cada dia um caráter mais violento e doloroso. A humanidade contemporânea atravessa uma crise sexual que não é apenas aguda em sua forma, mas uma crise que se prolonga e que, portanto, é muito mais grave e difícil de resolver.

Provavelmente não houve, em todo o curso da história da humanidade, nenhuma época em que os problemas sexuais tenham ocupado na vida da sociedade um lugar tão importante, nenhuma outra época em que os problemas entre os sexos tenham concentrado sobre si,

---

**1.** Tradução realizada pelas autoras através de três versões distintas, duas delas em livre acesso através do fundo marxists.org: “Las relaciones sexuales y la lucha de clases”, traduzido por Tamara Ruiz em 2011 a partir de uma versão inglesa de 1977. Disponível em: <https://www.marxists.org/espanol/kollontai/1911/001.htm>. Acesso em 10 de novembro de 2022. “As relações entre os sexos e a luta de classes”, traduzido por Maria Luiza Oliveira da versão espanhola. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/kollontai/1911/mes/luta.htm>. Acesso em 10 de novembro de 2022. A terceira edição que me serviu de apoio está inserida no livro *El amor y la mujer nueva: textos escogidos* – Alexandra Kollontay. Ituzaingó, Provincia de Buenos Aires, pp. 127-155, 2017. Texto original escrito em 1911.

como que por magia, os olhares atormentados de milhões de pessoas. Em nossa época, mais do que em nenhuma outra da história, os dramas sexuais constituem fonte inesgotável de inspiração para os artistas de todos os gêneros.

Quanto mais a crise se prolonga, mais ela adquire um caráter crônico, mais parece que a situação atual não tem saída, e mais a humanidade contemporânea lança-se ardentemente sobre todos os meios possíveis para encontrar uma solução para esse “maldito problema”. Porém, a cada nova tentativa, mais se complica o complexo emaranhado das relações entre os sexos, dando-nos a impressão de que seria impossível descobrir um único fio que nos serviria para desatar o nó impossível. A humanidade se debate assustada, precipita-se de um extremo ao outro, mas o círculo mágico da questão sexual permanece tão hermeticamente fechado como antes.

“É preciso retornar aos velhos tempos, restabelecer os antigos costumes familiares, reforçar as normas tradicionais da moral sexual”, dizem os conservadores da sociedade. “É preciso destruir todas as hipocrisias ditadas pelo código da moral sexual; é chegada a hora de se abandonar esta velharia inútil e incômoda... A consciência individual, a vontade individual de cada um é o único legislador em uma questão de caráter tão íntimo”, se ouve afirmar entre os burgueses individualistas. “A solução para os problemas sexuais só poderá ser encontrada com o estabelecimento de uma nova ordem social e econômica, uma transformação radical da sociedade atual”, afirmam os socialistas. Porém, esta recorrência ao futuro não indica que tampouco nós conseguimos apoderar-nos do fio condutor para as nossas mãos? Não deveríamos, pelo menos, encontrar ou localizar este “fio condutor” que promete desvendar o nó, neste exato momento? O caminho desta busca é a mesma história das sociedades humanas, a história da ininterrupta luta de classes e dos grupos sociais diversos, em oposição por seus próprios interesses e tendências.

Não é a primeira vez que a humanidade atravessa um agudo período de crise sexual. Não é a primeira vez que as aparentemente firmes e claras prescrições da moral cotidiana, no domínio das relações sexuais, são apagadas sob a onda de novos ideais sociais. A humanidade atravessou uma crise sexual especialmente aguda durante os períodos do Renascimento e da Reforma, quando um formidável movimento social fez retroceder ao segundo plano a aristocracia feudal, até então orgulhosa de sua própria nobreza, acostumada em dominar sem comparação, e preparou o terreno para um novo poder social que crescia com grande força: a burguesia ascendente. O código moral sexual do mundo feudal, nascido no seio da sociedade aristocrática, com um sistema de economia comunal e baseado nos princípios autoritários de castas – com a sua forma de suprimir vontades individuais de pessoas que se encontravam isoladas deste regime –, chocou-se com o novo código, que era diverso, da moral sexual da classe burguesa em formação. A moral sexual da burguesia derivava de princípios radicalmente opostos aos princípios morais mais essenciais do código feudal: ao invés de um princípio de castas, aparecia uma severa individualização, surgiam os limites estritos de uma pequena família burguesa. O fator de colaboração, essencial na sociedade feudal, característica de sua economia comunal, tanto como da economia regional, era substituído pelo princípio da concorrência. Os últimos vestígios de ideias comunais, próprias dos diversos graus de evolução das castas, foram varridos pelo triunfante princípio da propriedade privada individualizada, isolada.

A humanidade, perdida durante o processo de transição, titubeou durante séculos, entre dois códigos sexuais tão diversos, tratou de adaptar-se à situação, até o momento em que o complexo laboratório da vida transformou as velhas normas em um novo molde, alcançando assim, ao menos, uma harmonia formal.

Porém, durante esta época de transição, tão viva e cheia de cor, a crise sexual, apesar de revestida de caráter crítico, não se apresentou de uma forma tão grave e ameaçadora como em nossa época. Isto se de-

veu ao fato de que, durante os gloriosos dias do Renascimento, durante aquele novo século, iluminado pela nova cultura espiritual que coloria o agonizante mundo da Idade Média, pobre de conteúdo, apenas uma parte relativamente reduzida da sociedade experimentou a crise sexual. O estrato social mais importante da época, o campesinato, sofreu as consequências da crise sexual apenas indiretamente, uma vez que os fundamentos econômicos em que esta classe social se baseava foram lentamente transformados ao longo dos séculos, ou seja, apenas na medida em que as relações econômicas no campo evoluíram.

As duas tendências opostas lutaram nos estratos superiores da sociedade. Foi aí que os ideais e normas de duas concepções diferentes da sociedade se confrontaram, e foi precisamente aí que a crise sexual, cada vez mais grave e ameaçadora, tomava suas vítimas. Os camponeses, relutantes a qualquer inovação, uma classe ligada aos seus princípios, continuaram a apoiar-se nos velhos pilares das tradições ancestrais, e o código inabalável da moralidade sexual tradicional só foi transformado, suavizado e adaptado às novas condições da sua vida econômica sob a pressão de uma grande necessidade. A crise sexual durante o período de luta aguda entre o mundo burguês crescente e o mundo feudal não afetou a “classe tributária”, e quanto mais os estratos superiores da sociedade rompiam os velhos hábitos, mais a classe camponesa apegava-se às suas tradições. Apesar de todas as tempestades que desabavam sobre as suas cabeças, que abalavam até o solo que pisavam, a classe camponesa em geral, e particularmente os camponeses russos, tentaram conservar durante séculos inteiros em seu estado primitivo os princípios básicos de seu código moral sexual.

O problema da nossa época apresenta um aspecto totalmente distinto. A crise sexual da nossa época não perdoa sequer a classe camponesa. Como uma pandemia, ela aflige, sem reconhecer “alturas ou fileiras”, contamina os palácios, as aldeias e os bairros operários cheios de trabalhadores, penetra nos lares burgueses, abre caminho até à miserável e solitária aldeia russa, elege suas vítimas, tanto nos palacetes

habitados por burgueses europeus como nos húmidos sótãos da família operária e nos enegrecidos casebres do campesinato. Para a crise sexual não há obstáculos nem cadeados. É um profundo erro acreditar que a crise sexual só alcança os representantes das classes que têm uma posição econômica e materialmente segura. A indefinida inquietação da crise sexual franqueia, cada vez com maior frequência, a porta das habitações operárias, causando dramas que à mercê de sua nefasta violência, são absolutamente comparáveis aos conflitos psicológicos produzidos no refinado mundo da burguesia.

Porém, justamente porque a crise sexual não ataca somente os interesses dos “que tudo possuem”, precisamente porque estes problemas sexuais afetam também uma classe social tão numerosa como o proletariado de nossos tempos, é incompreensível e imperdoável que esta questão vital, essencialmente violenta e trágica, seja considerada com tanta indiferença. Entre as múltiplas tarefas fundamentais a que está incumbida a classe trabalhadora, está sem dúvidas a construção de relações sexuais mais sadias e que tornem a humanidade mais feliz.

De onde vem a nossa imperdoável indiferença face às tarefas básicas da classe trabalhadora? Como explicar a hipocrisia ao se menosprezar o problema sexual ao domínio dos “assuntos familiares” e por que negamos a este problema a energia e atenção da coletividade? As relações entre os sexos e a elaboração de um código sexual que regule estas relações aparecem na história da humanidade, de maneira invariável, como um dos fatores da luta social. Nada mais certo do que a influência fundamental e decisiva das relações sexuais de um grupo social e determinado no resultado da luta dessa classe com outra, de interesses opostos.

O drama da sociedade atual é tão desesperador porque, enquanto diante dos nossos olhos vemos as atuais formas de união sexual desmoronarem-se e os princípios que as governavam serem descartados, dos estratos mais baixos da sociedade surgem novos aromas desconhecidos que nos fazem conceber esperanças risonhas de um novo modo

de vida, e enchem a alma humana de nostalgia e ideais futuros, mas cuja realização não parece possível. Nós pertencemos a um mundo caracterizado pelo domínio da propriedade capitalista, um mundo de acentuadas contradições de classe e imbuído de uma moralidade individualista. Vivemos e pensamos sob o sinal funesto de uma solidão moral invencível. Esta solidão que cada pessoa sente nas vastas cidades populosas, tentadoras e ruidosas, esta solidão que não é dissipada pela companhia de amigos e companheiros, leva as pessoas de hoje, com uma ganância insalubre, à sua ilusória ideia de “alma gêmea” num ser do sexo oposto, pois só o amor possui o poder mágico de afastar, ainda que momentaneamente, a escuridão da solidão.

Em nenhum outro momento da história a solidão espiritual e moral foi experimentada com semelhante força e obstinação como na atualidade. Não poderia ser de outra forma. A noite é muito mais impenetrável quando se vê uma luz a brilhar ao longe.

E uma nova luz cintila perante os olhos dos individualistas contemporâneos que ainda estão apenas fracamente ligados ao coletivo, a outros indivíduos: a transformação das relações sexuais; a esta luz vemos que o fator cego e fisiológico dá lugar ao fator criativo: a solidariedade e a camaradagem. A moralidade individualista da propriedade do nosso tempo começa a sufocar as pessoas. A atual humanidade não se contenta em criticar a qualidade das relações entre os sexos, negando as formas externas prescritas pelo código da moral vigente. A sua alma solitária anseia pela renovação da própria essência das relações sexuais, deseja ardentemente encontrar o “amor verdadeiro”, essa grande força reconfortante e criadora que só por si pode afastar o frio fantasma da solidão de que sofrem os individualistas contemporâneos.

Se é verdade que três quartos da crise sexual são condicionados por relações externas, de natureza socioeconômica, não é menos verdade que o outro quarto se deve à nossa refinada psicologia individualista, tão cuidadosamente cultivada pela ideologia burguesa dominante. A humanidade contemporânea, como disse com razão o escritor alemão

Meisel-Hess, é muito pobre em “potencial amoroso”. Os membros de ambos os sexos se buscam mutuamente, cada qual com o desejo de receber, por meio do outro, a maior satisfação possível dos prazeres espirituais e físicos para si próprio, usando o outro como meio. O amante ou o noivo não pensa de todo nos sentimentos, no trabalho psicológico que tem lugar na alma do amado.

Talvez não haja nenhuma outra relação humana como as relações sexuais, na qual se manifeste com tanta intensidade o individualismo grosseiro que caracteriza nossa época. Absurdamente a pessoa imagina que, para escapar à solidão moral que o rodeia, basta-lhe amar, reivindicar os seus direitos sobre outra pessoa. Só assim ele espera obter essa rara alegria: a harmonia de afinidade moral e compreensão entre dois seres. Nós, individualistas, estragamos as nossas emoções através da constante adoração do nosso “eu”. Continuamos a acreditar que podemos conquistar sem qualquer sacrifício a maior das alegrias humanas, o “verdadeiro amor”, não só para nós próprios, mas também para os nossos semelhantes. Acreditamos poder conquistar isso sem dar em troca a nossa própria personalidade.

Prendemos conquistar toda a alma da pessoa amada, mas somos incapazes de respeitar a fórmula mais simples do amor: aproximarmos-nos da alma do outro, prontos a tê-la na mais alta consideração. Esta fórmula simples só nos será incutida pelas novas relações entre os sexos, relações que já começaram a manifestar-se e que se baseiam também em dois novos princípios: liberdade absoluta, por um lado, e igualdade e verdadeira solidariedade entre parceiros, por outro. Por enquanto, porém, a humanidade ainda tem de sofrer o frio da solidão moral, e não tem outra escolha senão sonhar com uma época melhor em que todas as relações humanas se caracterizem por sentimentos de solidariedade, o que será possível graças às novas condições de existência.

A crise sexual não pode ser resolvida sem uma transformação fundamental da psicologia humana, só pode ser superada pela acumulação do “potencial amoroso”. Mas esta transformação psíquica depen-

de absolutamente da reorganização fundamental das nossas relações socioeconômicas numa base comunista. Se rejeitarmos esta “velha verdade”, o problema sexual não terá solução. Apesar de todas as formas de união sexual que a humanidade atual experimenta, a crise sexual não é resolvida em lado nenhum.

Em nenhum outro momento da história foram conhecidas tantas formas diferentes de união entre os sexos. Casamentos indissolúveis, com uma família firmemente constituída, e ao seu lado a união livre transitória; o adultério mantido no maior segredo, ao lado do casamento e da vida comum de uma jovem solteira com o seu amante; casamento “pela igreja”, casamento de dois e casamento “de três”, e mesmo a forma complicada de “casamento a quatro”, para não mencionar as muitas variantes da prostituição. A par destas formas de união, entre os camponeses e a pequena burguesia encontramos vestígios dos velhos costumes de castas, misturados com os princípios decadentes da família burguesa e individualista, a vergonha do adultério, a vida conjugal entre sogro e nora, e a liberdade absoluta para a jovem solteira. Sempre os mesmos “dois pesos e duas medidas”.

As atuais formas de união entre os sexos são tão contraditórias e confusas que nos vemos obrigados a perguntar-nos como é possível que um homem que manteve na sua alma a fé na firmeza dos princípios morais continue a aceitar estas contradições e a salvar estes critérios morais irreconciliáveis, que se destroem necessariamente uns aos outros. Nem a justificação comumente ouvida: “Vivo segundo os princípios de uma nova moralidade” resolve a questão, pois esta “nova moralidade” ainda se encontra em processo de formação. A tarefa consiste precisamente em fazer nascer esta nova moralidade, em extrair do caos das normas sexuais contraditórias atuais a forma, clarificar os princípios de uma moralidade que corresponda ao espírito da classe revolucionária em ascensão.

Para além do individualismo extremo, uma falha fundamental na psicologia da época atual, de um egocentrismo que se tornou um culto,

a crise sexual é ainda agravada por dois outros fatores na psicologia contemporânea: a ideia do direito de propriedade de um ser sobre o outro e o antigo preconceito da desigualdade entre os sexos em todas as esferas da vida, incluindo a esfera sexual.

A moralidade burguesa, com a sua família individualista virada para o futuro, baseada inteiramente na propriedade privada, cultivou cuidadosamente a ideia de que um parceiro deve “possuir” completamente o outro. A burguesia tem conseguido perfeitamente inocular esta ideia na psicologia humana. O conceito de propriedade no casamento hoje em dia vai muito mais longe do que o conceito de propriedade nas relações sexuais no código aristocrático. No decurso do longo período histórico que passou sob os auspícios da “casta”, a ideia de posse da esposa pelo marido – a esposa não tinha direitos de propriedade sobre o marido – não se estendia para além da posse física. A esposa era obrigada a ser fisicamente fiel ao seu marido, mas a sua alma não lhe pertencia de todo.

Os cavaleiros da Idade Média chegaram ao ponto de conceder às suas esposas o direito de ter adoradores platônicos e de receber o testemunho deste culto de cavaleiros e artesãos. O ideal da posse absoluta, da posse – não só do “eu” físico, mas também do “eu” espiritual – pelo marido, do ideal que admite a reivindicação dos direitos de propriedade sobre o mundo espiritual e emocional do amado, é um ideal que foi plenamente formado, e que também foi cultivado pela burguesia com o objetivo de fortalecer os fundamentos da família, para assegurar a sua estabilidade e força durante o período de luta pela conquista da sua predominância social. Não só aceitamos este ideal como nossa herança, como chegamos ao ponto de afirmar que ele é considerado como um “imperativo” moral indestrutível.

A ideia da propriedade se estende muito além do matrimônio legal. É um fator inevitável que penetra até na união amorosa mais “livre”. Os amantes da nossa época, apesar de seu respeito teórico pela liberdade, só se satisfazem com a consciência da fidelidade psicológica da pessoa amada. Com o fim de afugentar o fantasma ameaçador

da solidão, penetramos, violentamente, na alma do ser amado, com uma crueldade e uma falta de delicadeza que será incompreensível à humanidade futura. Da mesma forma pretendemos fazer valer nossos direitos sobre o seu eu espiritual mais íntimo. O amante contemporâneo está disposto a perdoar mais facilmente uma infidelidade física do que uma infidelidade moral e pretende que lhe pertença cada partícula da alma da pessoa amada, que se estenda mais além dos limites de sua livre união. Ele considera qualquer sentimento experimentado fora dos limites do relacionamento livre como um desperdício, como um roubo imperdoável de tesouros que lhe pertenciam exclusivamente e, portanto, como um roubo cometido às suas próprias custas.

Tem a mesma origem a absurda indelicadeza que cometem constantemente dois amantes com relação a uma terceira pessoa. Todos tivemos ocasião de observar um fato curioso que se repete continuamente: dois amantes que mal tiveram tempo para se conhecerem em suas relações mútuas apressam-se a estabelecer seus direitos sobre as relações pessoais anteriores um do outro e a intervir na parte mais sagrada e mais íntima de sua vida. Dois seres que ontem eram estranhos um ao outro, hoje, apenas porque estão unidos por sensações eróticas comuns, apossam-se sobre as almas um do outro, a dispor da alma desconhecida e misteriosa sobre a qual o passado gravou imagens indeléveis e a se estabelecerem dentro de si como se estivessem em sua própria casa.

Esta ideia da posse recíproca de um casal amoroso estende seu domínio de tal forma que pouco nos surpreende um fato tão anormal quanto o seguinte: dois recém-casados viviam até ontem cada um com a sua própria vida; no dia seguinte à união, cada um deles abre sem o menor escrúpulo a correspondência do outro inteirando-se, conseqüentemente, do conteúdo da carta procedente de uma terceira pessoa que só tem relação com um deles e se converte em propriedade comum. Uma “intimidade” deste tipo só pode ser adquirida como resultado de uma união real entre almas no decorrer de uma longa vida

comum de comprovada amizade. Mas geralmente existe a substituição mais injusta dessa intimidade genuína, uma substituição derivada da ideia errônea de que a intimidade física entre dois seres é motivo suficiente para a expansão do direito de propriedade também sobre a identidade moral.

O segundo fator que deforma a mentalidade contemporânea da humanidade, e que é uma razão para o agravamento da crise sexual, é a ideia de desigualdade entre os sexos, desigualdade de direitos na valorização de sua experiência física e emocional. A moral dupla, característica do código burguês e do código aristocrático, envenenou durante séculos a psicologia de homens e mulheres e tornou muito mais difícil livrar-se de sua influência venenosa e ideias referentes à propriedade de um amante sobre o outro, herdadas da ideologia burguesa. A concepção de desigualdade entre os sexos, mesmo na esfera da experiência física e emocional, força medidas diferentes a serem constantemente aplicadas a atos idênticos, dependendo de qual sexo os tenha realizado. Mesmo o mais “progressista” dos burgueses, que há muito tempo é capaz de superar as prescrições do código moral em uso, será incapaz de escapar da influência do meio ambiente e fará um julgamento completamente diferente, segundo se trate de um homem ou de uma mulher. Basta um exemplo vulgar: imaginemos que um intelectual burguês, um cientista, um homem envolvido em assuntos políticos e sociais, ou seja, “uma personalidade”, se apaixone por sua cozinheira – o que, aliás, acontece com bastante frequência –, e até se case com ela. Será que a sociedade burguesa mudará assim seu comportamento em relação à “personalidade” deste homem? Será que questionará sua “personalidade”? Será que duvidará de suas qualidades morais?

Naturalmente, não. Agora tomemos outro exemplo: uma mulher pertencente à sociedade burguesa, uma mulher respeitável, considerada, uma professora, médica ou escritora, uma mulher, em suma, “com personalidade”, apaixona-se por um criado e chega ao clímax do escândalo, consolidando esta questão com um matrimônio

legal. Qual será a atitude da sociedade burguesa em relação a esta mulher até então respeitada? A sociedade, naturalmente, a atormentará com seu desprezo. Mas, será muito mais terrível se seu marido, o criado, possuir uma bela fisionomia ou outros atrativos de caráter físico. Nossa hipócrita sociedade burguesa julgará sua escolha da seguinte forma: “até onde desceu essa mulher”?

A sociedade burguesa não pode perdoar a mulher que se atreve a dar um caráter demasiado individual à escolha do homem que ela ama. Segundo a tradição herdada dos costumes de casta, a sociedade pretende que a mulher continue levando em conta, no momento de entregar-se, uma série de considerações de grau e hierarquias sociais, a respeito do meio familiar e dos interesses da família. A sociedade burguesa não pode considerar a mulher como uma pessoa independente, separada da célula familiar; é bastante impossível para essa sociedade, apreciá-la como uma personalidade fora do círculo estreito das virtudes e deveres familiares.

A sociedade contemporânea vai muito mais longe que a ordem antiga na tutela que exerce sobre a mulher. Não só lhe prescreve casar-se unicamente com homens “dignos” dela, como lhe proíbe, inclusive, que chegue a amar um ser que lhe é socialmente “inferior”.

Estamos acostumados a ver homens de altíssimo nível moral e intelectual escolherem como parceira de vida uma mulher insignificante e vazia, que não corresponde, de forma alguma, ao valor do esposo. Consideramos isto como completamente normal e, portanto, nem sequer digno de nossa consideração. Tudo o que pode acontecer é que os amigos “lamentam que Ivan Ivanovitch tenha casado com uma mulher insuportável”. O caso muda se for uma mulher. Então, nossa indignação não tem limites e a expressamos com frases como a seguinte: “Como é possível que uma mulher tão inteligente como Maria Petrovna possa amar um “joão-ninguém” assim! Teremos que pôr em dúvida sua inteligência.”

Qual é a razão para esta forma diferente de julgar as coisas, e qual é a causa de uma apreciação tão distintamente contrária? Esta diversi-

dade de critérios não tem outra origem senão a ideia de desigualdade entre os sexos, uma ideia que foi difundida na humanidade por séculos e séculos e que acabou tomando conta de nossa mentalidade de forma orgânica. Estamos acostumados a valorizar as mulheres não como personalidades, com qualidades e defeitos individuais independentes de suas sensações psicofísicas. Para nós, as mulheres apenas têm valor como acessórios para os homens. O homem, marido ou amante, projeta sobre a mulher o reflexo de sua própria luz; é a ele, e a ela por si mesma que tomamos em consideração como o verdadeiro elemento determinante da estrutura espiritual e moral da mulher. Por outro lado, quando avaliamos a personalidade do homem, fazemos antecipadamente uma abstração total de seus atos em relação às suas relações sexuais. A personalidade de uma mulher, por outro lado, é valorizada quase que exclusivamente em relação à sua vida sexual. Este modo de apreciar o valor da personalidade da mulher deriva do papel que as mulheres desempenharam durante tantos séculos, e só agora uma reavaliação destas atitudes está sendo realizada lentamente, pelo menos em termos gerais.

A atenuação dessas concepções falsas e hipócritas só pode ser alcançada através da transformação do papel econômico da mulher na sociedade e de sua entrada independente na vida do trabalho e produção.

Os três fatores fundamentais que distorcem nossa mente, e que devem ser enfrentados para que o problema sexual seja resolvido, são: o egocentrismo extremado, a ideia do direito de propriedade dos esposos entre si, e o conceito de desigualdade entre os sexos no âmbito de suas experiências físicas e emocionais. Esses três fatores obstaculizam o caminho que conduz à solução do problema sexual. A humanidade não encontrará uma solução para este problema até que tenha acumulado em sua psicologia reservas suficientes de “sentimentos sutis”, até que sua capacidade de amar seja aumentada, até que o conceito de liberdade no casamento e na união livre seja um fato consolidado. Em

resumo, até que o princípio de camaradagem triunfe sobre os conceitos tradicionais de desigualdade e subordinação nas relações entre os sexos. Sem uma reconstrução total e fundamental de nossa psicologia, o problema sexual não terá solução.

Mas esta condição prévia não será uma utopia desprovida de estrutura, uma utopia sobre a qual os sonhadores idealistas baseiam suas considerações ingênuas? Tentemos aumentar a “capacidade de amar” da humanidade; os sábios de todos os povos, de Buda e Confúcio a Cristo, não estavam engajados nesta tarefa desde tempos imemoriais? Mas será que alguém acredita que a “capacidade de amar” aumentou, desde então, na humanidade? Reduzir a questão da crise sexual a utopias deste tipo, por mais bem-intencionadas que sejam, não é isto praticamente um reconhecimento de fraqueza e uma renúncia à busca da solução desejada?

Vejamos se isso é verdade: a reeducação básica de nossa psicologia e nossa abordagem das relações sexuais é algo tão improvável, tão distante da realidade? Não poderíamos dizer que, ao contrário, enquanto grandes mudanças sociais e econômicas estão em curso, as condições que estão sendo criadas exigem e dão origem a uma nova base para a experiência psicológica que está em consonância com o que temos falado? Destronando a burguesia e a sua ideologia de classe, derrubando seu código individualista da moral sexual, avança uma nova classe, um novo grupo social. Essa classe ascendente, de vanguarda, traz em si necessariamente os ventos de novas relações entre os sexos, intimamente ligadas às suas tarefas sociais de classe.

A complexa evolução das relações socioeconômicas que passa diante de nossos olhos, que transtorna todos os nossos conceitos sobre o papel da mulher na vida social e destrói os fundamentos da moral sexual burguesa, traz consigo dois fatores que, à primeira vista, parecem contraditórios. Por um lado, observamos os esforços incansáveis da humanidade para se adaptar às novas condições sócioeconômicas. Isto se manifesta ou na tentativa de preservar as “velhas formas”, dan-

do-lhes um novo conteúdo (a manutenção da forma externa de casamento indissolúvel, severamente monogâmico, mas ao mesmo tempo reconhecendo a liberdade dos esposos), ou, ao contrário, na aceitação de novas formas que, no entanto, trazem dentro de si todos os elementos do código moral do casamento burguês (a união livre na qual o direito de propriedade mútua dos dois esposos unidos “livremente” excede os limites do direito de propriedade do casamento legal). Por outro lado, não podemos deixar de assinalar o aparecimento, vagaroso, porém constante, de novas formas de relação entre os sexos. Novas, não tanto pela forma exterior como pelo caráter de suas regras de vida.

A humanidade hesita em sondar esses novos ideais, mas basta examiná-los de perto para reconhecer neles – apesar da falta de contornos claros –, as características que os ligam estreitamente às tarefas de classe do proletariado, às quais lhe compete tomar a fortaleza do futuro.

Aquele que quer encontrar no labirinto das normas sexuais contraditórias a semente das relações mais sadias entre os sexos –, e que prometem libertar a humanidade da crise sexual que essa atravessa –, deve necessariamente abandonar os bairros onde habitam as elites, com sua refinada psicologia individualista, e olhar as casas amontoadas dos operários, nas quais, em meio à obscuridade e ao horror gerados pelo capitalismo, surgem, apesar de tudo, fontes que vivificam o amor e abrem caminho a um novo tipo de entendimento entre homens e mulheres.

Entre a classe operária, sob a pressão de duras condições econômicas e o jugo implacável da exploração capitalista, observa-se o duplo processo que acabamos de mencionar. A influência destrutiva do capitalismo, que aniquila todos os fundamentos da família da classe trabalhadora, obriga o proletariado a se adaptar “instintivamente” às condições do mundo ao seu redor, trazendo assim uma série de fatos referentes às relações entre os sexos, análogos aos que ocorrem também em outras camadas da sociedade.

Devido aos baixos salários, o trabalhador atrasa contínua e inevitavelmente a idade para o casamento. Enquanto há vinte anos um trabalhador podia se casar entre os vinte e dois e vinte e cinco anos de idade, hoje ele ou ela não pode começar um lar até por volta dos trinta anos de idade. Além disso, quanto mais desenvolvidas são as necessidades culturais do trabalhador, mais ele valoriza a possibilidade de acompanhar o ritmo da vida cultural, de ir ao teatro, assistir palestras, ler jornais, dedicar o tempo que o trabalho o deixa livre para a luta sindical, para a política, para uma atividade pela qual ele gosta, para a arte, para a leitura, etc., e mais se eleva a idade em que o trabalhador tende a se casar. Entretanto, as necessidades fisiológicas não levam em conta sua situação financeira, são necessidades vitais que não podem ser dispensadas. Tanto o trabalhador “solteiro” como o burguês “solteiro”, “resolve” seu problema voltando-se para a prostituição. Este é um exemplo da adaptação passiva da classe trabalhadora às condições desfavoráveis de sua existência. E, por causa do nível bastante baixo dos salários, a família operária vê-se obrigada a resolver o problema do nascimento dos filhos do mesmo modo que as famílias burguesas.

A frequência dos infanticídios e o aumento da prostituição são duas expressões do mesmo processo. Ambos são meios de adaptação passiva do operário à terrível realidade ao seu redor. Mas, o que não se pode esquecer é que nesse processo não há nada que caracterize, propriamente, o proletariado. Essa adaptação passiva é própria de todas os setores e classes sociais envolvidos no processo mundial de desenvolvimento do capitalismo.

A linha de diferenciação começa, precisamente, quando entram em jogo os princípios ativos e criadores; a delimitação começa onde já não se trata de uma adaptação, mas de uma reação à realidade opressora. Ela começa onde novos ideais nascem e se expressam, onde tímidas tentativas de relações sexuais dotadas de um novo espírito, emergem. Ainda mais:

devemos assinalar que este processo de reação se inicia apenas entre a classe trabalhadora.

Isto não quer dizer que as outras classes e camadas da sociedade, principalmente a dos intelectuais burgueses que, pelas condições de sua existência social, se encontra mais próxima da classe operária, não se apoderem dos elementos novos que o proletariado cria e desenvolve. A burguesia, impulsionada pelo desejo instintivo de injetar vida nova às suas formas moribundas e diante da impotência de suas diversas formas de relações sexuais, aprende rapidamente as novas formas que a classe operária traz consigo. Mas, infelizmente, nem os ideais nem o código da moral sexual, elaborados gradativamente pelo proletariado, correspondem à essência moral das exigências da classe burguesa. Portanto, enquanto a moral sexual, nascida das necessidades da classe operária, torna-se para ela num instrumento novo da luta social, os “modernismos” de segunda mão que dessa moral extrai a burguesia, só destroem de forma definitiva a base de sua superioridade social. Vamos ilustrar isso com um exemplo: a tentativa dos intelectuais burgueses de substituir o matrimônio indissolúvel pelos laços mais livres, mais facilmente separáveis do matrimônio civil, atinge os fundamentos da estabilidade social da burguesia, fundamentos que não podem ser outros senão a família monogâmica baseada no conceito da propriedade.

Na classe trabalhadora, sucede tudo ao contrário. A maior liberdade na união entre os sexos condiz, totalmente, com as suas tarefas históricas fundamentais e até podemos dizer que derivam diretamente dessas tarefas. O mesmo acontece com a negação do conceito de subordinação no casamento que rompe os últimos laços artificiais da família burguesa. O contrário acontece na classe proletária. O fator de subordinação de um membro desta classe social a um outro, assim como o conceito de passividade nas relações, tem efeitos nocivos hostis ao psicológico do proletariado. Não convêm, de modo algum, aos interesses da classe revolucionária “amarrar” um de seus membros, visto que cada um de seus representantes independentes, têm antes de tudo

a incumbência e o dever de servir aos interesses de sua classe e não aos de uma célula familiar isolada.

O dever do membro da sociedade proletária é, antes de tudo, contribuir para o triunfo dos interesses de sua classe, por exemplo, atuar nas greves e participar em todo o momento da luta. A moral com que a classe trabalhadora julga todos estes atos caracteriza com perfeita clareza a base da nova moral proletária.

Suponhamos que um empresário, movido unicamente por seus interesses familiares, retire dos negócios seu capital, num momento crítico para a empresa. Sua ação, julgada do ponto de vista da moral burguesa não pode ser mais evidente, “porque os interesses da família devem vir em primeiro lugar”. Vamos agora comparar este julgamento com a atitude dos trabalhadores em relação ao grevista, que vai trabalhar durante o conflito para que sua família não passe fome. Os interesses de classe vêm em primeiro lugar neste exemplo. Agora representemos um marido burguês que conseguiu por seu amor e devoção à sua família manter sua esposa integrada apenas aos seus deveres enquanto dona de casa e de uma mulher inteiramente dedicada aos cuidados de seus filhos. O julgamento da sociedade burguesa será: “um marido ideal que tenha conseguido criar uma família ideal”.

Mas qual seria a atitude dos trabalhadores para um membro consciente de sua classe que tentasse manter sua mulher afastada da luta social? A moral da classe exige, a custo inclusive da felicidade individual, a custo da família, a participação da mulher na luta pela vida que transcorre fora dos muros de seu lar. Manter a mulher em casa, colocar em primeiro lugar os interesses familiares, propagar a ideia do direito absoluto de propriedade de um esposo sobre sua mulher, são atos que violam o princípio fundamental da ideologia da classe trabalhadora, que destroem a solidariedade e a camaradagem e que quebram as correntes que unem todo o proletariado. O conceito de posse de um indivíduo sobre o outro, a ideia de subordinação e de desigualdade dos membros de uma mesma classe, são conceitos que

contrariam a essência do conceito de camaradagem, que é o princípio mais fundamental do proletariado.

Este princípio básico da ideologia da classe em ascensão é o que colore e determina o código recém-formado da moral sexual do proletariado, por meio do qual a psicologia da humanidade se transforma e vem a adquirir um acúmulo de sentimentos de solidariedade e liberdade em vez do conceito de propriedade, um acúmulo de camaradagem em vez dos conceitos de desigualdade e subordinação.

É uma velha verdade que cada nova classe emergente, nascida como consequência de uma cultura material diferente daquela do estágio anterior de evolução econômica, enriquece toda a humanidade com uma nova ideologia característica desta classe. O código da moral sexual constitui parte integrante dessa nova ideologia. Portanto, basta pronunciar as expressões “ética proletária” e “moral proletária”, para escapar da trivial argumentação: a moral sexual proletária não é no fundo mais do que uma “superestrutura”, enquanto não se experimenta a total transformação da base econômica, não pode haver lugar para ela. Como se uma ideologia, de qualquer tipo, não fosse formada até que a transformação das relações socioeconômicas necessárias para garantir o domínio da classe em questão tivesse ocorrido! A experiência da história ensina que a elaboração da ideologia de um grupo social, e consequentemente também da moral sexual, ocorre durante o próprio processo de luta deste grupo contra forças sociais adversas.

A classe revolucionária só pode fortalecer sua posição social com a ajuda de novos valores espirituais, extraídos de seu próprio seio e que correspondam plenamente às suas tarefas como uma classe em ascensão; somente através de novas normas e ideais poderá conquistar o poder contra os grupos antagonistas.

A tarefa dos ideólogos da classe trabalhadora, portanto, é buscar o critério moral fundamental, que é o produto dos interesses específicos da classe trabalhadora, e harmonizar as normas sexuais emergentes com este critério.

Já é hora de compreender que, unicamente depois de ter sondado o processo criador que se realiza mais em baixo, nos estratos sociais mais profundos, processo que engendra novas necessidades, novos ideais e formas, será possível visualizar o caminho através do caos contraditório das relações sexuais e desembaraçar o emaranhado do problema sexual.

Devemos recordar que o código da moral sexual, em harmonia com as tarefas fundamentais da classe, pode converter-se em poderoso instrumento, fortalecendo a posição de luta da classe em ascensão. Por que não utilizar este instrumento para o interesse da classe trabalhadora, em sua luta para o estabelecimento do regime comunista e, ao mesmo tempo, também estabelecer novas relações entre os sexos que sejam mais perfeitas e felizes?



### **Desalinho Publicações**

Este livro foi editado em São João de Meriti, RJ,  
ano de 2022. Foram utilizadas as famílias tipográficas  
Amster e Adobe Devanagari.

**O** ano de 2022 marca as comemorações dos 150 do nascimento da comunista e feminista Alexandra Kollontai. É inegável a sua contribuição não apenas enquanto militante durante a Revolução Russa, mas também suas prestações teóricas acerca das questões sobre as mulheres trabalhadoras, atravessando pertinências até aos dias de hoje. O livro *História com mulheres* homenageia esta autora a partir de uma coletânea de textos que retomam a História centralizando o papel das mulheres, escritos por jovens pesquisadoras. Os capítulos abordam temas e perspectivas distintas nas questões de sexualidade, trabalho, educação, representação, arte e raças.

As mulheres não são meramente objetos de estudos, mas sujeitas de sua própria narrativa histórica. Este livro é um diálogo franco e aberto entre diferentes áreas das Ciências Humanas que buscam o protagonismo feminino dentro e fora da academia. Não queremos que seja apenas uma História das Mulheres, mas sim *com* mulheres.

O livro é composto por escritoras, acadêmicas, militantes, historiadoras, mas, acima de tudo, por mulheres revolucionárias nas causas feministas.



 **Desalinho**

ISBN 978-65-88544-35-8



9 786588 544358